



Relatório Anual 2014



FASCEMAR
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

ABERTURA

1. PALAVRA DO PRESIDENTE

É com satisfação que apresento, em nome de toda a família FASCEMAR, o Relatório Anual de Informações do exercício de 2014. Pela primeira vez, o estamos disponibilizando apenas em formato digital – navegável e mais dinâmico, com o objetivo de reduzir custos administrativos com impressão e postagem, bem como tornar sua leitura mais agradável.

Além dessa novidade, é importante destacar que 2014 foi um ano excelente para a Fundação, que ganhou uma Sede própria, recebeu novos planos e participantes oriundos da Patrocinadora CELPA e obteve rentabilidades nos investimentos bem superiores à média dos fundos de pensão, que ficou em 7,07%.

Nos tornamos maiores e mais independentes, porém sem deixar os valores éticos, de integridade e transparência de lado. Uma mostra disso foi o incremento das nossas ações de comunicação, que levaram à construção de um novo site e à reformulação do projeto gráfico e editorial do nosso informativo trimestral – o FASCEMAR News, além da nossa maior participação em eventos, inclusive junto às associações de aposentados das Patrocinadoras.

Para 2015, estamos preparados para receber mais dois planos da CELPA (Plano CELPA-OP e Plano R – Risco), o que aumentará o nosso número de participantes e, por conseguinte, propiciará novos ganhos de escala. E, apesar das perspectivas pouco animadoras para a economia, continuaremos em nossa missão de realizar uma gestão eficiente dos recursos, tanto no aspecto da alocação de seus investimentos quanto na destinação de gastos, sempre na busca por manter o equilíbrio dos planos e a prestação de um serviço de qualidade para você.

Esperamos que os dados aqui contidos reflitam essas palavras.

Boa leitura!

Frederico Barros

2. FATOS RELEVANTES EM 2014

• FASCEMAR ASSUME A GERÊNCIA DOS PLANOS DA CELPA

Desde 1º de julho de 2014, as operações e as obrigações dos Planos Celpa BD I e Celpa BD II, antes de responsabilidade da RedePrev – Fundação Rede de Previdência, ficaram sob a gestão da FASCEMAR. O processo de transferência ocorreu com grande êxito e foi ocasionado pela aquisição da Patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA pela Equatorial Energia S/A. Com isso, 646 novos participantes foram integrados à família FASCEMAR e o patrimônio social consolidado da Fundação quase triplicou. Agora, a Fundação aguarda receber mais dois planos em 2015: o Celpa OP e o Plano R.

• ATUALIZAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E MUDANÇA PARA UMA SEDE PRÓPRIA

Com a chegada destes novos planos, foi preciso dar representatividade à nova Patrocinadora. Desta forma, em 13 de agosto de 2014, o advogado Mauro Chaves de Almeida, atual Diretor de Relações Institucionais da CELPA, assumiu a Diretoria de Benefícios da FASCEMAR. Além disso, fez-se necessário um redimensionamento do quadro de pessoal e, por conseguinte, do espaço físico da Fundação. Logo, uma nova estrutura que fornecesse melhores condições de trabalho para os colaboradores e favorecesse o atendimento dos participantes precisou ser montada. A inauguração da nova Sede ocorreu em 17 de setembro de 2014 e contou com a presença de diversos representantes das Patrocinadoras CEMAR, Equatorial Energia e Equatorial Soluções.

• NOVO ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Mauro Chaves de Almeida passou também a ser o novo Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios (ARPB) da Fundação. Sua indicação foi realizada em agosto e atendeu a uma obrigação legal, que cita a necessidade de todo fundo de pensão nomear um membro de sua Diretoria Executiva para o cargo.

• REFORÇO NAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

Motivada com o crescimento da família FASCEMAR, a Fundação reformulou suas ações de comunicação, o que incluiu confecção de um novo portal na internet, a revisão editorial e de layout do informativo impresso, a criação de boletins eletrônicos e a ampliação da participação dos gestores em eventos com a presença dos participantes – a exemplo da iniciativa “FASCEMAR de perto”.

• “FASCEMAR DE PERTO”: RELACIONAMENTO COM ASSISTIDOS É ESTREITADO

Ao longo de todo o ano, dirigentes e gestores da FASCEMAR estiveram presentes em reuniões e comemorações junto às associações dos aposentados participantes dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação. Os encontros, chamados de “FASCEMAR de perto”, aconteceram tanto na ASACELPA (Associação de Aposentados da Celpa) quanto na AAPC (Associação dos Aposentados e Pensionistas da Cemar).

• PRESENÇA EM EVENTOS

Em 2014, colaboradores e representantes da Diretoria e Conselhos da FASCEMAR também participaram de diversos eventos com o objetivo de melhorar suas práticas de gestão e enriquecer a governança corporativa. Dentre eles, a Fundação marcou presença no XIX EPINNE – Encontro de Profissionais de Investimento do Norte e Nordeste, no XVII EPB – Encontro dos Profissionais de Benefícios do Norte e Nordeste, no 35º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, no 2º Encontro de Educação dos Fundos de Pensão e no 4º Seminário sobre Ética como Valor Fundamental.

INSTITUCIONAL

3. QUEM SOMOS

3.1. MISSÃO

Administrar os Planos Previdenciários da Fundação e prestar serviços aos seus participantes, de forma a garantir a estes melhores benefícios, principalmente aqueles de prestação continuada, referentes à aposentadoria (complementação e renda).

3.2. VISÃO

Ser reconhecida como referência de Entidade Fechada de Previdência Complementar do Norte/Nordeste, cujos resultados são percebidos pelos seus participantes/beneficiários.

3.3. VALORES

Valores são referências que norteiam as atividades da entidade, orientando-nos em qualquer circunstância. Cada colaborador da FASCEMAR deve incorporar atitudes e expressar no comportamento valores básicos, que são:

- Foco em Gente;
- Dedicação ao Participante;
- Obstinação pelo Resultado;
- Ética e Integridade;
- Transparência;
- Segurança.

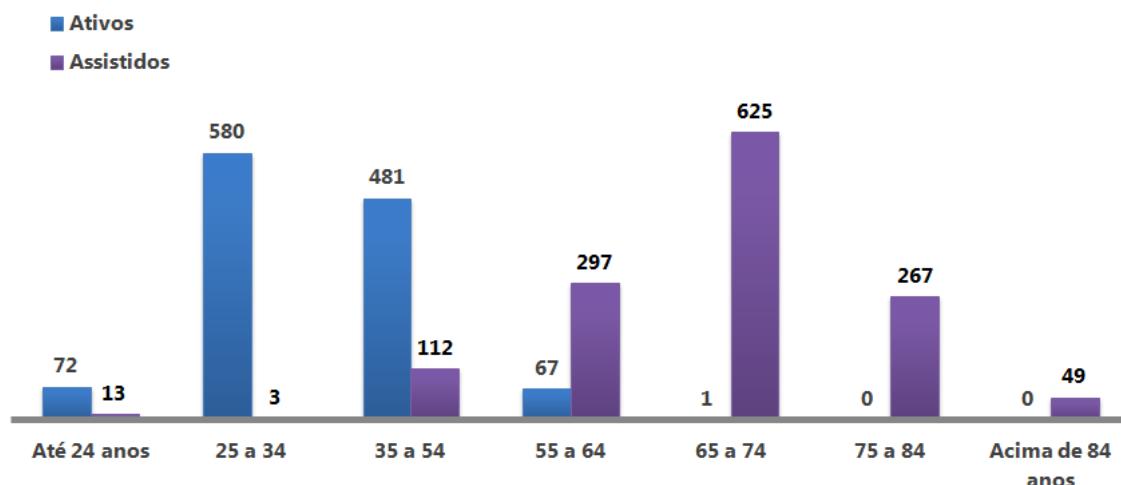
3.4. FASCEMAR EM NÚMEROS

3.4.1. Participantes

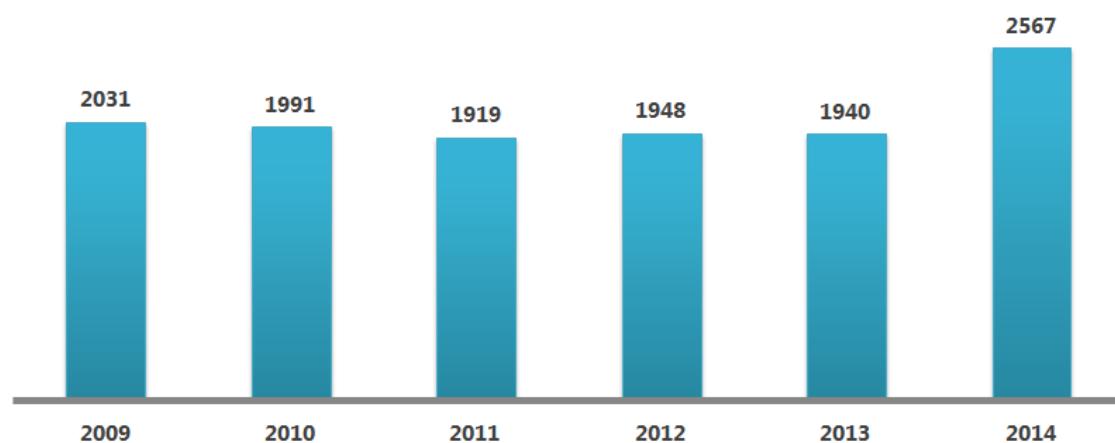
(VEJA A TABELA NA PRÓXIMA PÁGINA)

DEMONSTRATIVO	2014	2013	Var %
Ativos	1201	1203	-0,2%
Ativos Cemar	1192	1195	-0,3%
Plano BDI	31	35	-11,4%
CEMAR	30	33	-9,1%
Autopatrocinados	1	2	-50,0%
Plano Misto	1161	1160	0,1%
CEMAR	1114	1116	-0,2%
Equatorial Energia	2	1	100,0%
Equatorial Soluções	15	18	-16,7%
FASCEMAR	16	9	77,8%
Autopatrocinados	14	16	-12,5%
Ativos Celpa	9	0	0,0%
Plano BDI	0	0	0,0%
CELPA	0	0	0,0%
Autopatrocinados	0	0	0,0%
Plano BDII	9	0	0,0%
CELPA	9	0	0,0%
Autopatrocinados	0	0	0,0%
Assistidos	1366	745	83,4%
Assistidos Cemar	754	745	1,2%
Plano BDI	668	665	0,5%
Aposentadorias	384	401	-4,2%
Benefícios por Invalidez	63	63	0,0%
Benefícios por Pensão	221	201	10,0%
Plano Misto	86	80	7,5%
Aposentadorias	69	68	1,5%
Benefícios por Invalidez	6	3	100,0%
Benefícios por Pensão	11	9	22,2%
Assistidos Celpa	612	0	0,0%
Plano BDI	305	0	0,0%
Aposentadorias	250	0	0,0%
Benefícios por Invalidez	2	0	0,0%
Benefícios por Pensão	53	0	0,0%
Plano BDII	307	0	0,0%
Aposentadorias	157	0	0,0%
Benefícios por Invalidez	8	0	0,0%
Benefícios por Pensão	142	0	0,0%
Total de Participantes Plano Cemar	1946	1940	0,3%
Total de Participantes Plano Celpa	621	0	0,0%
Total de Participantes Consolidado	2567	1940	32,3%

3.4.1.1. Faixa Etária



3.4.1.2. Evolução do Total de Participantes



3.4.2. Evolução do Patrimônio

O Patrimônio Social representa o total de recursos que a Fundação possui para cumprir com as suas obrigações.

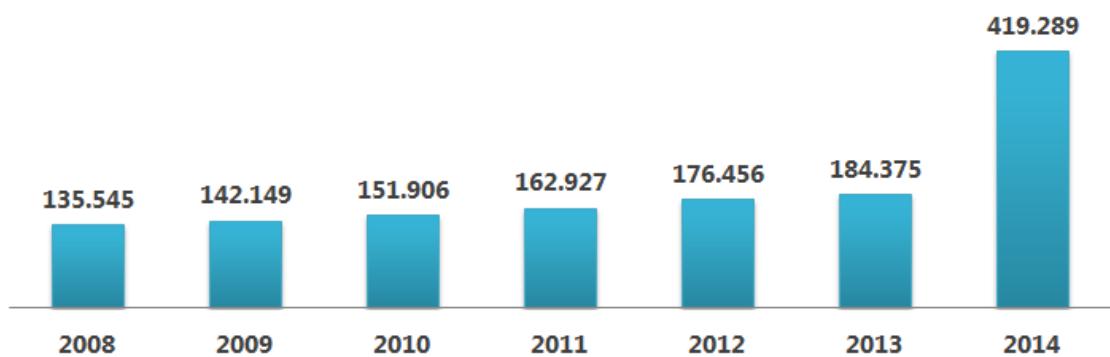
No exercício de 2014, a Fundação recebeu a importância de R\$219.350 mil, em razão da transferência da gestão operacional de dois planos de benefícios da Patrocinadora Celpa (Planos Celpa BD I e BD II).

As contribuições e aportes aos Planos representaram R\$5.753 mil. O resultado positivo dos investimentos representou R\$31.605 mil, perfazendo um total de incremento de R\$15.566.

Com esses movimentos, o Patrimônio Social da Fundação teve um acréscimo de R\$234.916 mil, encerrando o exercício de 2014 com o total de R\$ 419.290 mil, o que representou um aumento de 127% em relação ao exercício anterior.

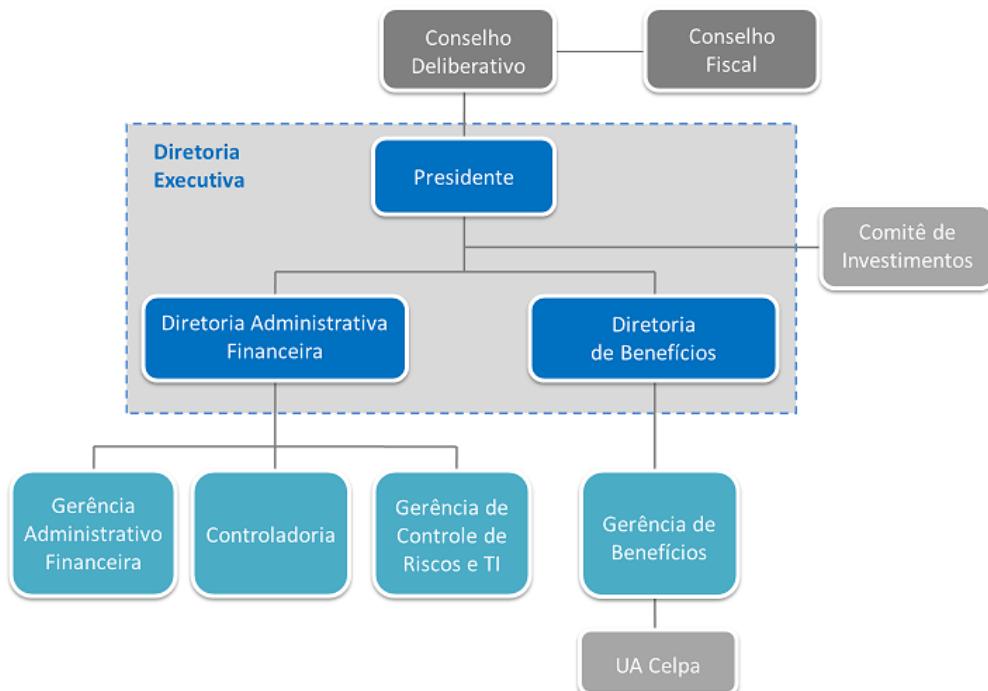
Nota: em 2015, a FASCEMAR estará recebendo mais dois Planos da Patrocinadora CELPA (OP e R – Risco).

(Em milhares de R\$)



4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

4.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



4.1.1. Diretoria Executiva

É o órgão de administração geral da FASCEMAR, incumbindo-lhe a execução das diretrizes do Conselho Deliberativo.

As competências dos membros da Diretoria Executiva estão descritas no Estatuto da Fundação. Todos são indicados das patrocinadoras.

A Diretoria Executiva é constituída por 3 Diretores, sendo:

- 1 Diretor Presidente;
- 1 Diretor de Benefícios;
- 1 Diretor Administrativo-Financeiro.

O mandato dos membros é de 3 anos, permitida a recondução. Excepcionalmente, em 2014 o Presidente assumiu interinamente a Diretoria Administrativo-Financeira a partir de 30 de julho.

Assim, a composição da Diretoria Executiva da FASCEMAR no exercício de 2014 foi a seguinte:



Frederico e Mauro

PRESIDENTE

Raimundo Frederico Menezes Barros

Mandato: 18 de setembro 2012 a 17 de setembro de 2015

DIRETOR DE BENEFÍCIOS

Mauro Chaves de Almeida

Mandato: 13 de agosto de 2014 a 17 de setembro de 2015

DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Raimundo Frederico Menezes Barros

Mandato: 30 de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2014

4.1.2. Conselho Deliberativo

É o órgão máximo da estrutura organizacional, responsável pelas diretrizes e normas gerais de organização, administração e operação. As atribuições dos membros do Conselho Deliberativo estão descritas no Estatuto da FASCEMAR.

O Conselho Deliberativo é constituído por 12 conselheiros, sendo:

- 8 designados pelas Patrocinadoras; e
- 4 eleitos pelos Participantes e Assistidos.

O mandato dos membros é de 3 anos, permitida a recondução.

Atualmente a composição do Conselho Deliberativo da FASCEMAR é a seguinte (mandato de 18 de setembro 2012 a 17 de setembro de 2015):

CONSELHO DELIBERATIVO	
EFETIVOS	SUPLENTES
Ciro Ferreira de Albuquerque Indicado pela Patrocinadora Cemar	Agenilson Chaves de Melo Indicado pela Patrocinadora Cemar
Emanoel Fernando Ramos dos Santos Eleito pelos participantes	Carmelita de Moraes Rego Lima Reis Indicada pela Patrocinadora Cemar
Fernando José Moreira Mendonça Presidente - Indicado pela Patrocinadora Cemar	José Ribeiro dos Santos Filho Indicado pela Patrocinadora Cemar
Geovane Ximenes de Lira Indicado pela Patrocinadora Cemar	Marcos Antônio Lopes Freixo Filho Eleito pelos participantes
José Silva Sobral Neto Indicado pela Patrocinadora Cemar	Rannillery Soares de Sousa Indicado pela Patrocinadora Cemar
Nobuyuki Nakashima Eleito pelos participantes	Ytaquirate Quenã Silva Soeiro Indicado pela Patrocinadora Cemar

4.1.3. Conselho Fiscal

É o órgão responsável pela fiscalização interna da Entidade. As competências dos membros do Conselho Fiscal estão descritas no Estatuto da FASCEMAR.

O Conselho Fiscal é constituído por 6 conselheiros, sendo:

- 4 designados pelas Patrocinadoras; e
- 2 eleitos pelos Participantes e Assistidos.

O mandato dos membros é de 2 anos, vedada a recondução.

Atualmente a composição do Conselho Fiscal da FASCEMAR é a seguinte (mandato de 18 de setembro de 2012 a 17 de setembro de 2014 e prorrogado até 17 de setembro de 2015):

CONSELHO FISCAL	
EFETIVOS	SUPLENTES
Jorge Henrique de Sousa Plácido Eleito pelos participantes	José Tavares Bezerra Júnior Indicado pela Patrocinadora Cemar
Kalbert Costa Pinto Presidente - Indicado pela Patrocinadora Cemar	Raimundo Nonato Garrido Costa Junior Eleito pelos participantes
Rita de Cássia de Carvalho Costa Indicada pela Patrocinadora Cemar	Suelen Rodrigues Barão Indicada pela Patrocinadora Cemar

4.1.4. Equipe Técnica

4.1.4.1. Gerência Administrativa e Financeira



Saulo, Francisco, Lilia e Allison

A equipe Administrativa e Financeira é responsável pela administração dos investimentos, visando maximizar seus recursos financeiros, resultando em informações gerenciais que viabilizem a tomada de decisão por parte dos Órgãos Colegiados. Em 2014, contava com os seguintes colaboradores:

Gerente

Lilia Nunes Cavalcante

Assistente Administrativo

Francisco Alves da Costa Júnior

Analistas Financeiros

Allison Vieira Castilho

Saulo Seguins Sotão

4.1.4.2. Gerência de Benefícios



Guiomary, Maria Teresa, Roberto, Uilma, Jairon e Nubiete

A equipe de Benefícios tem como objetivo principal proporcionar aos seus participantes um atendimento de qualidade, como forma de garantir os benefícios previstos nos Regulamentos dos planos previdenciários administrados pela Fundação. No ano de 2014, contava com os seguintes colaboradores:

Gerente

Roberto Sarmento Travincas

Analistas de Benefícios

Jairon Rafael Brito
Guiomary Luzia Feitosa Busaglo Lopes
Maria Teresa Barbosa Gomes
Nubiete Viana Maia
Uilma Maria Pinto Rego

4.1.4.3. Gerência de TI e Riscos



Wandolly, Fernando e Benedito

A Equipe de TI e Riscos é responsável pelo controle dos processos internos, resultando em informações gerenciais que viabilizem a tomada de decisão por parte dos Órgãos Colegiados. Em 2014, contava com os seguintes colaboradores:

Gerente

Fernando Messias Calvet Castro e Silva

Analista de TI

Wandolly Baluz Maciel

Estagiário

Benedito dos Santos Pereira Júnior

4.1.4.4. Controladoria



Mayron, Milton e André

A Equipe da Controladoria é responsável pelo controle e registro os atos e fatos contábeis, resultando em informações gerenciais que viabilizem a tomada de decisão por parte dos Órgãos Colegiados. No ano de 2014, contava com os seguintes colaboradores:

Gerente

Milton Maia Braga Martins Neto

Analistas Contábeis

André Evangelista de Souza
Mayron Vale Castelo Branco

4.2. CONTROLES

Anualmente, o Conselho Deliberativo aprova um conjunto de Metas para a Fundação, segregadas da Diretoria até os colaboradores, como forma de medir os resultados e os avanços obtidos pela gestão. São mensurados vários itens de controle, destacando-se a rentabilidade dos ativos dos planos, o volume de despesas administrativas e indicadores do Programa de Gestão Administrativa que demonstram o uso racional e eficiente dos recursos gastos para a Fundação garantir a sua operacionalização no dia a dia.

Mensalmente, esses resultados são apresentados para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, que pedem explicações para os desvios e sugerem correções de rumos, com o objetivo de alcançar os objetivos traçados. Esses itens de controle servem para subsidiar as decisões/deliberações a serem tomadas, inclusive, para melhoria dos processos internos da Fundação.

Outro ponto que a fundação controla são os riscos atuariais. Anualmente, o Atuário da Fundação verifica se as hipóteses/premissas atuariais (biométricas, demográficas e econômico-financeiras) estão aderentes à massa de participantes dos planos.

A gestão dos recursos é norteada pela Política de Investimentos. A FASCEMAR, para seleção dos seus gestores, utiliza critérios embasados na ética e transparência, consistência dos resultados, solidez da instituição, estratégias utilizadas e a equipe técnica responsável por desenhar e implementar as estratégias de aplicações do Fundo, como forma de garantir a confiabilidade das aplicações e uma melhor rentabilidade para os investimentos realizados.

Através da sua consultoria financeira (Aditus), a FASCEMAR controla os riscos dos investimentos (VAR e BVar), de solvência, de liquidez, de crédito, de contraparte etc., com o objetivo de monitorar a aderência à Política de Investimentos dos Planos Administrados.

As metas de 2014 e os resultados obtidos pela Fundação são apresentados a seguir:

Indicador	PESO	Unid. Medida		2014	Perc(%)	NOTA INDIC.	DESAFIO (15pts)	NOTA FINAL JAN-NOV
Rentabilidade do Plano BD (INPC + 4,5% aa)	25%	%	Meta	11,01	130,44	15,00	12,62	10,15
			Real	14,36				
Rentabilidade do Plano Misto (INPC + 5,5%)	25%	%	Meta	12,07	84,41	4,00	13,8	
			Real	10,19				
Despesas Orçamentárias Globais (R\$ 3.670.434)	20%	R\$	Meta	3.670.434	96,26	12,00	3.395.159	
			Real	3.533.138				
Média dos Indicadores de PGA	15%	Pontos	Meta	10	100,00	10,00	15	
			Real	10				
Percentual de Cumprimento do Plano de Transferência de gestão dos planos de benefícios patrocinados pela Celpa da RedePrev para a Fascemar até 31 de dezembro de 2014	15%	%	Meta	100,00%	50,00	10,00	107,60%	
			Real	50,00%				

5. CENÁRIO ECONÔMICO EM 2014

O ano de 2014 foi impactado pelas mudanças nas diretrizes da política econômica, com a volta da inflação (e sua tendência de crescimento acima da meta – 6,5% a.a.), levando o Governo a manter a estratégia de aumentar a taxa de juros básica da economia com o objetivo de tentar frear a retomada do processo inflacionário.

As incertezas com relação ao processo eleitoral fizeram com que o mercado voltasse sua atenção para a indicação dos nomes que formariam os ministérios da Área Econômica e para os novos rumos indicados pelas diretrizes da política econômica nos próximos quatro anos. A indicação do Ministro Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda gerou uma expectativa positiva de mudanças no curto e médio prazos, dentre as quais recuperar a capacidade de gerar superávit será o maior desafio.

A **Renda Fixa** foi a classe de ativos que apresentou um diferencial de rentabilidade, apresentando o melhor retorno das carteiras de investimentos dos planos administrados.

Quanto à **Renda Variável**, o IBOVESPA acumulou perda de 2,91% em 2014, configurando mais um ano com retorno fraco na maioria dos setores negociados em Bolsa. A Petrobrás impactou de forma negativa com queda de 21,70%, enquanto a Vale fechou com desvalorização de 36,80%. Para os Fundos de Pensão, o fraco desempenho da Bolsa levou várias Fundações a reduzirem a sua exposição nessa classe de ativos e concentrarem seus investimentos em Renda Fixa.

No **Cenário Internacional**, os Estados Unidos seguiram com dados positivos, mostrando solidez na recuperação econômica (os dados para 2015 preveem um crescimento do PIB em torno de 3%). A China desacelerou a economia com corte de juros e revisão da previsão de crescimento do PIB para 2015 (de 7,5% para 7%). A Zona do Euro seguiu com os mesmos problemas de alto índice de desemprego e baixo crescimento.

Perspectivas para 2015

Para 2015 as previsões continuam pouco animadoras, com a forte tendência de um período inflacionário crescente devido à necessidade de reajustar os preços das tarifas públicas e à possibilidade de retração da economia, pois a estimativa é de crescimento negativo do PIB (algo em torno de -1,3%). Outro problema que pode afetar o país é a possibilidade de um Racionamento de Energia, em razão da escassez das chuvas. O Governo deverá tomar medidas com reformas duras para tentar conter a crise prevista.

Em um cenário de inflação alta e poucas perspectivas de investimento, 2015 apresenta-se como um ano difícil para as Fundações conseguirem bater as metas atuariais e de rentabilidade.

6. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

6.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

6.1.1. Evolução do Ativo Líquido

O Ativo Líquido representa o valor disponível para pagamento dos benefícios na linha do tempo. É apurado através da confrontação das Adições (Contribuições Previdenciais, Resultado Positivo dos Investimentos e Receitas Administrativas) com as Destinações (Pagamentos de Benefícios e Despesas Administrativas).

No exercício de 2014, o Ativo Líquido do Plano Cemar BD I cresceu R\$6.248 mil, encerrando o exercício com R\$142.246 mil. O Passivo Atuarial, que é o montante necessário que a entidade deve possuir para garantir os pagamentos dos benefícios atuais e futuros, fechou em R\$145.408 mil, apresentando um Déficit Acumulado no valor de R\$ 3.162 mil.

Notas:

1. O crescimento do Passivo Atuarial deveu-se à suavização da Tábua de Mortalidade Geral (ou de Expectativa de Vida) em 10% e da segregação da tábua por sexo.
2. Através de estudos atuariais foi identificado pela Mirador (Atuário contratado pela Fundação) que a massa de participantes do Plano BD I está vivendo mais e, portanto, seria necessário a adoção de uma medida conservadora – a de utilizar uma tábua mais condizente com a realidade dos participantes do Plano.
3. O outro ajuste, de utilização de tábuas segregadas por sexo, deve-se ao fato de as mulheres viverem mais que os homens, o que, portanto, deve estar contemplado na avaliação do passivo do Plano.



Ativo Líquido (Em milhares de reais - R\$ mil)			
	2014	2013	Variação (%)
ATIVOS	143.508	137.147	5%
Disponível	3	162	-98%
Recebível	2.926	11.587	-75%
Investimentos	140.579	125.398	12%
OBRIGAÇÕES	(35)	(34)	3%
Operacional	(35)	(34)	3%
Contingencial	-	-	-
FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	(1.227)	(1.114)	10%
ATIVO LÍQUIDO	142.246	135.999	5%
Provisão Matemática	145.408	132.535	10%
Superávit/Déficit Técnico	(3.162)	3.463	-191%

6.1.2. Provisões Matemáticas a Constituir

O Passivo Atuarial representa os compromissos presentes e futuros do Plano para com a sua massa de participantes, ou seja, representa o montante necessário de Patrimônio que a Fundação deve possuir para garantir o pagamento dos benefícios.

No Plano Cemar BD I houve um aumento de R\$ 12.873 mil (9,71%) nos compromissos em relação ao exercício anterior, em razão da suavização da tábua de mortalidade geral.

Provisões Matemáticas (Em milhares de reais - R\$ mil)			
	2014	2013	Variação (%)
Benefícios Concedidos	144.738	131.222	10,30%
Benefícios a Conceder	1.172	2.128	-44,92%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-502	-815	-
Total das Provisões	145.408	132.535	9,71%
Fundo Previdencial	-	-	-
Passivo Atuarial	145.408	132.535	9,71%

6.1.3. Detalhamento da Dívida

Contribuições em Atraso Contratadas (em R\$ mil)	1.539

O Contrato de Confissão de Dívida entre a FASCEMAR e a CEMAR, celebrado em 20 de março de 2001, teve como fato gerador a dívida que a CEMAR possuía para com a FASCEMAR, proveniente das retenções e dos atrasos nos repasses de suas contribuições como Patrocinadora para a Fundação. A dívida resultante desse contrato está sendo devidamente paga pela Patrocinadora e consiste em 168 parcelas mensais e consecutivas desde abril de 2001, atualizada mensalmente com a incidência dos juros correspondentes a 102% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI ou pela variação do INPC, acrescida de 0,5% ao mês (mínimo atuarial), o que for maior dos dois.

Em dezembro de 2014, a CEMAR pagou duas parcelas, uma no dia 02/12 referente à parcela de dezembro e a outra no dia 30/12 referente à parcela de janeiro, ficando com saldo de 2 parcelas para liquidação do Contrato, prevista para março/2015. A dívida está garantida pelos recebíveis da CEMAR.

Este Contrato foi homologado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC através do Ofício nº 2.146/DAJUR/SPC, de 30 de dezembro de 2003.

6.1.4. Meta Atuarial

A Meta Atuarial (Taxa Real de Juros) do Plano CEMAR BD I é 4,5%, a mesma desde dezembro de 2012.

O Plano encontra-se fechado a novas adesões e, portanto, tem a sua massa de participantes definida. Desta forma, a adoção de uma taxa de juros mais baixa é uma medida conservadora, que informa aos diversos agentes que participam do processo decisório na aplicação dos recursos do Plano que os investimentos não devem estar expostos a um nível de risco muito elevado, em busca de retornos superiores às suas metas atuariais.

Como esse Plano está maduro e na fase de pagamento de benefícios, a rentabilidade a ser buscada é aquela que garanta a sua perenidade – com o cumprimento das suas obrigações previdenciais (benefícios e cobertura do passivo atuarial) – e o pagamento das suas despesas administrativas – uma vez que estas são

bancadas com o resultado dos investimentos (pois o plano não recebe mais contribuições dos participantes e das patrocinadoras e, quando as recebem, as mesmas não são representativas para garantir a integralidade das despesas).

A tendência da taxa de juros básica da economia brasileira, no médio prazo, é de queda. Portanto, adotar uma taxa mais condizente/conservadora agora não trará ao Plano problemas futuros quando este momento chegar.

6.1.5. Superávit ou Déficit Técnico

O Plano apresentou, em 31/12/2014, um déficit de R\$3.161 mil decorrente de adequações realizadas, como a adoção de uma Tábua de Mortalidade Geral mais longeva (AT – 2000 suavizada em 10%). Na prática, isso significa dizer que os participantes do Plano estão vivendo mais, prevendo-se, assim, o pagamento dos benefícios previdenciários por um prazo maior. Foi provisionado, também, o pagamento do auxílio funeral para os participantes.

Como o déficit representa apenas 2,17% das Provisões Matemáticas do Plano e o fluxo financeiro é suficiente para honrar os compromissos do exercício subsequente, é facultativa a elaboração de plano de equacionamento de déficit, devendo ser apenas feito o acompanhamento do resultado do Plano nos próximos exercícios.

6.2. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

6.2.1. Política de Investimentos

Dados cadastrais			
Nome do plano	Plano Benefício Definido I		
CNPB	19.860.001.92		
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)			
Período	Segmento	Nome	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	Todos os segmentos	Sr. Raimundo Frederico Menezes Barros	Presidente
Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)			
Período	Segmento	Nome	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	Benefícios	Sr. Mauro Chaves de Almeida	Diretor de Benefícios
Metas de rentabilidade			
Renda Fixa	INPC + 5,5% ao ano		
Renda Variável	INPC + 7,0% ao ano		
Investimentos Estruturados	INPC + 7,0% ao ano		
Investimentos no Exterior	INPC + 6,0% ao ano		
Imóveis	IGPM + 4,5% ao ano		
Operações com Participantes	INPC + 6,0% ao ano		

Alocação dos Recursos e Limites por Segmento de Aplicação				
Segmento	Alocação Alvo	Mínimo	Máximo	Limite Legal
Renda Fixa	87,80%	75,00%	100,00%	100%
Renda Variável	2,00%	0,00%	10,00%	70%
Investimentos Estruturados	4,00%	0,00%	7,00%	20%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	2,00%	10%
Imóveis	4,20%	0,00%	8,00%	8%
Operações com Participantes	2,00%	0,00%	10,00%	15%

6.2.2. Recurso Garantidor

RECURSO GARANTIDOR PLANO CEMAR BDI					
Administração Externa			13.761	9,79%	Rentabilidade 2014
Instituição	Fundos	Segmento			
BRADESCO	BRADESCO INSTITUCIONAL FI CP*	RENDA FIXA	4.524	3,22%	3,92%
HSBC	HSBC RF CP PERF INSTITUCIONAL**	RENDA FIXA	4.637	3,30%	3,86%
BRADESCO	BRADESCO FI REFERENCIADO DI PREMIUM***	RENDA FIXA	3.976	2,83%	6,57%
CAIXA	VINCI CREDITO DE DESENVOLVIMENTO	RENDA FIXA	623	0,44%	14,08%
Administração Interna			126.771	90,18%	Rentabilidade 2014
Investimento	Segmento				
TÍTULO PÚBLICO	NTNB	RENDA FIXA	103.437	73,58%	5,59%
TÍTULO PÚBLICO	NTNC	RENDA FIXA	9.968	7,09%	5,15%
DEBÊNTURES	CEMAR	RENDA FIXA	3.355	2,39%	5,85%
DEBÊNTURES	CEMIG	RENDA FIXA	3.006	2,14%	5,19%
IMÓVEIS	CARTEIRA PRÓPRIA	IMÓVEIS	5.804	4,13%	2,47%
EMPREST/FINANCIAMENTOS	CARTEIRA PRÓPRIA	EMPREST/ FINANCIAMENTO	1.201	0,85%	6,35%
TOTAL DE INVESTIMENTOS			140.532	99,97%	
(+)Disponível			2	0,00%	
(+)Outros Realizaveis (Operações entre Planos)			47	0,03%	
(-) Exigível Operacional de Investimentos			-3	0,00%	
(-) Exigível Contingencial de Investimentos			0	-	
TOTAL DO RECURSO GARANTIDOR			140.579	100,00%	

* A FASCEMAR INVESTIU NO FUNDO A PARTIR DE SETEMBRO/2014

** A FASCEMAR INVESTIU NO FUNDO A PARTIR DE SETEMBRO/2014

*** A FASCEMAR INVESTIU NO FUNDO A PARTIR DE JUNHO/2014

6.2.3. Alocação dos Recursos por Segmento

ALOCAÇÃO POR SEGMENTO PLANO CEMAR BDI				
Segmento	Valores em R\$	Alocação	Política Investimentos	Resolução 3792/2009
RENDA FIXA	133.574	95,02%	75% a 100%	0% a 100%
RENDA VARIÁVEL	0	0,00%	0% a 10%	0% a 70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0	0,00%	0% a 7%	0% a 20%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0	0,00%	0% a 2%	0 a 10%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.201	0,85%	0% a 10%	0% a 15%
IMÓVEIS	5.804	4,13%	0% a 8%	0% a 8%
TOTAL INVESTIMENTOS	140.579	100%		

6.2.4. Títulos Mantidos até o Vencimento e para Negociação

CLASSIFICAÇÃO CARTEIRA PLANO CEMAR BDI 2014						
Títulos	Categoria	Vencimento	Classificação	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor contábil
Créditos Privados e Depósitos				6.361	6	6.361
Debêntures – CEMAR	Renda Fixa	21/6/2020	para negociação	3.355	3	3.355
Debêntures - CEMIG	Renda Fixa	15/2/2025	para negociação	3.006	3	3.006
Fundos de Investimentos				13.761	13.761	13.761
Cotas Vinci FIDC	Direitos creditórios	sem vencimento	para negociação	623	623	623
Cotas BRADESCO INST FI CP	Renda Fixa	sem vencimento	para negociação	4.524	4.524	4.524
Cotas HSBC RF CP PERF INST	Renda Fixa	sem vencimento	para negociação	4.637	4.637	4.637
Cotas BRADESCO FIF PREMUM DI	Referenciado	sem vencimento	para negociação	3.976	3.976	3.976
Títulos Públicos				113.405	119.062	113.405
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2024	mantidos até o vencimento	23.025	27.824	23.025
NTN-B	Renda Fixa	15/5/2035	mantidos até o vencimento	38.267	39.916	38.267
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2050	mantidos até o vencimento	13.438	11.794	13.438
NTN-C	Renda Fixa	1/4/2021	mantidos até o vencimento	9.968	11.313	9.968
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2030	mantidos até o vencimento	8.153	7.948	8.153
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2040	mantidos até o vencimento	7.809	7.180	7.809
NTN-B	Renda Fixa	15/5/2045	mantidos até o vencimento	6.234	6.849	6.234
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2022	mantidos até o vencimento	4.003	3.768	4.003
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2020	mantidos até o vencimento	2.509	2.470	2.509
TOTAL GERAL				133.527	132.829	133.527

6.2.6. Comparativo Benchmark

PLANO CEMAR BDI					
SEGMENTOS	2014	2013	2012	2011	2010
Plano BDI	14,2%	12,5%	15,0%	13,7%	13,9%
Renda Fixa	14,5%	13,0%	15,6%	14,4%	14,2%
Renda Variável	-5,5%	-6,3%	10,4%	-9,3%	9,9%
Imóveis	20,8%	10,6%	10,3%	10,9%	9,3%
Empréstimo	14,6%	14,7%	16,1%	16,9%	15,5%
Meta Atuarial	11,1%	10,3%	11,5%	11,4%	12,9%
CDI	10,8%	8,1%	8,4%	11,6%	9,8%
Ibovespa	-2,9%	-15,5%	7,4%	-18,1%	10,4%
IGPM	3,7%	5,5%	7,8%	5,1%	11,3%

6.2.6. Reavaliação de Imóveis

Venda

Em 2014, a FASCEMAR finalizou a venda das salas comerciais de N^{os} 401 a 404, com as respectivas garagens, situadas no Edifício Torre Santos Dumont, localizadas em Fortaleza, para a empresa Aliança Navegação e Logística Ltda., cujo valor total foi de R\$ 1.500 mil. Celebrou, também, contrato de venda da sala comercial 903, com respectiva garagem, localizada no mesmo Edifício, para a SMM Participações e Empreendimentos S/A, no valor de R\$ 372 mil.

Aquisição

Em 24/01/2014 foi adquirida a sala no Edifício Planta Tower, localizado na Avenida Colares Moreira, nº 2 – sala 1102 – Renascença, com área total de 233 m² e 4 garagens, cujo valor total da compra foi de R\$1.230 mil para uso próprio da Fundação. Esse imóvel foi adquirido com recursos do Plano CEMAR BDI.

Ficou definido pelo Conselho Deliberativo, formalizado através da Ata nº de 228, de 14 de outubro de 2014, que o critério de aluguel para o Plano CEMAR BDI seria composto das seguintes parcelas, a ser cobrado a partir de agosto/2014:

- Meta Atuarial de 4,5 a.a : R\$ 5 mil
- Taxa de Administração a.a: R\$ 1 mil
- Quota de Reintegração da Depreciação: R\$ 2 mil
- **Aluguel a Ser Cobrado : R\$ 8 mil**

AVALIAÇÃO SALA EDIFÍCIO PLANTA TOWER						
Imóvel	Status	Valor Contábil em 30/09/2014	Metragem	Valor avaliação 30/10/2014	Ganho/ Perda R\$	Ganho/ Perda %
Imóvel Sala 1102 Edificio Planta Tower	Uso Próprio	1.215	233,32	1.185	-30	-2%
TOTAL		1.215	233	1.185	-30	-2%

Reavaliação

A última reavaliação das 11 salas comerciais localizadas no Ed. Torre Santos Dumont em Fortaleza – CE foi realizada em julho de 2014 e gerou um resultado positivo de R\$ 583 mil registrado em 2014, representando

uma valorização de 6%. A reavaliação foi realizada pela empresa “Técnica Engenharia de Avaliação e Perícia Ltda”, CNPJ no 03.410.312/0001-61, CREA no 7696/D – CE. De acordo com a legislação, essa última reavaliação estará vigente até 2017.

REAVALIAÇÃO EDIFÍCIO TORRES SANTOS DUMONT							
Imóvel		Status	Valor Contábil em 30/06/2014	Metragem	Valor Avaliação Jul/14	Ganho/Perda R\$	Ganho/Perda %
Sala 405 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza		alugada	337	49,23	389	52	15,54%
Sala 406 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza		alugada	330	48,08	382	53	16,03%
Sala 407 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza		alugada	315	45,87	365	50	15,82%
Sala 408 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza		alugada	418	59,67	473	56	13,39%
Sala 601 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza		desocupada	418	59,67	473	56	13,39%
Sala 602 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza		desocupada	315	45,87	365	50	15,82%
Sala 603 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza		desocupada	330	48,08	382	53	16,03%
Sala 604 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza		alugada	337	49,23	389	52	15,54%
Sala 605 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza		alugada	337	49,23	389	52	15,54%
Sala 606 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza		alugada	330	48,08	382	53	16,03%
Sala 708 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza		alugada	418	59,67	473	56	13,39%
Sala 903 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza		Vendida	330				
TOTAL			4.212		4.466	583	6%

6.2.7. Rentabilidade do Plano e por Segmento

A rentabilidade alcançada foi de 14,21%, contra uma meta atuarial de 11,14% (INPC acrescida de 4,5% a.a.). Portanto, 3,20% acima da meta, representando 129,08% de alcance da meta.

SEGMENTOS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2014
RENDA FIXA	1,38%	1,06%	2,77%	1,31%	1,07%	0,83%	0,83%	0,60%	0,93%	0,88%	1,24%	0,69%	14,46%
RENDA VARIÁVEL	-8,25%	-1,97%	-2,62%	2,83%	1,01%	5,23%	0,37%	8,28%	-9,16%	0,00%	0,00%	0,00%	-5,47%
ESTRUTURADOS	-1,27%	0,97%	0,53%	0,78%	0,98%	1,47%	1,92%	4,06%	-6,20%	-0,04%	2,53%	0,00%	5,52%
RENDA FIXA + RENDA VARIÁVEL+ ESTRUTURADO	1,10%	1,01%	0,53%	1,29%	1,07%	0,86%	0,86%	0,69%	0,76%	0,87%	1,26%	0,69%	11,56%
IMÓVEL	2,21%	0,60%	0,61%	0,62%	0,51%	1,05%	5,07%	0,53%	0,65%	6,24%	0,04%	1,09%	20,77%
EMPRÉSTIMOS	1,22%	1,34%	1,27%	1,28%	1,44%	1,40%	1,14%	0,86%	0,74%	0,83%	1,14%	1,02%	14,57%
RENTABILIDADE PLANO	1,16%	0,99%	2,50%	1,26%	1,05%	0,88%	1,08%	0,68%	0,75%	1,11%	1,21%	0,71%	14,21%
INPC	0,63%	0,64%	0,82%	0,78%	0,60%	0,26%	0,13%	0,18%	0,49%	0,38%	0,53%	0,62%	6,23%
INPC + 4,5%	1,01%	1,02%	1,20%	1,16%	0,98%	0,64%	0,51%	0,56%	0,86%	0,76%	0,91%	1,00%	11,14%
CDI	0,84%	0,78%	0,76%	0,82%	0,86%	0,82%	0,94%	0,86%	0,90%	0,94%	0,84%	0,96%	10,82%
IBOVESPA	-7,51%	-1,14%	7,05%	2,40%	-0,75%	3,76%	5,00%	9,78%	-11,70%	0,95%	0,18%	-8,62%	-2,91%

6.2.8. Despesas com Investimentos

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - CEMAR BDI (Em milhares de reais - R\$ mil)			
	2014	2013	Variação (%)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.851	1.898	-2%
ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	880	899	-2%
PESSOAL E ENCARGOS	532	583	-9%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	5	4	20%
VIAGENS E ESTADIAS	9	15	-37%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	196	183	7%
DESPESAS GERAIS	117	74	58%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	14	23	-41%
OUTRAS DESPESAS	8	16	-49%
OUTRAS DESPESAS	3	15	-83%
DESPESAS ESPECÍFICAS	6	1	345%
ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	907	941	-4%
PESSOAL E ENCARGOS	534	583	-8%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	3	4	-36%
VIAGENS E ESTADIAS	7	15	-50%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	172	159	8%
DESPESAS GERAIS	183	166	10%
OUTRAS DESPESAS	7	14	-51%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	4	-	100%
DESPESAS ESPECÍFICAS	3	14	100%
OUTRAS DEDUÇÕES	64	59	9%

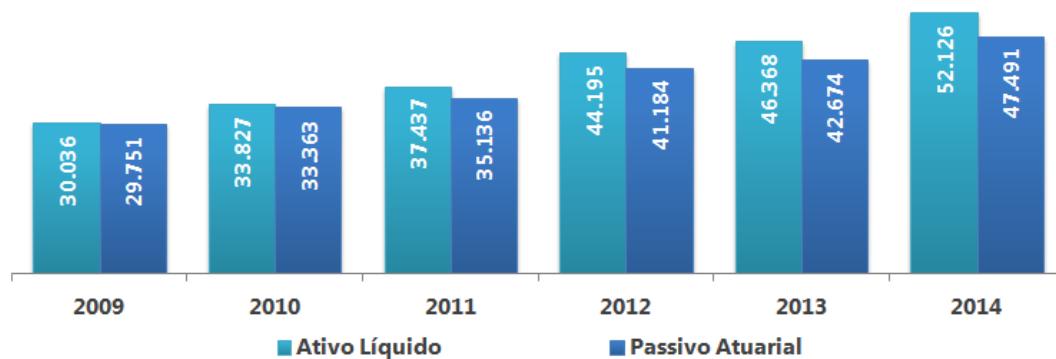
7. PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS

7.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

7.1.1. Evolução do Ativo Líquido

O Ativo Líquido representa o valor disponível para pagamento dos benefícios na linha do tempo. É apurado através da confrontação das Adições (Contribuições Previdenciais, Resultado Positivo dos Investimentos e Receitas Administrativas) com as Destinações (Pagamentos de Benefícios e Despesas Administrativas).

No exercício de 2014, o Ativo Líquido do Plano Cemar Misto cresceu R\$ 5.759 mil, encerrando o exercício com R\$ 52.126 mil. O Passivo Atuarial, que é o montante necessário que a entidade deve possuir para garantir os pagamentos dos benefícios atuais e futuros, foi de R\$ 47.491 mil. Os Fundos Previdenciais tiveram um crescimento de 26% em relação ao ano de 2013, fechando com um saldo de R\$ 4.636 mil.



Ativo Líquido (Em milhares de reais - R\$ mil)			
	2014	2013	Var %
ATIVOS	53.480	47.403	13%
Disponível	19	32	-41%
Recebível	1.085	817	33%
Investimentos	52.376	46.554	13%
OBRIGAÇÕES	(164)	(141)	16%
Operacional	(164)	(141)	16%
Contingencial	-	-	-100%
FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	(1.190)	(893)	33%
ATIVO LÍQUIDO	52.126	46.369	12%
Provisão Matemática	47.491	42.674	11%
Fundos Previdenciais	4.636	3.694	26%

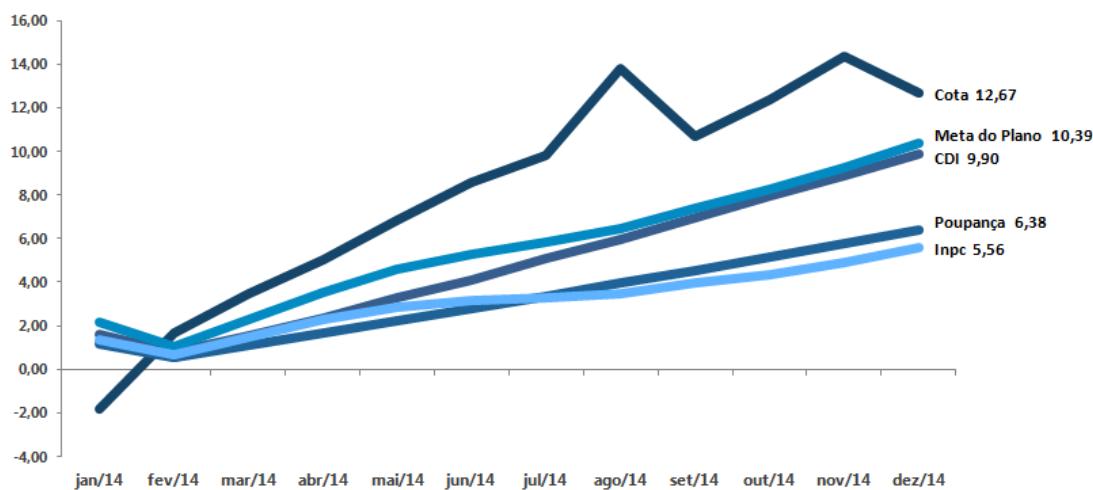
7.1.2. Evolução da Cota do Plano

Cotas são parcelas de igual valor que dividem o patrimônio líquido do Plano Cemar Misto.

A Cota é utilizada para apurar a reserva individual de cada participante no patrimônio do plano, sendo atualizada mensalmente com base na rentabilidade líquida do mesmo.

Em 2014, a variação da cota foi de 12,67%, percentual superior aos principais indicadores financeiros.

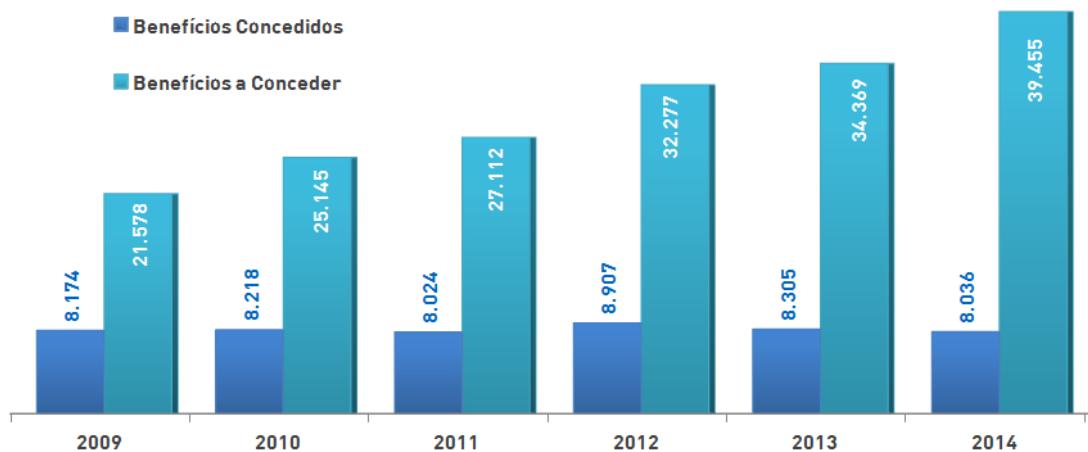
Comparativo de Desempenho - 12 Meses (%) - Acumulado



7.1.3. Evolução do Passivo Atuarial

O Passivo Atuarial representa os compromissos presentes e futuros do Plano para com a sua massa de participantes, ou seja, representa o montante necessário de Patrimônio que a Fundação deve possuir para garantir o pagamento dos benefícios.

No Plano Cemar Misto houve um aumento de R\$ 5.758 mil (12,42%) nos compromissos em relação ao exercício anterior.



Provisões Matemáticas (Em milhares de reais - R\$ mil)			
	2014	2013	Var %
Benefícios Concedidos	8.036	8.305	-3,24%
Benefícios a Conceder	39.455	34.370	14,79%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	-
Total das Provisões	47.491	42.675	11,29%
Fundo Previdencial	4.636	3.694	25,50%
Passivo Atuarial	52.127	46.369	12,42%

7.1.4. Superávit ou Déficit Técnico

O Plano Misto não possui resultado técnico, portanto, não está sujeito a situações de superávit ou déficit.

7.2. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

7.2.1. Política de Investimentos

Dados cadastrais			
Nome do plano	Contribuição Definida		
CNPB	00.500.502.9		
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)			
Período	Segmento	Nome	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	Todos os segmentos	Sr. Raimundo Frederico Menezes Barros	Presidente
Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)			
Período	Segmento	Nome	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	Benefícios	Sr. Mauro Chaves de Almeida	Diretor de Benefícios

Metas de rentabilidade	
Renda Fixa	INPC + 5,5% ao ano
Renda Variável	INPC + 7,0% ao ano
Investimentos Estruturados	INPC + 7,0% ao ano
Investimentos no Exterior	INPC + 6,0% ao ano
Imóveis	IGPM + 4,5% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 6,0% ao ano

Alocação dos Recursos e Limites por Segmento de Aplicação				
Segmento	Alocação Alvo	Mínimo	Máximo	Limite Legal
Renda Fixa	66,00%	45,00%	100,00%	100%
Renda Variável	23,81%	0,00%	40,00%	70%
Investimentos Estruturados	2,16%	0,00%	15,00%	20%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	2,00%	10%
Imóveis	0,00%	0,00%	8,00%	8%
Operações com Participantes	8,04%	0,00%	15,00%	15%

7.2.2. Recurso Garantidor

PLANO MISTO					
Administração Externa			26.050	%	Rentabilidade 2014
Instituição	Fundos	Segmento			
HSBC	HSBC RF CP PERF INST*	RENDA FIXA	6.100	11,67%	3,86%
BRADESCO	BRADESCO INST FI CP**	RENDA FIXA	5.987	11,46%	3,92%
CAIXA	VINCI FIRF IMOB CPLP***	RENDA FIXA	2.065	3,95%	4,28%
CAIXA	VINCI PARTNERS	RENDA FIXA	312	0,60%	14,08%
BRADESCO	BRADESCO FIF PREMUM DI****	RENDA FIXA	647	1,24%	6,57%
MELLON	JGP EQUITY FIM	ESTRUTURADO	1.068	2,04%	1,41%
MELLON	JGP INSTITUCIONAL	RENDA VARIÁVEL	227	0,43%	-1,12%
MELLON	JGP EXPLORER INSTITUCIONAL FIA	RENDA VARIÁVEL	1.098	2,10%	1,80%
SUL AMÉRICA	SULAMERICA EXPERTISE	RENDA VARIÁVEL	1.082	2,07%	-15,98%
BTG PACTUAL	BTG PACTUAL ABSOLUTO	RENDA VARIÁVEL	2.059	3,94%	9,61%
BTG PACTUAL	BTG PACTUAL DIVIDENDOS	RENDA VARIÁVEL	2.146	4,11%	3,79%
BRADESCO	VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	RENDA VARIÁVEL	3.259	6,24%	5,56%
Administração Interna			26.325	50,38%	Rentabilidade 2014
Investimento		Segmento			
TÍTULO PÚBLICO	NTNB	RENDA FIXA	9.817	18,79%	16,89%
DPGE	MERCANTIL	RENDA FIXA	6.583	12,60%	13,07%
DPGE	BIC	RENDA FIXA	5.718	10,94%	14,49%
EMPREST/FINANCIAMENTOS	CARTEIRA PRÓPRIA	EMPRÉSTIMOS	4.207	8,05%	13,45%
TOTAL DE INVESTIMENTOS			52.375	100,23%	
(+)Disponível			19	0,04%	
(-)Outros Realizaveis (Operações entre Planos)			1	0,00%	
(-) Exigível Operacional de Investimentos			-141	-0,27%	
(-) Exigível Contingencial de Investimentos				0,00%	
TOTAL DO RECURSO GARANTIDOR			52.255	100,00%	

* A FASCEMAR INVESTIU NO FUNDO A PARTIR DE SETEMBRO/2014

** A FASCEMAR INVESTIU NO FUNDO A PARTIR DE SETEMBRO/2014

*** A FASCEMAR INVESTIU NO FUNDO A PARTIR DE AGOSTO/2014

**** A FASCEMAR INVESTIU NO FUNDO A PARTIR DE JUNHO/2014

7.2.3. Alocação dos Recursos por Segmento

ALOCAÇÃO POR SEGMENTO				
Segmento	Valores em R\$	Alocação	Política Investimentos	Resolução 3792/2009
RENDA FIXA	37.109	71,01%	45% a 100%	0% a 100%
RENDA VARIÁVEL	9.872	18,89%	0% a 40%	0% a 70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.068	2,04%	0% a 15%	0% a 20%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0	0,00%	0% a 2%	0 a 10%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	4.207	8,05%	0% a 15%	0% a 15%
IMÓVEIS	0	0,00%	0% a 8%	0% a 8%
TOTAL INVESTIMENTOS	52.255	100%		

7.2.4. Títulos para Negociação

CLASSIFICAÇÃO CARTEIRA PLANO MISTO						
Titulos	Categoria	Vencimento	Classificação	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor contábil
Créditos privados e depósitos				12.301	12.301	12.301
DPGE Mercantil	Renda Fixa	20/4/2015	para negociação	6.583	6.583	6.583
DPGE BIC Banco	Renda Fixa	23/4/2015	para negociação	5.718	5.718	5.718
DPGE Banco BMG	Renda Fixa	28/3/2014	para negociação	0	0	0
Fundos de Investimentos				26.050	26.050	26.050
Cotas Vinci Gás Dividendos FIA	Renda Variável	sem vencimento	para negociação	3.259	3.259	3.259
Cotas Sul América Excellence	Renda Fixa	sem vencimento	para negociação	0	0	0
Cotas Gap Absoluto FI Multi	Estruturado	sem vencimento	para negociação	0	0	0
Cotas UBS Pactual Inst. Dividendos	Renda Variável	sem vencimento	para negociação	2.146	2.146	2.146
Cotas BTG Pactual Abs. Inst. FIA	Renda Variável	sem vencimento	para negociação	2.059	2.059	2.059
Cotas BTG Pactual Market FI	Renda Fixa	sem vencimento	para negociação	0	0	0
Cotas Sulamerica Expertise FIA	Renda Variável	sem vencimento	para negociação	1.082	1.082	1.082
Cotas JGP Institucional FIA	Renda Variável	sem vencimento	para negociação	227	227	227
Cotas JGP Explorer Ins FIA	Renda Variável	sem vencimento	para negociação	1.098	1.098	1.098
Cotas Bradesco FIA Infraestrutura	Renda Variável	sem vencimento	para negociação	0	0	0
Cotas JGP Equity FIC FIM	Estruturado	sem vencimento	para negociação	1.068	1.068	1.068
Cotas BTG Pactual Local MM	Estruturado	sem vencimento	para negociação	0	0	0
Cotas Itaú Ações Consumo	Renda Variável	sem vencimento	para negociação	0	0	0
Cotas HSBC FI Regimes Prev.	Renda Fixa	sem vencimento	para negociação	0	0	0
Cotas Vinci FIDC	Direitos Creditórios	sem vencimento	para negociação	312	312	312
Cotas BB Institucional Fundo de RF	Renda Fixa	sem vencimento	para negociação	0	0	0
Cotas HSBC RF CP PERF INST	Renda Fixa	sem vencimento	para negociação	6.100	6.100	6.100
Cotas BRADESCO INST FI CP	Renda Fixa	sem vencimento	para negociação	5.987	5.987	5.987
Cotas VINCI FIRF IMOB CPLP	Renda Fixa	sem vencimento	para negociação	2.065	2.065	2.065
Cotas BRADESCO FIF PREMUM DI	Refrenciado	sem vencimento	para negociação	647	647	647
Títulos Públicos				9.817	9.817	9.817
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2050	para negociação	7.845	7.845	7.845
NTN-B	Renda Fixa	15/5/2017	para negociação	1.000	1.000	1.000
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2022	para negociação	972	972	972
TOTAL				48.168	48.168	48.168

7.2.5. Comparativo Benchmark

PLANO CEMAR MISTO					
SEGMENTOS	2014	2013	2012	2011	2010
Plano Misto	10,2%	2,4%	14,6%	9,8%	11,3%
Renda Fixa	13,7%	-2,6%	14,4%	16,2%	11,6%
Renda Variável	1,1%	-2,75%	13,2%	-10,2%	9,0%
Empréstimo	13,4%	14,1%	16,4%	15,3%	15,5%
Meta do Plano	12,1%	10,8%	12,2%	12,9%	12,3%
CDI	10,8%	8,1%	8,4%	11,6%	9,8%
Ibovespa	-2,9%	-15,5%	7,4%	-18,1%	10,4%
IGPM	3,7%	5,5%	7,8%	5,1%	11,3%

7.2.6. Rentabilidade do Plano e por Segmento

A rentabilidade alcançada pelo Plano foi de 10,19%, abaixo da meta de rentabilidade do plano, que era de 12,07% (INPC acrescida de 5,5% a.a.), e bem próxima da rentabilidade gerada pelo CDI, que foi de 10,82%.

SEGMENTOS	2014
RENDA FIXA	13,68%
RENDA VARIÁVEL	1,08%
ESTRUTURADOS	-0,94%
RENDA FIXA + RENDA VARIÁVEL+ESTRUTURADO	9,89%
IMÓVEL	0,00%
EMPRÉSTIMOS	13,45%
RENTABILIDADE PLANO	10,19%
INPC	6,23%
Meta do Plano INPC + 5,5%	12,08%
CDI	10,82%
IBOVESPA	-2,91%

7.2.7. Despesas com Investimentos

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - CEMAR MISTO (Em milhares de reais - R\$ mil)			
	2014	2013	Variação (%)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	611	620	-2%
ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	326	331	-1%
PESSOAL E ENCARGOS	184	195	-6%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	2	1	100%
VIAGENS E ESTADIAS	3	5	-38%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	68	63	8%
DESPESAS GERAIS	62	57	10%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	5	4	9%
OUTRAS DESPESAS	3	5	100%
OUTRAS DESPESAS	1	5	100%
DESPESAS ESPECÍFICAS	2	-	100%
ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	284	290	-2%
PESSOAL E ENCARGOS	186	195	-5%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	1	1	-36%
VIAGENS E ESTADIAS	3	5	-51%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	60	52	14%
DESPESAS GERAIS	33	31	5%
OUTRAS DESPESAS	2	5	-52%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	1		100%
DESPESAS ESPECÍFICAS	1	5	100%
OUTRAS DEDUÇÕES	-	-	0%

8. PLANO CELPA BDI

8.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

8.1.1. Evolução do Ativo Líquido

O Ativo Líquido representa o valor disponível para pagamento dos benefícios na linha do tempo. É apurado através da confrontação das Adições (Contribuições Previdenciais, Resultado Positivo dos Investimentos, Receitas Administrativas) com as Destinações (Pagamentos de Benefícios e Despesas Administrativas).

No segundo Semestre de 2014, o Ativo Líquido do Plano Celpa BD I cresceu R\$ 2.179 mil, encerrando o exercício com R\$ 149.234 mil. O Passivo Atuarial, que é o montante necessário que a entidade deve possuir para garantir os pagamentos dos benefícios atuais e futuros, foi de R\$ 137.500 mil, tendo um excedente patrimonial para cobertura dos compromissos (Superávit) de R\$ 11.734 mil.

Ativo Líquido (Em milhares de reais - R\$ mil)			
	2014	2013	Variação (%)
ATIVOS	149.494	-	0%
Disponível	3	-	0%
Recebível	52	-	0%
Investimentos	149.439	-	0%
OBRIGAÇÕES	(209)	-	0%
Operacional	(208)	-	0%
Contingencial	(1)	-	0%
FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	(51)	-	0%
ATIVO LÍQUIDO	149.234	-	0%
Provisão Matemática	137.500	-	0%
Superávit	11.734	-	0%

8.1.2. Provisões Matemáticas

O Passivo Atuarial representa os compromissos presentes e futuros do Plano para com a sua massa de participantes, ou seja, representa o montante necessário de Patrimônio que a Fundação deve possuir para garantir o pagamento dos benefícios.

No Plano Celpa BD I, os compromissos representam um total de R\$ 149.234 mil.

Provisões Matemáticas (Em milhares de reais - R\$ mil)			
	2014	2013	Variação (%)
Benefícios Concedidos	137.500	-	0,00%
Benefícios a Conceder	-	-	0,00%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	0,00%
Total das Provisões	137.500	-	0,00%
Fundo Previdencial	11.734	-	0,00%
Passivo Atuarial	149.234	-	0,00%

8.1.3. Meta Atuarial

Em 31/12/2014, a Meta Atuarial (Taxa Real de Juros) dos Planos CELPA BD I e BD II foi alterada de 5,5% para 4,5%.

Os referidos Planos encontram-se fechados a novas adesões e, portanto, têm a sua massa de participantes definida. Dessa forma, a adoção de uma taxa de juros mais baixa é uma medida conservadora, que informa aos diversos agentes que participam do processo decisório na aplicação dos recursos desses planos que os investimentos não devem estar expostos a um nível de risco muito elevado, em busca de retornos superiores às suas metas atuariais.

Como esses Planos estão maduros e na fase de pagamento de benefícios, a rentabilidade a ser buscada é aquela que lhes garanta perenidade – com o cumprimento das suas obrigações previdenciais (benefícios e cobertura do passivo atuarial) – e o pagamento das suas despesas administrativas – uma vez que estas são bancadas com o resultado dos investimentos (pois os planos não recebem mais contribuições dos participantes e das patrocinadoras e, quando as recebem, as mesmas não são representativas para garantir a integralidade das despesas).

A tendência da taxa de juros básica da economia brasileira, no médio prazo, é de queda. Portanto, adotar uma taxa mais condizente/conservadora agora não trará aos Planos problemas futuros quando este momento chegar.

8.1.4. Superávit ou Déficit Técnico

Os Planos CELPA BD I e BD II continuaram com superávit técnico, mesmo após as adequações realizadas: adoção da mesma tábua do Plano BD I da CEMAR; redução da Taxa Real de Juros em um ponto percentual (passando de 5,5% para 4,5%); e redução da constituição das provisões necessárias para cobertura dos benefícios decorrentes de reversões em pensão. Com isso, o superávit dos Planos CELPA BD I e BD II ficaram em R\$11.734 mil e R\$5.936 mil, respectivamente.

Com as adequações realizadas pela Fundação em seus planos administrados, consideramos que o Passivo Atuarial espelha a realidade da massa de participantes dos planos, bem como as perspectivas de médio prazo para o cenário econômico-financeiro do país.

8.2. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

8.2.1. Política de Investimentos

Dados cadastrais			
Nome do plano	Plano Benefício Definido I		
CNPB	19.860.001.92		
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)			
Período	Segmento	Nome	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	Todos os segmentos	Sr. Raimundo Frederico Menezes Barros	Presidente
Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)			
Período	Segmento	Nome	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	Benefícios	Sr. Mauro Chaves de Almeida	Diretor de Benefícios

Metas de rentabilidade	
Meta Atuarial	INPC + 4,5% ao ano
Renda Fixa	INPC + 5,5% ao ano
Renda Variável	INPC + 7,0% ao ano
Investimentos Estruturados	INPC + 7,0% ao ano
Investimentos no Exterior	INPC + 6,0% ao ano
Imóveis	IGPM + 4,5% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 6,0% ao ano

Alocação dos Recursos e Limites por Segmento de Aplicação				
Segmento	Alocação Alvo	Mínimo	Máximo	Limite Legal
Renda Fixa	87,80%	75,00%	100,00%	100%
Renda Variável	2,00%	0,00%	10,00%	70%
Investimentos Estruturados	4,00%	0,00%	7,00%	20%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	10%
Imóveis	4,20%	0,00%	8,00%	8%
Operações com Participantes	2,00%	0,00%	10,00%	15%

CONTROLE DE RISCOS				
Risco de Mercado	Risco de Crédito	Risco Atuarial	Risco de Liquidez	Risco de Investimentos Estruturados
Risco de Gestão	Risco Legal	Risco Operacional	Risco Sistêmico	

8.2.2. Recurso Garantidor

A transferência dos planos CELPA BDI e BDII da REDEPREV para a FASCEMAR foi aprovada pela Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, através da Portaria nº 200, de 14/04/2014, em seu artigo 1º.

Com essa publicação, a FASCEMAR teria trinta dias para realizar a transferência dos Ativos, após confirmação da sua aptidão operacional para gerenciar os referidos planos. O Comitê Consultivo dos Planos CELPA, instituído de acordo com artigo 30 do Estatuto Social da REDEPREV, registrado em Ata do Conselho Deliberativo, se reuniu no dia 27/05/2014, em São Paulo, para dar os primeiros encaminhamentos da alocação dos ativos, e em 2ª reunião, no dia 10/06/2014, para definição da estratégia a ser operacionalizada pela REDEPREV e FASCEMAR. Essa posição foi ratificada pelo Conselho Deliberativo da FASCEMAR, ATA nº 218, de 30/06/2014, ficando definida a transferência dos ativos dos planos CELPA BDI e BDII a partir de 01 de julho de 2014, sendo finalizada em 10/07/2014 com todos os ativos dos planos CELPA BDI e BDII transferidos.

PLANO CELPA BDI					
Administração Externa			6.437	%	Rentabilidade 2014
Instituição	Fundos	Segmento		4,31%	
BTG PACTUAL	BTG PACT EMISS P II	RENDA FIXA	1.123	0,75%	2,22%
BRADESCO	VINCI FIRF IMOB CPLP	RENDA FIXA	979	0,65%	5,23%
BRADESCO	BRAD.FIF PREMIUM DI	RENDA FIXA	2.693	1,80%	5,69%
CAIXA	VINCI GAS VALOR DIVI	RENDA VARIÁVEL	1.112	0,74%	-0,48%
UBS	FIDC CEEE IV-D	RENDA FIXA	138	0,09%	7,70%
PLANNER	FIDC FORNEC PETR	RENDA FIXA	393	0,26%	7,03%
Administração Interna			142.948	95,66%	Rentabilidade 2014
Investimento		Segmento			
TÍTULO PÚBLICO	NTNB	RENDA FIXA	93.053	62,27%	5,70%
CDB	SOFISA	RENDA FIXA	3.174	2,12%	5,15%
DEBÊNTURES	BRAP	RENDA FIXA	2.085	1,40%	5,85%
DEBÊNTURES	CEMIGDIS	RENDA FIXA	2.153	1,44%	5,19%
DEBÊNTURES	DUKE	RENDA FIXA	2.455	1,64%	2,47%
DEBÊNTURES	TAEE	RENDA FIXA	1.887	1,26%	6,35%
DPGE	MODAL	RENDA FIXA	9.673	6,47%	6,38%
DPGE	SCHAHIN	RENDA FIXA	8.456	5,66%	5,63%
LETRA FINANCEIRA	LETRA FINANCEIRA SUB COM FLUXO	RENDA FIXA	1.346	0,90%	3,95%
LETRA FINANCEIRA	LETRA FINANCEIRA	RENDA FIXA	9.270	6,20%	5,65%
IMÓVEIS	CARTEIRA PRÓPRIA	IMÓVEIS	7.348	4,92%	5,85%
EMPREST/FINANCIAMENTOS	CARTEIRA PRÓPRIA	EMPRÉSTIMOS	2.048	1,37%	5,69%
TOTAL DE INVESTIMENTOS			149.385	99,97%	
(+)Disponível			3	0,00%	
(-)Outros Realizáveis			53	0,04%	
(-) Exigível Operacional de Investimentos			-15	-0,01%	
(-) Exigível Contingencial de Investimentos				0,00%	
TOTAL DO RECURSO GARANTIDOR			149.426	100,00%	

8.2.3. Alocação dos Recursos por Segmento

ALOCAÇÃO POR SEGMENTO CELPA BDI				
Segmento	Valores em R\$	Alocação	Política Investimentos	Resolução 3792/2009
RENDA FIXA	138.918	92,97%	75% a 100%	0% a 100%
RENDA VARIÁVEL	1.112	0,74%	0% a 10%	0% a 70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0	0,00%	0% a 7%	0% a 20%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0	0,00%	0,00%	0 a 10%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.048	1,37%	0% a 10%	0% a 15%
IMÓVEIS	7.348	4,92%	0% a 8%	0% a 8%
TOTAL INVESTIMENTOS	149.426	100%		

8.2.4. Títulos Mantidos até o Vencimento e para Negociação

PLANO CELPA BDI						
Títulos	Categoria	Vencimento	Classificação	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor contábil
Créditos privados e depósitos				40.499	40.499	40.499
CDB SOFISA	Renda Fixa	14/6/2016	para negociação	3.174	3.174	3.174
Debêntures BRAP	Renda Fixa	6/7/2015	para negociação	2.085	2.085	2.085
Debêntures CEMIGDIS	Renda Fixa	15/2/2025	para negociação	2.153	2.153	2.153
Debêntures DUKE	Renda Fixa	16/7/2023	para negociação	2.455	2.455	2.455
Debêntures TAEÉ	Renda Fixa	15/10/2024	para negociação	1.887	1.887	1.887
DPGE MODAL	Renda Fixa	1/4/2015	para negociação	9.673	9.673	9.673
DPGE SCHAHIN	Renda Fixa	17/3/2016	para negociação	8.456	8.456	8.456
LETRA FINANCEIRA FI SUB C FLUXO ITAU	Renda Fixa	22/9/2017	para negociação	1.346	1.346	1.346
Letra Financeira ABC	Renda Fixa	9/3/2015	para negociação	1.204	1.204	1.204
Letra Financeira ABC	Renda Fixa	6/7/2015	para negociação	1.647	1.647	1.647
Letra Financeira BNP	Renda Fixa	15/6/2015	para negociação	2.343	2.343	2.343
Letra Financeira BRADESCO	Renda Fixa	19/6/2015	para negociação	2.339	2.339	2.339
Letra Financeira SAFRA	Renda Fixa	11/7/2016	para negociação	1.738	1.738	1.738
Fundos de Investimentos				6.437	6.437	6.437
Cotas BTG PACT EMISS P II	Renda Fixa	sem vencimento	para negociação	1.123	1.123	1.123
Cotas VINCI FIRF IMOB CPLP	Renda Fixa	sem vencimento	para negociação	979	979	979
Cotas BRAD.FIF PREMIUM DI	Referenciado	sem vencimento	para negociação	2.693	2.693	2.693
Cotas VINCI GAS VALOR DIVI	Ações	sem vencimento	para negociação	1.112	1.112	1.112
Cotas FIDC CEEE IV-D	Direitos Creditórios	sem vencimento	para negociação	138	138	138
Cotas FIDC FORNEC PETR	Direitos Creditórios	sem vencimento	para negociação	393	393	393
Títulos Públicos				93.053	92.346	93.053
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2024	mantidos até o vencimento	20.894	20.640	20.894
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2030	mantidos até o vencimento	13.048	12.998	13.048
NTN-B	Renda Fixa	15/5/2035	mantidos até o vencimento	8.564	8.461	8.564
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2040	mantidos até o vencimento	26.346	25.673	26.346
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2045	mantidos até o vencimento	11.826	11.950	11.826
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2050	mantidos até o vencimento	12.374	12.624	12.374
TOTAL				139.989	139.283	139.989

8.2.5. Comparativo Benchmark

SEGMENTOS	PLANO CELPA BDI					
	2014	2013	2012	2011	2010	
Plano CELPA BDI	11,9%					
Renda Fixa	5,8%					
Renda Variável	-21,7%					
Imóveis	5,9%					
Empréstimo	5,7%					
Meta Atuarial	12,1%					
CDI	10,8%	8,1%	8,4%	11,6%	9,8%	
Ibovespa	-2,9%	-15,5%	7,4%	-18,1%	10,4%	
IGPM	3,7%	5,5%	7,8%	5,1%	11,3%	

OBS: DEMONSTRATIVO RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS CONTEMPLE DE JULHO A DEZEMBRO,
O PLANO E META CONTEMPLAM O ANO DE 2014.

8.2.6. Reavaliação de Imóveis

Com a transferência dos Ativos dos planos CELPA BDI e Celpa BDII pela RedePrev, foi transferido o prédio que está alugado para a CELPA, localizado na Rodovia Augusto Montenegro, Km 8,5, s/n – Belém/PA. O valor desse imóvel é rateado entre os planos CELPA BDI, CELPA BDII e OP, com percentuais de 44,57%, 22,48%, 32,95%, respectivamente.

	CELPA BDI	Total
Locados a terceiros	7.348	7.348
Prédio da CELPA Belém	7.348	7.348
Uso Próprio	0	0
Direitos em alienação de investimento imobiliários		
TOTAL	7.348	7.348

8.2.7. Rentabilidade do Plano e por Segmento

A rentabilidade ficou em 11,85%, contra uma meta atuarial de 12,07% (INPC acrescida de 5,5% a.a.). Portanto, 0,22% abaixo da meta atuarial do período, com alcance da meta de 98,20%.

(VEJA A TABELA NA PRÓXIMA PÁGINA)

SEGMENTOS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2014
RENDA FIXA	ADMINISTRAÇÃO REDEPREV						0,93%	1,10%	0,57%	1,15%	0,97%	0,90%	5,75%
RENDA VARIÁVEL							-22,98%	8,38%	-7,78%	1,27%	0,86%	-0,48%	-21,75%
ESTRUTURADOS							0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IMÓVEL							1,04%	0,94%	0,94%	0,94%	0,94%	0,92%	5,85%
EMPRÉSTIMOS							0,86%	0,72%	0,82%	1,04%	0,98%	1,13%	5,69%
RENTABILIDADE PLANO	-1,04%	1,10%	1,48%	1,31%	2,25%	1,33%	0,20%	1,26%	0,40%	1,14%	0,97%	0,89%	11,86%
INPC	0,63%	0,64%	0,82%	0,78%	0,60%	0,26%	0,13%	0,18%	0,49%	0,38%	0,53%	0,62%	6,23%
INPC + 5,5%	1,08%	1,09%	1,27%	1,23%	1,05%	0,71%	0,58%	0,63%	0,94%	0,83%	0,98%	1,07%	12,08%
CDI	0,84%	0,78%	0,76%	0,82%	0,86%	0,82%	0,94%	0,86%	0,90%	0,94%	0,84%	0,96%	10,82%
IBOVESPA	-7,51%	-1,14%	7,05%	2,40%	-0,75%	3,76%	5,00%	9,78%	-11,70%	0,95%	0,18%	-8,62%	-2,91%

8.2.8. Despesas com Investimentos

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - CELPA BDI (Em milhares de reais - R\$ mil)		
	2014	Variação (%)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	768	100%
ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	376	100%
PESSOAL E ENCARGOS	235	100%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	3	100%
VIAGENS E ESTADIAS	6	100%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	91	100%
DESPESAS GERAIS	33	100%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	4	100%
OUTRAS DESPESAS	4	100%
OUTRAS DESPESAS	-	-
DESPESAS ESPECÍFICAS	4	100%
ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	393	100%
PESSOAL E ENCARGOS	238	100%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	0	100%
VIAGENS E ESTADIAS	8	100%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	76	100%
DESPESAS GERAIS	63	100%
OUTRAS DESPESAS	7	100%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	4	100%
DESPESAS ESPECÍFICAS	3	100%
OUTRAS DEDUÇÕES	-	100%

OBS: ESTAS DESPESAS REFEREM-SE AO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO/2014.

9. PLANO CELPA BD II

9.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

9.1.1. Evolução do Ativo Líquido

O Ativo Líquido representa o valor disponível para pagamento dos benefícios na linha do tempo. Sendo apurado através da confrontação das Adições (Contribuições Previdenciais, Resultado Positivo dos Investimentos, Receitas Administrativas) com as Destinações (Pagamentos de Benefícios e Despesas Administrativas).

No segundo Semestre de 2014, o Ativo Líquido do Plano Celpa BD II aumentou R\$ 871 mil, encerrando o exercício com R\$ 73.149 mil, o Passivo Atuarial (montante necessário que a entidade deve possuir para garantir os pagamentos dos benefícios atuais e futuros) foi de R\$ 67.212 mil, tendo um excedente patrimonial para cobertura dos compromissos (Superávit) de R\$ 5.937 mil.

Ativo Líquido (Em milhares de reais - R\$ mil)			
	2014	2013	Variação (%)
ATIVOS	73.627	-	0%
Disponível	2	-	0%
Recebível	63	-	0%
Investimentos	73.562	-	0%
OBRIGAÇÕES	(412)	-	0%
Operacional	(113)	-	0%
Contingencial	(299)	-	0%
FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	(66)	-	0%
ATIVO LÍQUIDO	73.149	-	0%
Provisão Matemática	67.212	-	0%
Superávit	5.937	-	0%

9.1.2. Provisões Matemáticas

O Passivo Atuarial representa os compromissos presentes e futuros do Plano para com a sua massa de participantes, ou seja, representa o montante necessário de Patrimônio que a Fundação deve possuir para garantir o pagamento dos benefícios.

No Plano Celpa BD II, os compromissos representam um total de R\$ 73.149 mil.

Provisões Matemáticas (Em milhares de reais - R\$ mil)			
	2014	2013	Variação (%)
Benefícios Concedidos	65.410	-	0,00%
Benefícios a Conceder	1.802	-	0,00%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	0,00%
Total das Provisões	67.212	-	0,00%
Fundo Previdencial	5.937	-	0,00%
Passivo Atuarial	73.149	-	0,00%

9.1.3. Meta Atuarial

Em 31/12/2014, a Meta Atuarial (Taxa Real de Juros) dos Planos CELPA BD I e BD II foi alterada de 5,5% para 4,5%.

Os referidos Planos encontram-se fechados a novas adesões e, portanto, têm a sua massa de participantes definida. Dessa forma, a adoção de uma taxa de juros mais baixa é uma medida conservadora, que informa aos diversos agentes que participam do processo decisório na aplicação dos recursos desses planos que os investimentos não devem estar expostos a um nível de risco muito elevado, em busca de retornos superiores às suas metas atuariais.

Como esses Planos estão maduros e na fase de pagamento de benefícios, a rentabilidade a ser buscada é aquela que lhes garanta perenidade – com o cumprimento das suas obrigações previdenciais (benefícios e cobertura do passivo atuarial) – e o pagamento das suas despesas administrativas – uma vez que essas são bancadas com o resultado dos investimentos (pois os planos não recebem mais contribuições dos participantes e das patrocinadoras e, quando as recebem, as mesmas não são representativas para garantir a integralidade das despesas).

A tendência da taxa de juros básica da economia brasileira, no médio prazo, é de queda. Portanto, adotar uma taxa mais condizente/conservadora agora não trará aos Planos problemas futuros quando este momento chegar.

9.1.4. Superávit ou Déficit Técnico

Os Planos CELPA BD I e BD II continuaram com superávit técnico, mesmo após as adequações realizadas: adoção da mesma tábua do Plano BD I da CEMAR; redução da Taxa Real de Juros em um ponto percentual (passando de 5,5% para 4,5%); e redução da constituição das provisões necessárias para cobertura dos benefícios decorrentes de reversões em pensão. Com isso, o superávit dos Planos CELPA BD I e BD II alcançou R\$11.734 mil e R\$5.936 mil, respectivamente.

Com as adequações realizadas pela Fundação nos planos que administra, consideramos que o Passivo Atuarial espelha a realidade da massa de participantes dos planos, bem como as perspectivas de médio prazo para o cenário econômico-financeiro do país.

9.2. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

9.2.1. Política de Investimentos

Dados cadastrais			
Nome do plano	Plano Benefício Definido I		
CNPB	19.860.001.92		
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)			
Período	Segmento	Nome	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	Todos os segmentos	Sr. Raimundo Frederico Menezes Barros	Presidente
Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB)			
Período	Segmento	Nome	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	Benefícios	Sr. Mauro Chaves de Almeida	Diretor de Benefícios

Metas de rentabilidade	
Meta Atuarial	INPC + 4,5% ao ano
Renda Fixa	INPC + 5,5% ao ano
Renda Variável	INPC + 7,0% ao ano
Investimentos Estruturados	INPC + 7,0% ao ano
Investimentos no Exterior	INPC + 6,0% ao ano
Imóveis	IGPM + 4,5% ao ano
Operações com Participantes	INPC + 6,0% ao ano

Alocação dos Recursos e Limites por Segmento de Aplicação				
Segmento	Alocação Alvo	Mínimo	Máximo	Limite Legal
Renda Fixa	87,80%	75,00%	100,00%	100%
Renda Variável	2,00%	0,00%	10,00%	70%
Investimentos Estruturados	4,00%	0,00%	7,00%	20%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	10%
Imóveis	4,20%	0,00%	8,00%	8%
Operações com Participantes	2,00%	0,00%	10,00%	15%

CONTROLE DE RISCOS				
Risco de Mercado	Risco de Crédito	Risco Atuarial	Risco de Liquidez	Risco de Investimentos Estruturados
Risco de Gestão	Risco Legal	Risco Operacional	Risco Sistêmico	

9.2.2. Recurso Garantidor

A transferência dos planos CELPA BDI e BDII da RedePrev para FASCEMAR foi aprovada pela Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, através da Portaria nº 200, de 14/04/2014, em seu artigo 1º.

Com essa publicação, a FASCEMAR teria trinta dias para realizar a transferência dos Ativos, após confirmação da sua aptidão operacional para gerenciar os referidos planos. O Comitê Consultivo dos Planos CELPA, instituído de acordo com artigo 30 do Estatuto Social da RedePrev, registrado em Ata do Conselho Deliberativo, se reuniu no dia 27/05/2014, em São Paulo, para dar os primeiros encaminhamentos da alocação dos ativos e, em 2ª reunião, no dia 10/06/2014, para definição da estratégia a ser operacionalizada pela RedePrev e FASCEMAR. Essa posição foi ratificada pelo Conselho Deliberativo da FASCEMAR, ATA nº 218, de 30/06/2014, ficando definida a transferência dos ativos dos planos CELPA BDI e BDII a partir de 01 de julho de 2014, sendo finalizada em 10/07/2014 com todos os ativos dos planos CELPA BDI e BDII transferidos.

(VEJA A TABELA NA PRÓXIMA PÁGINA)

PLANO CELPA BDII					
Administração Externa			3.762	%	Rentabilidade 2014
Instituição	Fundos	Segmento			
BTG PACTUAL	BTG PACT EMISS P II	RENDA FIXA	554	0,75%	2,22%
BRADESCO	VINCI FIRF IMOB CPLP	RENDA FIXA	483	0,66%	5,23%
BRADESCO	BRAD.FIF PREMIUM DI	RENDA FIXA	1.904	2,59%	5,69%
CAIXA	VINCI GAS VALOR DIVI	RENDA VARIÁVEL	549	0,75%	-0,48%
UBS	FIDC CEEE IV-D	RENDA FIXA	68	0,09%	7,70%
PLANNER	FIDC FORNEC PETR	RENDA FIXA	194	0,26%	7,03%
Administração Interna			69.780	94,87%	Rentabilidade 2014
Investimento		Segmento			
TÍTULO PÚBLICO	NTNB	RENDA FIXA	45.635	62,04%	5,59%
CDB	SOFISA	RENDA FIXA	1.567	2,13%	5,15%
DEBÊNTURES	BRAP	RENDA FIXA	1.025	1,39%	5,85%
DEBÊNTURES	CEMIGDIS	RENDA FIXA	1.062	1,44%	5,19%
DEBÊNTURES	DUKE	RENDA FIXA	1.212	1,65%	2,47%
DEBÊNTURES	TAAE	RENDA FIXA	933	1,27%	6,35%
DPGE	OMNI	RENDA FIXA	2.358	3,21%	6,40%
DPGE	PRIMUS	RENDA FIXA	6.184	8,41%	6,32%
LETRA FINANCEIRA	LETRA FINANCEIRA	RENDA FIXA	5.043	6,86%	5,65%
IMÓVEIS	CARTEIRA PRÓPRIA	IMÓVEIS	3.706	5,04%	5,85%
EMPREST/FINANCIAMENTOS	CARTEIRA PRÓPRIA	EMPRÉSTIMOS	1.055	1,43%	5,69%
EMPREST/FINANCIAMENTOS	CARTEIRA PRÓPRIA	EMPRÉSTIMOS	2.048	1,37%	5,69%
TOTAL DE INVESTIMENTOS			73.532	99,97%	
(+)Disponível			2	0,00%	
(-)Outros Realizaveis			29	0,04%	
(-) Exigível Operacional de Investimentos			-8	-0,01%	
(-) Exigível Contingencial de Investimentos			0	0,00%	
TOTAL DO RECURSO GARANTIDOR			73.556	100,00%	

9.2.3. Alocação dos Recursos por Segmento

ALOCAÇÃO POR SEGMENTO CELPA BDII				
Segmento	Valores em R\$	Alocação	Política Investimentos	Resolução 3792/2009
RENDA FIXA	68.246	92,78%	75% a 100%	0% a 100%
RENDA VARIÁVEL	549	0,75%	0% a 10%	0% a 70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0	0,00%	0% a 7%	0% a 20%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0	0,00%	0,00%	0 a 10%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.055	1,43%	0% a 10%	0% a 15%
IMÓVEIS	3.706	5,04%	0% a 8%	0% a 8%
TOTAL INVESTIMENTOS	73.556	100%		

9.2.4. Títulos Mantidos até o Vencimento e para Negociação

PLANO CELPA BDII						
Títulos	Categoria	Vencimento	Classificação	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor contábil
Créditos privados e depósitos				19.384	19.384	19.384
CDB SOFISA	Renda Fixa	14/6/2016	para negociação	1.567	1.567	1.567
Debêntures BRAP	Renda Fixa	6/7/2015	para negociação	1.025	1.025	1.025
Debêntures CEMIGDIS	Renda Fixa	15/2/2025	para negociação	1.062	1.062	1.062
Debêntures DUKE	Renda Fixa	16/7/2023	para negociação	1.212	1.212	1.212
Debêntures TAEE	Renda Fixa	15/10/2024	para negociação	933	933	933
DPGE OMINI	Renda Fixa	14/6/2016	para negociação	2.358	2.358	2.358
DPGE PRIMUS	Renda Fixa	6/11/2015	para negociação	6.184	6.184	6.184
Letra Financeira ABC	Renda Fixa	9/3/2015	para negociação	602	602	602
Letra Financeira ABC	Renda Fixa	6/7/2015	para negociação	941	941	941
Letra Financeira BNP	Renda Fixa	15/6/2015	para negociação	1.171	1.171	1.171
Letra Financeira BRADESCO	Renda Fixa	19/6/2015	para negociação	1.169	1.169	1.169
Letra Financeira SAFRA	Renda Fixa	11/7/2016	para negociação	1.159	1.159	1.159
Fundos de Investimentos				3.752	3.752	3.752
Cotas BTG PACT EMISS P II	Renda Fixa	sem vencimento	para negociação	554	554	554
Cotas VINCI FIRF IMOB CPLP	Renda Fixa	sem vencimento	para negociação	483	483	483
Cotas BRAD.FIF PREMIUM DI	Referenciado	sem vencimento	para negociação	1.904	1.904	1.904
Cotas VINCI GAS VALOR DIVI	Ações	sem vencimento	para negociação	549	549	549
Cotas FIDC CEEE IV-D	Direitos Creditórios	sem vencimento	para negociação	68	68	68
Cotas FIDC FORNEC PETR	Direitos Creditórios	sem vencimento	para negociação	194	194	194
Títulos Públicos				45.635	45.068	45.635
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2024	mantidos até o vencimento	10.025	9.908	10.025
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2030	mantidos até o vencimento	10.523	10.378	10.523
NTN-B	Renda Fixa	15/5/2035	mantidos até o vencimento	7.913	7.677	7.913
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2040	mantidos até o vencimento	9.098	9.106	9.098
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2045	mantidos até o vencimento	6.165	6.223	6.165
NTN-B	Renda Fixa	15/8/2050	mantidos até o vencimento	1.911	1.776	1.911
TOTAL				68.771	68.204	68.771

9.2.5. Comparativo Benchmark

PLANO CELPA BDII						
SEGMENTOS	2014	2013	2012	2011	2010	
Plano CELPA BDII	11,6%	ADMINISTRAÇÃO REDEPREV				
Renda Fixa	5,8%					
Renda Variável	-21,7%					
Imóveis	5,9%					
Empréstimo	5,5%					
Meta Atuarial	12,1%					
CDI	10,8%	8,1%	8,4%	11,6%	9,8%	
Ibovespa	-2,9%	-15,5%	7,4%	-18,1%	10,4%	
IGPM	3,7%	5,5%	7,8%	5,1%	11,3%	

OBS: DEMONSTRATIVO RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS CONTEMPLE DE JULHO A DEZEMBRO,
O PLANO E META CONTEMPLAM O ANO DE 2014.

9.2.6. Reavaliação de Imóveis

Com a transferência dos Ativos dos planos CELPA BDI e Celpa BDII pela Redeprev, foi transferido o prédio que está alugado para a CELPA, localizado na Rodovia Augusto Montenegro, Km 8,5, s/n – Belém/PA. Esse imóvel é rateado entre os planos CELPA BDI, CELPA BDII e OP, com percentuais de 44,57%, 22,48%, 32,95%, respectivamente.

2014		
	CELPA BDII	Total
Locados a terceiros	3.706	3.706
Prédio da CELPA Belém	3.706	3.706
Uso Próprio	0	0
Direitos em alienação de investimento imobiliários		
TOTAL	3.706	3.706

9.2.7. Rentabilidade do Plano e por Segmento

A rentabilidade ficou em 11,65%, contra uma meta atuarial de 12,07% (INPC acrescida de 5,5% a.a.). Portanto, 0,43% abaixo da meta atuarial do período, com alcance da meta de 96,43%.

SEGMENTOS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2014
RENDA FIXA							0,92%	0,92%	0,77%	1,11%	0,91%	1,05%	5,81%
RENDA VARIÁVEL							-22,98%	8,38%	-7,78%	1,27%	0,86%	-0,48%	-21,75%
ESTRUTURADOS							0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
RENDA FIXA + RENDA VARIÁVEL							0,14%	1,11%	0,56%	1,11%	0,91%	1,04%	4,96%
IMÓVEL							1,04%	0,93%	0,94%	0,94%	0,94%	0,92%	5,85%
EMPRÉSTIMOS							0,87%	0,73%	0,78%	1,00%	1,03%	0,93%	5,46%
RENTABILIDADE PLANO	-0,86%	0,89%	1,47%	1,22%	2,11%	1,35%	0,19%	1,09%	0,58%	1,10%	0,92%	1,03%	11,65%
INPC	0,63%	0,64%	0,82%	0,78%	0,60%	0,26%	0,13%	0,18%	0,49%	0,38%	0,53%	0,62%	6,23%
INPC + 5,5%	1,08%	1,09%	1,27%	1,23%	1,05%	0,71%	0,58%	0,63%	0,94%	0,83%	0,98%	1,07%	12,08%
CDI	0,84%	0,78%	0,76%	0,82%	0,86%	0,82%	0,94%	0,86%	0,90%	0,94%	0,84%	0,96%	10,82%
IBOVESPA	-7,51%	-1,14%	7,05%	2,40%	-0,75%	3,76%	5,00%	9,78%	-11,70%	0,95%	0,18%	-8,62%	-2,91%

9.2.8. Despesas com Investimentos

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - CELPA BDII (Em milhares de reais - R\$ mil)			
	2014	2013	Variação (%)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	398	-	100%
ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	196	-	100%
PESSOAL E ENCARGOS	121	-	100%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	1	-	100%
VIAGENS E ESTADIAS	4	-	100%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	47	-	100%
DESPESAS GERAIS	19	-	100%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	2	-	100%
OUTRAS DESPESAS	2	-	100%
OUTRAS DESPESAS	-	-	-
DESPESAS ESPECÍFICAS	2	-	100%
ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	202	-	100%
PESSOAL E ENCARGOS	122	-	100%
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	0	-	100%
VIAGENS E ESTADIAS	5	-	100%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	39	-	100%
DESPESAS GERAIS	29	-	100%
OUTRAS DESPESAS	6	-	100%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	4	-	100%
DESPESAS ESPECÍFICAS	1	-	100%
OUTRAS DEDUÇÕES	-	-	100%

OBS: ESTAS DESPESAS REFEREM-SE AO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO/2014.

10. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

10.1. GESTÃO ADMNISTRATIVA – DESPESAS

10.1.1. Gestão Matriarcal de Despesas

Como nos anos anteriores, a GMD – Gestão Matricial de Despesas – foi utilizada para controlar as despesas administrativas, sendo atribuído a cada colaborador da Fundação o acompanhamento de um conjunto de despesas.

Para o exercício de 2014, a meta era cumprir o orçamento proposto pelo Conselho de Metas das Patrocinadoras e aprovado pelo Conselho Deliberativo da FASCEMAR, tendo como desafio a redução de 5 % das despesas. A Fundação alcançou a redução de 3,74%, o que representou uma economia de R\$137.

GMD 2014 (Em milhares de reais - R\$ mil)				
Mês	Orçado	Realizado	Dif %	Dif R\$
Janeiro	230	202	-11,97%	-28
Fevereiro	224	214	-4,48%	-10
Março	230	202	-12,23%	-28
Abril	235	217	-7,47%	-18
Maio	249	227	-8,66%	-22
Junho	234	272	16,13%	38
Julho	300	260	-13,21%	-40
Agosto	360	273	-24,37%	-88
Setembro	376	533	41,74%	157
Outubro	389	317	-18,41%	-72
Novembro	396	365	-7,67%	-30
Dezembro	447	449	0,45%	2
TOTAL	3.670	3.533	-3,74%	-137

10.1.2. Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas do PGA correspondem aos gastos para manutenção da gestão dos Planos, segregadas em despesas de Administração Previdencial e de Administração de Investimentos e tendo como base o critério de rateio aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

Em 2014, a FASCEMAR aumentou suas despesas administrativas, que foram 55% maiores do que em 2013, em virtude da transferência dos planos da CELPA (BD I e BD II), que exigiram mudanças significativas nos processos da Fundação. Dentre as principais despesas efetuadas, destacamos a mudança de sede (gastos com materiais, mão-de-obra etc.), contratação de novos colaboradores, contratação de novos fornecedores e reajustes nos contratos dos demais fornecedores (em razão do aumento do escopo dos serviços prestados).

(VEJA A TABELA NA PRÓXIMA PÁGINA)

DESPESAS ADMINISTRATIVAS (Em milhares de reais - R\$ mil)				
PACOTES	Orçado	Realizado	Dif %	Dif R\$
PESSOAL E ENCARGOS	2.254	2.160	-4,2%	-95
TREINAMENTO, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	40	16	-60,9%	-24
VIAGENS E ESTADIAS	42	45	7,9%	3
SERVIÇO DE TERCEIROS	785	748	-4,6%	-36
DESPESAS GERAIS	550	559	1,7%	10
OUTRAS DEDUÇÕES	0	5	100,0%	5
TOTAL	3.670	3.533	-4%	-137

Nota: apesar do patrimônio ter crescido 127%, observe que as despesas não cresceram em tal magnitude, representando um ganho de escala para os planos administrados pela Fundação. Essa relação tende melhorar ainda mais com a vinda dos planos CELPA OP e R em 2015.

10.1.3. Despesa Analítica Serviços De Terceiros

SERVIÇOS DE TERCEIROS Despesas Analíticas (Em milhares de reais - R\$ mil)				
	Orçado	Realizado	Dif %	Dif R\$
SERVICOS DE TERCEIROS	784.868	748.402	-4,6%	-36.465
CONSULTORIA ATUARIAL	155.099	130.331	-16,0%	-24.768
CONSULTORIA DOS INVESTIMENTOS	87.641	81.692	-6,8%	-5.949
CONSULTORIA CONTABIL/INVESTIMENTO	0	4.800	100,0%	4.800
CONSULTORIA JURIDICA	135.000	87.386	-35,3%	-47.614
INFORMATICA	239.827	318.724	32,9%	78.897
GESTAO/PLANEJAMENTO ESTRATEGICO	10.176	0	-100,0%	-10.176
AUDITORIA	95.000	76.343	-19,6%	-18.657
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	54.200	40.827	-24,7%	-13.373
GERENCIAMENTO DE DOCUMENTACAO	7.925	8.300	4,7%	376
TOTAL	784.868	748.402	-5%	-36.465

10.1.4. Despesa Analítica Pessoal

“Despesa Analítica de Pessoal 2014 (Em milhares de reais - R\$ mil)”	GESTÃO		TOTAL
	Previdencial	Investimentos	
PESSOAL	1.071	1.080	2.151
Conselheiros	43	43	86
Dirigentes	106	106	213
Pessoal Próprio	720	729	1.450
Pessoal Cedido	198	198	396
Estagiário	3	3	6

10.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA – INVESTIMENTOS

10.2.1. Política de Investimentos

Meta de rentabilidade			
Renda Fixa	100% do CDI		
Alocação dos Recursos e Limites por Segmento de Aplicação			
Segmento	Alocação Alvo	Mínimo	Máximo
Renda Fixa	100,00%	0,00%	100,00%

CONTROLE DE RISCOS				
Risco de Mercado	Risco de Crédito	Risco Atuarial	Risco de Liquidez	Risco de Investimentos Estruturados
Risco de Gestão	Risco Legal	Risco Operacional	Risco Sistêmico	

10.2.2. Alocação dos Recursos por Segmento

ALOCAÇÃO POR SEGMENTO					
Segmento	Valores em R\$	Alocação	Política Investimentos	Resolução 3792/2009	
RENDA FIXA	2.825	100,00%	0% a 100%	0% a 100%	
RENDA VARIÁVEL	0	0,00%	0,00%	0% a 70%	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0	0,00%	0,00%	0% a 20%	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0	0,00%	0,00%	0 a 10%	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0	0,00%	0,00%	0% a 15%	
IMÓVEIS	0	0,00%	0,00%	0% a 8%	
TOTAL INVESTIMENTOS	2.825	100%			

10.2.3. Recurso Garantidor

PLANO PGA					
Administração Externa			2.711,24	% 95,96%	Rentabilidade 2014
Instituição	Fundos	Segmento			
ITAUCARD	INST ACTIVIA FIXA IB M FI	Renda Fixa	2.711		
TOTAL DE INVESTIMENTOS			2.711	95,96%	11,71%
(+)Disponível			3	0,09%	
(-)Outros Realizaveis (Operações entre Planos)			214	7,56%	
(-) Exigível Operacional de Investimentos			-102	-3,62%	
(-) Exigível Contingencial de Investimentos				0,00%	
TOTAL DO RECURSO GARANTIDOR			2.825	100,00%	

10.2.4. Rentabilidade

	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	2014
RENDA FIXA	-0,76%	2,55%	0,72%	1,33%	1,03%	0,80%	0,91%	0,92%	0,93%	0,90%	0,84%	0,98%	11,71%
RENTABILIDADE PLANO	-0,76%	2,55%	0,72%	1,33%	1,03%	0,80%	0,91%	0,92%	0,93%	0,90%	0,84%	0,98%	11,71%
CDI	0,84%	0,78%	0,76%	0,82%	0,86%	0,82%	0,94%	0,86%	0,90%	0,94%	0,84%	0,96%	10,82%

11. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. PATRIMÔNIO SOCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$ mil)									
ATIVO	Nota explicativa	2014	2013	Variação (%)	PASSIVO	Nota explicativa	2014	2013	Variação (%)
DISPONÍVEL		29	199	-85%	EXIGÍVEL OPERACIONAL	6	1327	657	102%
REALIZÁVEL		420.627	184.795	128%	Gestão previdencial		351	61	475%
Gestão previdencial	4	1.730	10.476	-83%	Gestão administrativa		707	482	47%
Gestão administrativa		16	14	14%	Investimentos		269	114	136%
Investimentos	5	418.881	174.305	140%					
Títulos públicos		261.910	108.256	142%	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	6	301	21	1333%
Créditos privados e depósitos		78.545	21.887	259%	Gestão administrativa		301	21	1333%
Fundos de investimento		52.712	33.052	59%	Gestão investimento		-	-	0%
Investimentos imobiliários		16.859	5.601	201%					
Empréstimos		8.510	5.407	57%	PATRIMÔNIO SOCIAL		419.290	184.374	127%
Outros realizáveis		345	102	238%	Patrimônio de cobertura do plano		412.121	178.672	131%
					Provisões matemáticas	8.1	397.612	175.209	127%
PERMANENTE		262	58	352%	Benefícios concedidos		355.685	139.527	155%
Imobilizado		218	58	276%	Benefícios a conceder		42.429	36.497	16%
Intangível		44	0	0%	(-) Provisões matemáticas a constituir		-502	-815	-38%
					Equilíbrio técnico	8.2	14.509	3.463	319%
					Resultados realizados		14.509	3.463	319%
					Superávit técnico acumulado		14.509	3.463	319%
					Fundos	8.2	7.169	5.702	26%
					Fundos previdenciais		4.636	3.695	25%
					Fundos administrativos		2.396	1.927	24%
					Fundos dos investimentos		137	80	71%
TOTAL DO ATIVO		420.918	185.052	127%	TOTAL DO PASSIVO		420.918	185.052	127%

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO (Em milhares de reais - R\$ mil)"			
	2014	2013	Variação (%)
PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	184.375	176.456	4%
ADIÇÕES	41.492	23.754	75%
Contribuições previdenciais	5.753	6.168	-7%
Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	31.605	14.932	112%
Receitas administrativas	3.876	2.635	47%
Resultado positivo dos investimentos - gestão administrativa	197	-	0%
Reversão de contingência - gestão administrativa	21	-	0%
Constituição de fundos de investimento	40	19	111%
DESTINAÇÕES	(25.926)	(15.835)	64%
Benefícios	[22.127]	[13.191]	68%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(174)	-	0%
Despesas administrativas	[3.625]	[2.518]	44%
Resultado negativa dos investimentos - gestão administrativa	-	(120)	0%
Reversão de fundos de investimento	-	[6]	0
ACRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO	15.566	7.919	97%
Provisões matemáticas	62.456	4.356	1334%
Fundos previdenciais	(35.517)	683	-5300%
Superavit técnico/Déficit técnico	(11.883)	2.870	-514%
Fundos administrativos	469	[3]	-15733%
Fundos de investimentos	41	13	215%
OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	219.350	-	0%
PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO	419.290	184.375	127%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA) (Em milhares de reais - R\$ mil)"			
	2014	2013	Variação (%)
FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.927	1.931	0%
Custeio da gestão administrativa	4.094	2.635	55%
Receitas	4.094	2.635	55%
Custeio administrativo da gestão previdencial	817	679	20%
Custeio administrativo dos investimentos	2.727	1.917	42%
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	20	21	-5%
Resultado positivo dos investimentos	197	-	0%
Reversão de contingências	21	-	0%
Outras receitas	312	18	1633%
Despesas administrativas	(3.625)	(2.519)	44%
Administração previdencial	(1.778)	(1.229)	45%
Pessoal e encargos	(1.071)	(778)	38%
Treinamentos/congressos e seminários	(11)	(6)	83%
Viagens e estadias	(22)	(20)	10%
Serviços de terceiros	(401)	(246)	63%
Despesas gerais	(232)	(131)	77%
Depreciações e amortizações	(25)	(28)	-11%
Outras despesas	(6)	(20)	-70%
Tributos	(10)	-	0%
Administração dos investimentos	(1.783)	(1.231)	45%
Pessoal e encargos	(1.080)	(778)	0,39
Treinamentos/congressos e seminários	(4)	(6)	-33%
Viagens e estadias	(23)	(20)	15%
Serviços de terceiros	(347)	(211)	64%
Despesas gerais	(317)	(197)	61%
Depreciações e amortizações	(12)	-	0%
Outras despesas	-	(19)	0%
Outras despesas	(64)	(59)	8%
Resultado Negativo dos Investimentos	-	(120)	0%
Sobra da gestão administrativa	469	(4)	-11825%
Constituição de fundo administrativo	469	(4)	-11825%
FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL	2.396	1.927	24%

11.2. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - PBD I

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD-I PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$ mil)				
	Nota explicativa	2014	2013	Variação (%)
ATIVOS		143.508	137.147	5%
Disponível		3	162	-98%
Recebível	4	2.926	11.587	-75%
Investimento	5	140.579	125.398	12%
Títulos públicos		113.405	102.164	11%
Créditos privados e depósitos		6.361	8.079	-21%
Fundos de investimento		13.761	8.299	66%
Investimentos imobiliários		5.804	5.602	4%
Empréstimos		1.201	1.247	-4%
Outros		47	7	571%
OBRIGAÇÕES		(35)	(34)	3%
Operacional	6	(35)	(34)	3%
FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS		(1.227)	(1.114)	10%
Fundos administrativos		(1.221)	(1.111)	10%
Fundos de investimentos		(6)	(3)	100%
ATIVO LÍQUIDO		142.246	135.999	5%
Provisões matemáticas	8.1	145.408	131.965	10%
Superávit técnico	8.2	(3.162)	4.034	-178%

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD-I
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2014	2013	Variação (%)
ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	135.998	130.263	4%	5%
ADIÇÕES	17.059	16.058	6%	-98%
Contribuições previdenciais	1.484	2.220	-33%	-75%
Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	15.575	13.838	13%	12%
DESTINAÇÕES	(10.811)	(10.323)	5%	11%
Benefícios	(10.805)	(10.316)	5%	-21%
Custeio administrativo	(6)	(7)	-14%	66%
ACRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO	6.248	5.735	9%	4%
Provisões matemáticas	13.443	3.436	291%	-4%
Déficit técnico	(7.196)	2.298	-413%	571%
ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO	142.246	135.998	5%	3%
FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	1.227	1.111	10%	3%
Fundos administrativos	1.221	1.111	10%	10%
Fundos de investimentos	6	3	100%	10%

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO BD-I
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2014	2013	Variacão (%)
PROVISÕES TÉCNICAS		142.246	135.998	4,59%
Provisões matemáticas	8.1.c	145.408	132.535	9,71%
Benefícios concedidos		144.738	131.222	10,30%
Benefício definido		144.738	131.222	10,30%
Benefícios a conceder		1.172	2.128	-44,92%
Benefício definido		1.172	2.128	-44,92%
(-) Provisões matemáticas a constituir		(502)	(815)	-38,40%
(-) Serviço passado		(502)	(815)	-38,40%
(-) Patrocinador(es)		(502)	(815)	-38,40%
Equilíbrio técnico	8.2	[3.162]	3.463	-191,31%
Superávit técnico acumulado		[3.162]	3.463	-191,31%
Reserva de contingência		[3.162]	3.463	-191,31%

11.3. PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS - PMB I

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota Explicativa	2014	2013	Variação (%)
Ativos		53.480	47.403	13%
Disponível		19	32	-41%
Recebível	4	1.085	817	33%
Investimento	5	52.376	46.554	13%
Títulos públicos		9.817	6.092	61%
Créditos privados e depósitos		12.301	13.808	-11%
Fundos de investimento		26.050	22.494	16%
Empréstimos		4.207	4.160	1%
Outros realizáveis		1	-	0%
Obrigações		(164)	(141)	16%
Operacional	6	(164)	(141)	16%
Fundos não previdenciais		(1.190)	(893)	33%
Fundos administrativos		(1.077)	(816)	32%
Fundos dos investimentos		(113)	(77)	47%
Ativo líquido		52.126	46.369	12%
Provisões matemáticas	8.1	47.491	42.674	11%
Fundos previdenciais		4.636	3.694	26%

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	2014	2013	Variação (%)
ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	46.369	44.195	5%
ADIÇÕES	9.742	5.721	70%
Benefícios	4.982	4.627	8%
Custeio administrativo	4.760	1.094	335%
ADIÇÕES	(3.983)	(3.547)	12%
Benefícios	[3.230]	[2.875]	12%
Custeio administrativo	[753]	[672]	12%
ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	5.759	2.174	165%
Provisões matemáticas	4.817	1.491	223%
Provisões matemáticas	942	683	38%
ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	52.128	46.369	12%
Fundos administrativos	1.190	893	33%
Fundos administrativos	1.077	816	32%
Fundos dos investimentos	113	77	47%

**DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota Explicativa	2014	2013	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS		52.127	46.369	12%
Provisões matemáticas	8.1.c	42.675	42.675	11%
Benefícios concedidos		8.036	8.305	-3%
Contribuição definida		8.036	8.305	-3%
Benefícios a conceder		39.455	34.370	15%
Contribuição definida		39.455	34.370	15%
Saldo de contas - parcela patrocinadores		15.834	13.960	13%
Saldo de contas - parcela participantes		23.621	20.410	16%
Benefício definido estruturado em regime de repartição simples		-	-	#VALOR!
Fundos		4636	3694	26%
Fundos previdenciais		4636	3694	26%

11.4. PLANO CELPA BD I

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CELPA BD-I PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$ mil)				
	Nota Explicativa	2014	2013	Variação (%)
ATIVOS		149.494	-	0%
Disponível		3	-	0%
Recebível	4	52	-	0%
Investimento	5	149.439	-	0%
Títulos públicos		93.053	-	0%
Créditos privados e depósitos		40.499	-	0%
Fundos de investimento		6.437	-	0%
Investimentos imobiliários		7.348	-	0%
Empréstimos		2.048	-	0%
Outros realizáveis		54	-	0%
OBRIGAÇÕES		(209)	-	0%
Operacional	6	(208)	-	0%
Contingencial		(1)	-	0%
Fundos não previdenciais		(51)	-	0%
Fundos administrativos		(40)	-	0%
Fundos de investimentos		(11)	-	0%
ATIVO LÍQUIDO		149.234	-	0%
Provisões matemáticas	8.1	137.500	-	0%
Fundos previdenciais		11.734	-	0%

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	2014	2013	Variação (%)
ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	-	0	0%
ADIÇÕES	7.567	0	0%
Contribuições previdenciais	70	0	0%
Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	7.497	0	0%
DESTINAÇÕES	(5.388)	0	0%
Benefícios	(5.364)	0	0%
Custeio administrativo	(24)	0	0%
ACRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO	2.179	0	0%
Provisões matemáticas	31.294	0	0%
Déficit técnico	(1.859)	0	0%
Fundos previdenciais	(27.256)	0	0%
OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	147.055	0	0%
ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO	149.234	0	0%
FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	51	0	0%
Fundos administrativos	40	0	0%
Fundos de investimentos	11	0	0%

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO CELPA BDI
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota Explicativa	2014	2013	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS		149.234	0	0%
Provisões matemáticas	8.1.c	137.500	0	0%
Benefícios concedidos		137.500	0	0%
Benefício definido		137.500	0	0%
Benefícios a conceder		-	0	0%
Benefício definido		-	0	0%
(-) Provisões matemáticas a constituir		-	0	0%
(-) Serviço passado		-	0	0%
(-) Patrocinador(es)		-	0	0%
Equilíbrio técnico	8.2	11.734	0	0%
Superávit técnico acumulado		11.734	0	0%
Reserva de contingência		11.734	0	0%

11.5. PLANO CELPA BD II

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CELPA BD-II PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$ mil)				
	Nota Explicativa	2014	2013	Variação (%)
Ativos		73.627	-	0%
Disponível		2	-	0%
Recebível	4	63	-	0%
Investimento	5	73.562	-	0%
Títulos públicos		45.635	-	0%
Créditos privados e depósitos		19.384	-	0%
Fundos de investimento		3.753	-	0%
Investimentos Imobiliários		3.706	-	0%
Empréstimos		1.055	-	0%
Outros realizáveis		29	-	0%
Obrigações		(412)	-	0%
Operacional	6	(113)	-	0%
Contigencial		(299)	-	0%
Fundos não previdenciais		(66)	-	0%
Fundos administrativos		(58)	-	0%
Fundos dos investimentos		(8)	-	0%
Ativo líquido		73.149	-	0%
Provisões matemáticas	8.1	67.212	-	0%
Fundos previdenciais		5.937	-	0%

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CELPA BD-II
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	2014	2013	Variação (%)
ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	-	-	0%
ADIÇÕES	3.808	-	0%
Contribuições previdenciais	34	-	0%
Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	3.774	-	0%
DESTINAÇÕES	(2.937)	-	0%
Benefícios	[2.729]	-	0%
Constituição de Contigências - Gestão Previdencial	(174)	-	0%
Custeio administrativo	(34)	-	0
ACRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO	871	-	0%
Provisões matemáticas	13.472	-	0%
Deficit Técnico	(3.399)	-	0%
Fundos previdenciais	[9.202]	-	0
OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	72.278	-	0
ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO	73.149	-	0%
FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	66	-	0%
Fundos administrativos	58	-	0%
Fundos dos investimentos	8	-	0%

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO CELPA BD-II
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota Explicativa	2014	2013	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS		73.149	0	0,00%
Provisões matemáticas	8.1.c	67.212	0	0,00%
Benefícios concedidos		65.410	0	0,00%
Benefício definido		65.410	0	0,00%
Benefícios a conceder		1.802	0	0,00%
Benefício definido		1.802	0	0,00%
(-) Provisões matemáticas a constituir		-	0	0,00%
(-) Serviço passado		-	0	0,00%
(-) Patrocinador(es)		-	0	0,00%
Equilíbrio técnico	8.2	5.937	0	0,00%
Superávit técnico acumulado		5.937	0	0,00%
Reserva de contingência		5.937	0	0,00%

12. NOTAS EXPLICATIVAS

31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar (“FASCEMAR” ou “Fundação”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída pela Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, conforme Portaria nº 3.671, de 07 de fevereiro de 1986, regida pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 - regulamentada pelo Decreto-Lei nº 4.206, de 23 de abril de 2002.

Desde a sua criação, a FASCEMAR contava somente com um plano de previdência, estruturado na modalidade de benefício definido (Plano de Benefícios Definidos I - BD I), onde as flutuações das hipóteses atuariais adotadas - Tábuas de Mortalidade e vinculação ao teto do INSS facilmente interferiam no equilíbrio financeiro da Fundação, podendo levá-la a situações de déficit atuarial. Essa situação levou a FASCEMAR, assim como a maioria das fundações, a implantar planos mais modernos e aderentes à realidade do mercado. O Plano de Benefícios Definidos I - BD I assegura aos participantes uma suplementação do benefício concedido pela Previdência Social. Os principais benefícios complementares assegurados aos participantes são:

- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de auxílio-doença;
- Complementação de pensão por morte;
- Complementação de abono anual e auxílio-funeral.

O Plano de Benefícios Definidos I - BD I, inscrito no CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, sob o nº 19860001-92, passou por uma reestruturação para atender à legislação, com a implantação de novos institutos, o benefício proporcional diferido e a portabilidade. O novo regulamento do plano BD I foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, através da Portaria DETEC nº 1.975, de 21 de dezembro de 2007, publicada no nº 246, de 24 de dezembro de 2007.

O Plano BD-I está fechado a novas inscrições desde 21 de dezembro de 2005, permanecendo neste os participantes que já estavam na condição de assistidos e os ativos que não fizeram a migração para o Plano Misto.

No ano de 2005, a Administração da FASCEMAR trabalhou na elaboração de um novo plano previdenciário e na sua aprovação junto à Secretaria de Previdência Complementar - SPC, o que ocorreu em 17 de novembro de 2005, através da Portaria nº 277. O novo plano VidaFlex - Plano Misto de Benefícios I (“Plano Misto”), inscrito no CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios da PREVIC sob o nº 20050050-29, é do tipo contribuição definida e foi efetivamente implementado em maio de 2006. Os principais benefícios complementares assegurados aos participantes do Plano Misto são:

- Benefício de aposentadoria normal;
- Benefício de incapacidade para o trabalho;
- Benefício por morte de participante ativo; e
- Benefício por morte de participante assistido.

O Plano Misto contempla os mesmos institutos do Plano BD-I, ou seja, autopatrocínio, resgates de contribuições, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Em 25 de outubro de 2005, foi firmado entre a CEMAR e a FASCEMAR o termo de Adesão, com o objetivo de formalizar a condição da FASCEMAR como patrocinadora do Plano Misto de Benefício I, no qual a CEMAR assume solidariedade com a patrocinadora FASCEMAR nas responsabilidades e obrigações relativas ao Plano.

Em 1º de maio de 2006, se deu a data efetiva do Plano Misto e, em 31 de maio de 2006, ocorreram as primeiras contribuições dos Participantes para o referido plano.

Foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, através da Portaria nº 1.172, de 06 de junho de 2007 e publicada no Diário Oficial da União nº 109, de 08 de junho de 2007, Seção 1, o novo regulamento do Plano Misto de Benefícios I, cujos principais ajustes se referem aos institutos de resgate, portabilidade, benefício proporcional diferido e autopatrocínio.

Em 15 de março de 2010, a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar aprovou o Convênio de Adesão da Equatorial Energia S.A. na condição de Patrocinadora do Plano Misto de Benefício I, através da Portaria nº 151/2010, publicada no Diário Oficial nº 51, de 17 março de 2010, com retroatividade para 02 de outubro de 2006, data em que a Equatorial Energia S.A. passou a ser empregadora de participantes oriundos do Patrocinador CEMAR, conforme Análise Técnica nº 029/CGAF/DITEC/PREVIC considerando as manifestações técnicas exaradas no MPS nº 3000.0003344/1985, Comando nº 102388022 e Juntada nº 338770726.

Em 15 de setembro de 2010, a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar aprovou o Convênio de Adesão da Equatorial Soluções S.A. na condição de Patrocinadora do Plano Misto de Benefício I, através da Portaria nº 702, publicada no Diário Oficial nº 179, de 17 de setembro de 2010, considerando as manifestações técnicas exaradas no MPS nº 3000.0003344/1985, Comando nº 339533738 e Juntada nº 342686562.

Os recursos da FASCEMAR são representados por contribuições das suas patrocinadoras e de seus participantes, vertidas de forma paritária, e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN e nas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios.

Para assistir aos seus participantes, a FASCEMAR realiza a gestão dos recursos captados de acordo com a legislação vigente e a Política de Investimentos que estabelecem as diretrizes pertinentes à aplicação dos recursos garantidores das reservas técnicas, bem como daqueles de qualquer origem ou natureza, correspondentes às demais reservas, fundos e provisões dos seus planos de benefícios.

Os Planos Previdenciários administrados pela FASCEMAR possuem regulamentos próprios e a sua forma de constituição de reserva dos recursos tem controle em separado, sendo o custeio em Demonstrações Atuariais (DA) específicas e a Política de Investimentos definida e aprovada de forma segregada. Não existe solidariedade entre os planos nem no que diz respeito a déficit dos Planos de Benefícios Definido ou a resultados negativos do Plano Misto de Benefícios.

Em 31 de dezembro 2014, a Fundação contava com 2.567 participantes (1.939 em 31 de dezembro de 2013), nos quatro Planos, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Participantes	2014					2013				
	Cemar BD-I	Cemar Misto	Celpa BDI	Celpa BDII	Total	Cemar BD-I	Cemar Misto	Celpa BDI	Celpa BDII	Total
Ativos	30	1.147	-	9	1.186	33	1.144	-	-	1.177
Autopatrocinados	1	14	-	-	15	2	16	-	-	18
Assistidos	668	86	305	307	1366	662	82	-	-	744
Total	699	1.247	305	316	2.567	697	1.242	-	-	1.939

Migração dos Planos CELPA

Em novembro de 2012, a Equatorial Energia S.A. adquiriu o controle acionário da concessionária de energia Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA), a qual figurava como patrocinadora de quatro planos previdenciários: Celpa BD I, Celpa BD II, Celpa OP e Plano R, administrados, na época, pela REDEPREV-Fundação Rede de Previdência. Por entender a importância de oferecer e manter um plano de benefícios aos colaboradores da Empresa, o Grupo Equatorial decidiu transferir a gestão dos referidos planos, da REDEPREV para a FASCEMAR.

Em 14 de abril de 2014, a Diretoria de Análise Técnica, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, aprovou a transferência do gerenciamento dos planos CELPA BD I e BD II da REDEPREV para a FASCEMAR, através das Portarias de nºs 200 e 201, publicadas no DOU nº 74, de 17 de abril de 2014. Com esta publicação, a FASCEMAR teria um prazo de 90 (noventa) dias para estar apta a cumprir operacionalmente as obrigações relativas aos planos.

Naquela mesma data, foram aprovados pela PREVIC os Convênios de Adesão celebrados entre a FASCEMAR e a Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora dos Planos de Benefícios CELPA BD I e CELPA BD II, CNPBs de nºs 1982.006-19 e 1997.0004-74, respectivamente.

Por meio da Carta C.CE. FASCEMAR Nº 075/2014, de 16 de junho de 2014, a Fundação enviou correspondência à REDEPREV informando da sua aptidão operacional para gerenciar os referidos planos, com isso a mesma teria trinta dias para receber todos os recursos.

Em 1º de julho de 2014, os ativos dos programas previdencial e de investimentos dos planos CELPA BD I e BD II foram transferidos para a FASCEMAR.

A REDEPREV, atual administradora dos Planos Celpa OP e Celpa R, deu entrada junto à PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar, no processo de transferência de gerenciamento dos referidos planos, que solicitou às Fundações uma série de ajustes nos documentos apresentados com vistas a atender a legislação vigente, os quais estão sendo realizados pelas partes envolvidas.

A Administração da Fundação aprovou as demonstrações contábeis e sua divulgação em 27 de março de 2015.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 agosto de 2013, Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 e as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado. A estrutura da planificação contábil padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (“EFPC”) reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27 e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Fundação apresenta mensalmente, balancetes por plano de benefícios e o administrativo, além do consolidado, segregando os registros contábeis por plano e por patrocinador, segundo a natureza e o custeio. Assim sendo, as demonstrações contábeis são apresentadas neste relatório de forma consolidada e, quando necessário, são segregadas por plano de benefícios, objetivando maior transparência na real visualização da situação patrimonial e de resultado dos planos de benefícios.

Sem prejuízo da apresentação mensal em atendimento à Instrução Normativa MPS/PREVIC nº 05/2011, as EFPCs apresentam balancetes trimestrais à PREVIC.

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 (alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013), as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL;
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios (facultativo);
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Programa previdencial – realizável

Representado substancialmente por contas a receber da Patrocinadora CEMAR (ver Nota Explicativa nº 4), atualizado até a data do balanço pelos índices fixados em contrato.

3.2. Programa de investimento

3.2.1. Renda fixa

Conforme determina a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e as Resoluções CGPC de nºs 4 e 15, de 30/01/2002 e 23/08/2005, respectivamente, os títulos de Renda Fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço e ajustados ao valor provável de realização.

Estão classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição até a data de vencimento. Apura-se a avaliação contábil pelo valor de mercado.

Títulos mantidos até o vencimento - mantidos em carteira até o vencimento, considerando parecer em relatório que atesta a capacidade financeira da Fundação. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (*pro rata*) até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os títulos de renda fixa emitidos pelo Governo Federal NTNBS e NTNCs estão classificados como “títulos mantidos até o vencimento” e pertencem ao plano BDs, para o Plano Misto estão classificados na categoria “títulos para negociação”. Os demais títulos estão classificados como “títulos para negociação” e estão avaliados pelo valor de mercado.

3.2.2. Renda variável

As ações adquiridas no mercado à vista são contabilizadas pelo custo de aquisição acrescido das despesas diretas de corretagem, emolumentos e outras taxas incidentes à operação e foram precificadas a valor de mercado pela cotação de fechamento do último dia útil do exercício, conforme Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. A variação apurada entre os custos das ações e seus respectivos valores de mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício. As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data do balanço. Alguns ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor econômico, conforme previsto na Resolução CGPC nº 4, de 30/1/2002, e na Instrução CVM nº 438, de 12/7/2006.

3.2.3. Investimentos imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, pelas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente. Em 2014, ocorreram duas reavaliações, em julho de 2014, das 11 salas comerciais localizados no Ed. Santos Dumont, Fortaleza-CE e, em agosto de 2014, da Sala do Ed. Planta Tower, em São Luís - MA.

Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com o resultado.

3.2.4. Operações com participantes

Registraram os empréstimos concedidos aos participantes (ativos e assistidos), nos termos das normas estatutárias e regulamentares, e estão demonstrados pelo valor principal, acrescido dos encargos auferidos até a data do balanço.

A Fundação possui um fundo de reserva para quitação dos empréstimos de participantes que vierem a falecer, constituído na concessão do empréstimo, pelo qual o participante paga uma taxa de seguro de 0,10%, mensalmente, com base no saldo devedor, exceto para os empréstimos dos planos da patrocinadora Celpa, pelo qual o participante paga uma taxa de 0,5% sobre o valor concedido.

Foi constituída uma provisão para crédito de liquidação duvidosa, de acordo com o estabelecido na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 5.

3.3. Ativo permanente

Representa os bens necessários ao funcionamento da Fundação e está registrado pelo custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada linearmente, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens (móveis e utensílios a 10% ao ano e, computadores e periféricos e veículos, 20% ao ano).

3.4. Exigível contingencial

São registradas ações contra a Entidade que serão objeto de decisão futura, podendo ocasionar impacto na situação econômico-financeira.

Essas ações estão classificadas entre Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e de Investimentos, de acordo com a sua natureza.

Para fins de classificação são usados os termos provável, possível e remota com os seguintes conceitos:

- Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer;
- Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota;
- Remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

3.5. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas por atuário externo e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Fundação para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

As provisões relativas a benefícios a conceder representam o valor presente dos benefícios futuros dos participantes em atividade, líquido das respectivas futuras contribuições.

Os Planos adotam o regime financeiro de capitalização para o cálculo das provisões matemáticas relativas aos benefícios de aposentadoria e pensão e regime de repartição de capitais para auxílio-doença.

3.6. Superávit (déficit) técnico

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido (Ativo Total menos Exigíveis Operacional e Contingencial e Fundos) e as Provisões Matemáticas. É registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação às Provisões Matemáticas. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina o artigo 20, da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001.

3.7. Fundos

Gestão previdencial - constituído do saldo, devidamente rentabilizado, dos recursos oriundos do Fundo Atuarial Coletivo de Contribuição Patronal a Apropriar, em razão de não serem mais pertinentes suas alocações na Subconta-Patrocinador, da Conta Programada do Participante, e dos recursos oriundos do Fundo Atuarial de Risco destinados à cobertura dos benefícios de risco.

Gestão administrativa - o Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Fundação.

Gestão de investimentos - fundos que se destinam à quitação de empréstimos simples em caso de morte do mutuário (participante), conforme mencionado no item 3.2.4 acima. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários (participante).

3.8. Custeio administrativo

O custeio administrativo engloba as despesas administrativas de todos os programas, utilizando-se para sua cobertura a receita prevista no plano de custeio anual calculada pelo atuário, que é apropriada mensalmente.

Conforme determinação da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, as despesas de administração são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, tendo como base o critério de rateio aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação, formalizado através da Ata de reunião nº 204, de 30 de dezembro de 2013:

- Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente; e
- Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades administrativas foram registrados conforme tabela a seguir:
-

Descrição das despesas	Despesas administrativas previdenciais	Despesas administrativas de investimento
Pessoal e encargos	50%	50%
Serviços de terceiros	50%	50%
Despesas gerais	50%	50%
Depreciações e amortizações	100%	-

Para o rateio das despesas administrativas comuns aos planos de benefício, foi utilizado como critério o Patrimônio Social. As despesas específicas identificadas por plano são alocadas diretamente ao plano a que pertencem, ou seja, alocação direta, não havendo nenhum tipo de rateio. Esses critérios foram definidos na Nota Técnica Orçamentária do PGA - Plano Geral Administrativo aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação, em 30 de dezembro de 2013.

Em julho de 2014, as despesas administrativas comuns passaram a ser rateadas entre os quatro planos de benefícios administrados pela FASCEMAR. Permanecendo como critério de rateio o Patrimônio Social. Esse critério foi definido em Nota Técnica e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação, formalizado através da Ata nº 228/2014, de 10 de outubro de 2014.

3.9. Transferência de recursos

O resultado líquido do fluxo dos investimentos é transferido proporcionalmente à gestão previdencial e gestão administrativa.

3.10. Receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência.

4. Gestão previdencial

	2014					2013				
	Cemar BD-I	Cemar Misto	Celpa BD-I	Celpa BD-II	Consolidado	Cemar BD-I	Cemar Misto	Celpa BD-I	Celpa BD-II	Consolidado
Contribuições contratadas (patrocinadora)	1.539	-	-	-	1.539	10.213	-	-	-	10.213
Contribuições ao fundo administrativo	166	-	-	-	166	229	-	-	-	229
Contribuições a receber do mês (patrocinadora)	-	1	-	1	2	-	-	-	-	-
Contribuições a receber do mês (participante)	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-
Contribuições a receber do mês (autopatrocínados)	-	5	-	-	5	-	-	-	-	-
Contribuições a receber sobre 13º (patrocinadora)	-	-	-	-	-	33	-	-	-	33
Adiantamento de benefícios	1	-	12	4	17	1	-	-	-	1
Total	1.706	6	12	6	1.730	10.476	-	-	-	10.476

4.1. Contribuições contratadas - patrocinadora

Em 20 de março de 2001, foi celebrado o contrato de confissão de dívida entre a FASCEMAR e a Cemar, cujo fato gerador foi a dívida que a Cemar tinha para com a FASCEMAR, proveniente das retenções e dos atrasos nos repasses de suas contribuições como Patrocinadora da Fundação. A dívida resultante desse contrato está sendo devidamente paga pela Patrocinadora, e consiste em 168 parcelas mensais e consecutivas desde abril de 2001, atualizada mensalmente com a incidência dos juros correspondentes a 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI ou pela variação do INPC, acrescida de 0,5% ao mês (mínimo atuarial), dos dois, o maior. Em 02/12/2014, a CEMAR pagou a parcela 165/168 e em 30/12/2014 pagou antecipadamente a parcela 166/168 com vencimento em 02/01/2015. Restando 2 (duas) parcelas para quitação do Contrato a vencer em 02 de fevereiro e 02 de março/2015. A dívida está garantida por recebíveis da CEMAR.

O contrato foi homologado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC através do Ofício nº 2.146/DAJUR/SPC, de 30 de dezembro de 2003.

4.2. Contribuições ao fundo administrativo

Valor referente à constituição de fundo administrativo de acordo com a Portaria nº 176 da SPC.

Os planos apresentam participação no PGA - Plano de Gestão Administrativa para configurar no seu ativo líquido recebível, constante na demonstração do Ativo Líquido, a saber:

Participantes	2014				2013			
	Cemar BD-I	Cemar Misto	Celpa BDI	Celpa BDII	Cemar BD-I	Cemar Misto	Celpa BDI	Celpa BDII
Total da gestão previdencial	1.706	7	12	6	10.476	-	-	-
Participação no PGA - Plano de Gestão Administrativa	1.221	1077	40	58	1.111	816	-	-
Recebível total	2.927	1.084	52	64	11.587	816	-	-

4.3. Contribuições a receber - sobre o 13º salário

Os valores de contribuições a receber sobre 13º patrocinadora são referentes às contribuições reconhecidas pelo regime de competência e não repassadas pela patrocinadora, referentes ao 13º salário de 2014.

4.4. Contribuições a receber - do mês e em atraso

Os valores de contribuições a receber - autopatrocínados são referentes às contribuições provisionadas e não pagas referentes ao mês de dezembro de 2014.

5. Investimentos

Em 27 de março de 2014, o Conselho Deliberativo da RedePrev, em sua 22ª Reunião Ordinária, aprovou a criação do Comitê Consultivo dos Planos de Benefícios Celpa administrados pela RedePrev, de acordo com o artigo 30, do Estatuto Social da REDEPREV, registrado em Ata do Conselho Deliberativo daquela Fundação, com o objetivo de analisar e propor estratégias de alocação de recursos dos referidos planos.

O referido Comitê, em razão da proximidade da transferência dos planos, se reuniu nos dias 27/05/2014 e 10/06/2014, para definir a estratégia de realocação dos recursos a ser operacionalizada pela REDEPREV e FASCEMAR, com vistas a dar maior liquidez possível aos recursos para garantir o processo de transferência destes. Posição, esta, ratificada pelo Conselho Deliberativo da FASCEMAR em reunião registrada na ATA nº 218, de 30/06/2014.

O programa de investimentos é composto basicamente de ativos de renda fixa, renda variável, investimentos imobiliários, operações com participantes, depósitos judiciais e operações entre planos, totaliza um montante de R\$418.881, em 31 de dezembro de 2014, (R\$174.305, em 31 de dezembro de 2013), conforme demonstrado a seguir:

(VEJA A TABELA NA PRÓXIMA PÁGINA)

	2014						2013					
	CEMAR BDI	Misto	PGA	CELPA BDI	CELPA BDII	Total	CEMAR BDI	Misto	PGA	CELPA BDI	CELPA BDII	Total
	133.527	48.168	2.711	139.989	68.771	393.166	118.542	42.394	2.259	-	-	163.195
Títulos públicos - federais	113.405	9.817	-	93.053	45.635	261.910	102.164	6.092	-	-	-	108.256
Créditos privados e depósitos	6.361	12.301	-	40.499	19.383	78.545	8.079	13.808	-	-	-	21.887
Instituições financeiras	-	12.301	-	31.919	15.151	59.371	1.436	13.808	-	-	-	15.244
Debêntures CEMAR	3.356	-	-	-	-	3.356	3.368	-	-	-	-	3.368
Debêntures CEMIG	3.005	-	-	-	-	3.005	3.275	-	-	-	-	3.275
Companhias abertas	-	-	-	8.580	4.232	12.813	-	-	-	-	-	-
Fundos de investimentos	13.760	26.050	2.711	6.438	3.753	52.712	8.299	22.494	2.259	-	-	33.052
Ações	-	9.872	-	1.112	549	11.533	1.992	12.583	-	-	-	14.575
Renda fixa	9.161	14.151	-	2.102	1.038	26.452	573	5.523	1.011	-	-	7.107
Referenciado	3.976	647	-	2.693	1.904	9.220	-	-	-	-	-	-
Multimercado	-	1.068	2.711	-	-	3.779	-	-	1.248	-	-	1.248
Estruturado	-	-	-	-	-	-	5.390	4.216	-	-	-	9.606
Direitos creditórios	623	312	-	531	262	1.728	344	172	-	-	-	516
Outros investimentos	7.052	4.208	215	9.449	4.790	25.714	6.855	4.160	95			11.110
Investimento imobiliário	5.804	-	-	7.348	3.706	16.859	5.601	-	-	-	-	5.601
Locadas a terceiros	4.432	-	-	-	-	4.432	4.251	-	-	-	-	4.251
Uso próprio	1.373	-	-	-	-	1.373	-	-	-	-	-	-
Locados à patrocinadora	-	-	-	7.348	3.706	11.054	-	-	-	-	-	-
Direito alienação imobiliária	-	-	-	-	-	-	1.350	-	-	-	-	1.350
Empréstimos e financiamentos	1.201	4.207	-	2.048	1.055	8.511	1.247	4.160	-	-	-	5.407
Empréstimos	1.201	4.200	-	2.048	1.055	8.504	1.247	4.155	-	-	-	5.402
Parcelas em atraso	34	19	-	-	-	53	32	13	-	-	-	45
(-) Provisões para crédito de liquidação duvidosa	(34)	(13)	-	-	-	(47)	(32)	(8)	-	-	-	(40)
Depósitos judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros realizáveis	47	1	215	53	29	345	7	-	95	-	-	102
Disponível a receber	47	1	215	53	29	345						
Total	140.579	52.376	2.926	149.439	73.561	418.881	125.397	46.554	2.354	-	-	174.305

5.1. Títulos e valores mobiliários

A FASCEMAR adota a estratégia de manter seus Títulos Privados até o vencimento para os Planos BDs, em razão disto os mesmos estavam marcados na curva. Contudo foi verificada pelo Comitê de Investimentos a possibilidade de risco dessa marcação, pois, em caso de *default* de algum desses papéis, por estar marcado na curva, poderia a Fundação não perceber sinais de que poderiam afetar a rentabilidade das carteiras dos referidos Planos e, assim, perderia a possibilidade de tomar alguma medida preventiva. Dessa forma, efetuou a reclassificações desses Títulos entre as categorias dos títulos mantidos até o vencimento para negociação, tal decisão foi formalizada pelo Conselho Deliberativo através da Ata nº 234/2014, de 23 de dezembro de 2014, que para adotar tal decisão levou em consideração os seguintes aspectos:

- Oscilação do mercado econômico brasileiro;
- Liquidez para o Plano; e
- Risco de crédito com a possibilidade do emissor não honrar com pagamento, no vencimento.

Quanto aos títulos públicos, a FASCEMAR como forma de atender a sua Política de Investimentos efetuou transações para alongamento da carteira de títulos de mantido até o vencimento para negociação, conforme permitido pela Resolução CGPC nº 15 de 2005.

Os planos de previdência administrados pelas FASCEMAR não possuem fundos de investimentos exclusivos.

A seguir os demonstrativos das carteiras com respectivas movimentações:

a) Plano Cemar BD I

Títulos	Categoria	Vencimento	Classificação	2014			2013
				Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor contábil	Valor contábil
Créditos Privados e Depósitos				6.361	6.361	6.361	8.079
Debêntures - CEMAR	Renda Fixa	21/06/2020	Para negociação	3.355	3.355	3.355	3.368
Debêntures - CEMIG	Renda Fixa	15/02/2025	Para negociação	3.006	3.006	3.006	3.275
DPGE Banco BMG	Renda Fixa	28/03/2014	Para negociação	-	-	-	1.436
Fundos de Investimentos				13.761	13.761	13.761	8.299
Cotas Gap Absoluto FI Mult	Estruturado	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	1.877
Cotas Bradesco FIA Infraestrutura	Renda Variável	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	1.779
Cotas JGP Equity FIC FIM	Estruturado	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	1.425
Cotas Mercatto Dif 30 MM	Estruturado	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	1.053
Cotas BTG Pactual Local MM	Estruturado	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	1.035
Cotas Sul América Excellence FI	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	532
Cotas Vinci FIDC	Direitos creditórios	Sem vencimento	Para negociação	623	623	623	344
Cotas BTG Pactual Absol Inst FIA	Renda Variável	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	212
Cotas BB Institucional Fundo de RF	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	42
Cotas BRADESCO INST FI CP	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	4.524	4.524	4.524	-
Cotas HSBC RF CP PERF INST	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	4.637	4.637	4.637	-
Cotas BRADESCO FIF PREMUM DI	Referenciado	Sem vencimento	Para negociação	3.976	3.976	3.976	-
Títulos Públicos				113.405	119.062	113.405	102.164
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2024	Mantidos até o vencimento	23.025	27.824	23.025	29.407
NTN-B	Renda Fixa	15/05/2035	Mantidos até o vencimento	38.267	39.916	38.267	24.972
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2050	Mantidos até o vencimento	13.438	11.794	13.438	12.619
NTN-C	Renda Fixa	01/04/2021	Mantidos até o vencimento	9.968	11.313	9.968	9.467
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2030	Mantidos até o vencimento	8.153	7.948	8.153	7.652
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2040	Mantidos até o vencimento	7.809	7.180	7.809	7.334
NTN-B	Renda Fixa	15/05/2045	Mantidos até o vencimento	6.234	6.849	6.234	5.841
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2022	Mantidos até o vencimento	4.003	3.768	4.003	3.776
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2020	Mantidos até o vencimento	2.509	2.470	2.509	1.037
LFT	Renda Fixa	07/03/2014	Para negociação	-	-	-	59
Total				133.527	139.184	133.527	118.542

De acordo com os Pareceres Atuariais emitidos pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda., assinada pelo Atuário Giancarlo Giacomini Germany, MIBA 1.020, com a numeração 284, 285, 287 e 288/2015, a FASCEMAR possui capacidade financeira para manter seus títulos até o vencimento das carteiras dos planos CEMAR BD I, CELPA BD I e CELPA BD II.

A Administração da FASCEMAR decidiu manter as NTNs do plano CEMAR BD I em carteira na modalidade títulos mantidos até o vencimento, tendo em vista as suas características - em termo de rentabilidade: superior à meta atuarial (INPC + 4,5%); risco reduzido (Títulos Públicos Federais); e prazo de vencimento longo compatível com fluxo de caixa atuarial.

Alongamento da carteira - Títulos do Plano CEMAR BD I

No exercício de 2014, a Fundação reclassificou alguns investimentos da categoria “Títulos mantidos até o vencimento” para a categoria “Títulos para negociação”, objetivando o alongamento da carteira. Essa reclassificação proporcionou um ganho de R\$36 à Fundação, conforme apresentado na tabela a seguir:

Venda						Aquisição		
Data da negociação	Titulo vencimento	Quantidade vendida	Valor de custo na venda	Valor negociado	Ganho	Titulo vencimento	Quantidade adquirida	Valor de aquisição
28/03/2014	NTNB-2024	4164	9.763	9.799	36	NTNB-2035	4.265	9.800

Os motivos desta operação de alongamento da carteira foram:

- Casamento dos investimentos com as obrigações do plano de benefícios (ALM);
- Perspectivas de retorno, com base em nossos cenários internos e de mercado, relativo à evolução da taxa de juros reais; e
- Mitigação do risco de reaplicação dos investimentos de Renda Fixa.

A alienação dos títulos públicos federais descritos acima, classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, foi realizada simultaneamente a aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazos de vencimentos superiores e em montantes iguais aos dos títulos alienados, não descaracterizando a intenção da Fundação quanto da classificação dos mesmos na referida categoria, conforme permite a Resolução CGPC nº 15, de 2005.

Reclassificação de Títulos Privados

No dia 26 de dezembro de 2014, foram efetuadas as reclassificações dos títulos privados da categoria de “Títulos mantidos para vencimento” para categoria de “Títulos para negociação”, tal operação proporcionou uma perda de R\$734 para Fundação, tendo em vista a precificação do dia.

Ativo/vencimento	Data de aquisição	Quant atual	PU dia 26/12/2014	Valor 26/12/2014	Marcação 26/12/2014	PU dia 29/12/2014	Valor dia 29/12/2014	Marcação dia 29/12/2014	Ganho/ perda
Debêntures/CEMAR- 21/06/2020	22/06/2012	300	11.947	3.584	Vencimento	11.141,32	3.342	Mercado	{242}
Debêntures/CEMIG- 15/02/2025	15/03/2013	3000	1.161	3.482	Vencimento	996,70	2.990	Mercado	{492}
Total				7.066			6.332		{734}

b) Plano Misto

(VEJA A TABELA NA PRÓXIMA PÁGINA)

Títulos	Categoria	Vencimento	Classificação	2014			2013
				Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor contábil	Valor contábil
Créditos privados e depósitos				12.301	12.301	12.301	13.808
DPGE Mercantil	Renda Fixa	20/04/2015	Para negociação	6.583	6.583	6.583	5.878
DPGE BIC Banco	Renda Fixa	23/04/2015	Para negociação	5.718	5.718	5.718	5.059
DPGE Banco BMG	Renda Fixa	28/03/2014	Para negociação	-	-	-	2.871
Fundos de Investimentos				26.050	26.050	26.050	22.494
Cotas Vinci Gás Dividendos FIA	Renda Variável	Sem vencimento	Para negociação	3.259	3.259	3.259	2.984
Cotas Sul América Excellence	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	2.878
Cotas Gap Absoluto FI Multi	Estruturado	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	2.131
Cotas UBS Pactual Inst. Dividendos	Renda Variável	Sem vencimento	Para negociação	2.146	2.146	2.146	2.067
Cotas BTG Pactual Abs. Inst. FIA	Renda Variável	Sem vencimento	Para negociação	2.059	2.059	2.059	1.879
Cotas BTG Pactual Market FI	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	1.771
Cotas Sulamerica Expertise FIA	Renda Variável	Sem vencimento	Para negociação	1.082	1.082	1.082	1.288
Cotas JGP Institucional FIA	Renda Variável	Sem vencimento	Para negociação	227	227	227	1.252
Cotas JGP Explorer Ins FIA	Renda Variável	Sem vencimento	Para negociação	1.098	1.098	1.098	1.079
Cotas Bradesco FIA Infraestrutura	Renda Variável	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	1.067
Cotas JGP Equity FIC FIM	Estruturado	Sem vencimento	Para negociação	1.068	1.068	1.068	1.053
Cotas BTG Pactual Local MM	Estruturado	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	1.032
Cotas Itaú Ações Consumo	Renda Variável	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	966
Cotas HSBC FI Regimes Prev.	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	820
Cotas Vinci FIDC	Direitos Creditórios	Sem vencimento	Para negociação	312	312	312	172
Cotas BB Institucional Fundo de RF	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	55
Cotas HSBC RF CP PERF INST	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	6.100	6.100	6.100	-
Cotas BRADESCO INST FI CP	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	5.987	5.987	5.987	-
Cotas VINCI FIRF IMOB CPLP	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	2.065	2.065	2.065	-
Cotas BRADESCO FIF PREMUM DI	Referenciado	Sem vencimento	Para negociação	647	647	647	-
Títulos Públicos				9.817	9.817	9.817	6.092
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2050	Para negociação	7.845	7.845	7.845	4.253
NTN-B	Renda Fixa	15/05/2017	Para negociação	1.000	1.000	1.000	941
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2022	Para negociação	972	972	972	898
Total				48.168	48.168	48.168	42.394

c) Plano de Gestão Administrativa

Títulos	Categoria	Vencimento	Classificação	2014			2013
				Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor contábil	Valor contábil
PGA BDI				1.399	-	1.399	1.414
Cotas Active Fix IB MM FI	Multimercado	Sem vencimento	Para negociação	1.399	-	1.399	1.025
Cotas Caixa FI Brasil IMA-B TP RF LP	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	358
Cotas HSBC FI Regimes Prev.	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	31
PGA Misto				924	-	924	845
Cotas Caixa FI Brasil IMA-B TP RF LP	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	489
Cotas Active Fix IB MM FI	Multimercado	Sem vencimento	Para negociação	924	-	924	223
Cotas HSBC FI Regimes Prev.	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	-	-	-	133
PGA Celpa BDI				222	-	222	-
Cotas Active Fix IB MM FI	Multimercado	Sem vencimento	Para negociação	222	-	222	-
PGA Celpa BDII				166	-	166	-
Cotas Active Fix IB MM FI	Multimercado	Sem vencimento	Para negociação	166	-	166	-
Fundos de investimentos				2.711	-	2.711	2.259

d) Plano Celpa BD I

(VEJA A TABELA NA PRÓXIMA PÁGINA)

Títulos	Categoria	Vencimento	Classificação	2014			2013
				Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor contábil	Valor contábil
Créditos privados e depósitos				40.499	40.499	40.499	-
CDB SOFISA	Renda Fixa	14/06/2016	Para negociação	3.174	3.174	3.174	-
Debêntures BRAP	Renda Fixa	06/07/2015	Para negociação	2.085	2.085	2.085	-
Debêntures CEMIGDIS	Renda Fixa	15/02/2025	Para negociação	2.153	2.153	2.153	-
Debêntures DUKE	Renda Fixa	16/07/2023	Para negociação	2.455	2.455	2.455	-
Debêntures TAEE	Renda Fixa	15/10/2024	Para negociação	1.887	1.887	1.887	-
DPGE MODAL	Renda Fixa	01/04/2015	Para negociação	9.673	9.673	9.673	-
DPGE SCHAHIN	Renda Fixa	17/03/2016	Para negociação	8.456	8.456	8.456	-
Letra Financeira FI SUB C FLUXO ITAU	Renda Fixa	22/09/2017	Para negociação	1.346	1.346	1.346	-
Letra Financeira ABC	Renda Fixa	09/03/2015	Para negociação	1.204	1.204	1.204	-
Letra Financeira ABC	Renda Fixa	06/07/2015	Para negociação	1.647	1.647	1.647	-
Letra Financeira BNP	Renda Fixa	15/06/2015	Para negociação	2.343	2.343	2.343	-
Letra Financeira BRADESCO	Renda Fixa	19/06/2015	Para negociação	2.339	2.339	2.339	-
Letra Financeira SAFRA	Renda Fixa	11/07/2016	Para negociação	1.738	1.738	1.738	-
Fundos de Investimentos				6.437	6.437	6.437	-
Cotas BTG PACT EMISS P II	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	1.123	1.123	1.123	-
Cotas VINCI FIRF IMOB CPLP	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	979	979	979	-
Cotas BRAD.FIF PREMIUM DI	Referenciado	Sem vencimento	Para negociação	2.693	2.693	2.693	-
Cotas VINCI GAS VALOR DIVI	Ações	Sem vencimento	Para negociação	1.112	1.112	1.112	-
Cotas FIDC CEEE IV-D	Direitos Creditórios	Sem vencimento	Para negociação	138	138	138	-
Cotas FIDC FORNEC PETR	Direitos Creditórios	Sem vencimento	Para negociação	393	393	393	-
Títulos Públicos				93.053	92.346	93.053	-
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2024	Mantidos até o vencimento	20.894	20.640	20.894	-
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2030	Mantidos até o vencimento	13.048	12.998	13.048	-
NTN-B	Renda Fixa	15/05/2035	Mantidos até o vencimento	8.564	8.461	8.564	-
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2040	Mantidos até o vencimento	26.346	25.673	26.346	-
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2045	Mantidos até o vencimento	11.826	11.950	11.826	-
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2050	Mantidos até o vencimento	12.374	12.624	12.374	-
Total				139.989	139.283	139.989	-

Reclassificação de títulos

No dia 26 de dezembro de 2014, foram efetuadas as reclassificações dos títulos privados da categoria de “Títulos mantidos para vencimento” para categoria de “Títulos para negociação”, tal operação proporcionou uma perda de R\$9 para Fundação, tendo em vista a precificação do dia. Nesse mesmo dia foi efetuada a reclassificação do Título Público NTN-B da categoria de “Títulos para negociação” para categoria “Títulos Mantidos para Vencimento”, tal operação proporcionou um ganho de R\$2 para Fundação.

Ativo/vencimento	Data de aquisição	Quant atual	PU dia 26/12/2014	Valor 26/12/2014	Marcação 26/12/2014	PU dia 29/12/2014	Valor dia 29/12/2014	Marcação dia 29/12/2014	Ganho/ perda
Debêntures TAEE- 15/10/2024	07/03/2014	1900	991,13	1.883	Vencimento	986,34	1.874	Mercado	(9)
NTNB - 15/08/2040	07/03/2014	1100	2.494,25	2.744	Mercado	2.495,78	2.745	Vencimento	2
Total				4.627			4.619		(7)

e) Plano Celpa BD II

Títulos	Categoria	Vencimento	Classificação	2014			2013
				Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor contábil	Valor contábil
Créditos privados e depósitos				40.499	40.499	40.499	-
Créditos privados e depósitos				19.384	19.384	19.384	-
CDB SOFISA	Renda Fixa	14/06/2016	Para negociação	1.567	1.567	1.567	-
Debêntures BRAP	Renda Fixa	06/07/2015	Para negociação	1.025	1.025	1.025	-
Debêntures CEMIGDIS	Renda Fixa	15/02/2025	Para negociação	1.062	1.062	1.062	-
Debêntures DUKE	Renda Fixa	16/07/2023	Para negociação	1.212	1.212	1.212	-
Debêntures TAEE	Renda Fixa	15/10/2024	Para negociação	933	933	933	-
DPGE OMNI	Renda Fixa	14/06/2016	Para negociação	2.358	2.358	2.358	-
DPGE PRIMUS	Renda Fixa	06/11/2015	Para negociação	6.184	6.184	6.184	-
Letra Financeira ABC	Renda Fixa	09/03/2015	Para negociação	602	602	602	-
Letra Financeira ABC	Renda Fixa	06/07/2015	Para negociação	942	942	942	-
Letra Financeira BNP	Renda Fixa	15/06/2015	Para negociação	1.171	1.171	1.171	-
Letra Financeira BRADESCO	Renda Fixa	19/06/2015	Para negociação	1.169	1.169	1.169	-
Letra Financeira SAFRA	Renda Fixa	11/07/2016	Para negociação	1.159	1.159	1.159	-
Fundos de Investimentos				3.753	3.753	3.753	-
Cotas BTG PACT EMISS P II	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	554	554	554	-
Cotas VINCI FIRF IMOB CPLP	Renda Fixa	Sem vencimento	Para negociação	483	483	483	-
Cotas BRAD.FIF PREMIUM DI	Referenciado	Sem vencimento	Para negociação	1.904	1.904	1.904	-
Cotas VINCI GAS VALOR DIVI	Ações	Sem vencimento	Para negociação	549	549	549	-
Cotas FIDC CEEE IV-D	Direitos Creditórios	Sem vencimento	Para negociação	69	69	69	-
Cotas FIDC FORNEC PETR	Direitos Creditórios	Sem vencimento	Para negociação	194	194	194	-
Títulos Públicos				45.635	45.068	45.635	-
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2024	Mantidos até o vencimento	10.025	9.908	10.025	-
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2030	Mantidos até o vencimento	10.523	10.378	10.523	-
NTN-B	Renda Fixa	15/05/2035	Mantidos até o vencimento	7.913	7.677	7.913	-
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2040	Mantidos até o vencimento	9.098	9.106	9.098	-
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2045	Mantidos até o vencimento	6.165	6.223	6.165	-
NTN-B	Renda Fixa	15/08/2050	Mantidos até o vencimento	1.911	1.776	1.911	-
TOTAL				68.772	68.205	68.772	-

Reclassificação de títulos

No dia 26 de dezembro de 2014, foram efetuadas as reclassificações dos títulos privados da categoria de “Títulos mantidos para vencimento” para categoria de “Títulos para negociação”, tal operação proporcionou uma perda de R\$5 para Fundação, tendo em vista a precificação do dia.

Ativo/vencimento	Data de aquisição	Quant atual	PU dia 26/12/2014	Valor 26/12/2014	Marcação 26/12/2014	PU dia 29/12/2014	Valor dia 29/12/2014	Marcação dia 29/12/2014	Ganho/ perda
Debêntures TAEE- 15/10/2024	07/03/2014	940	991	931	Vencimento	986	927	Mercado	(5)

5.1.1. Créditos privados e depósitos

	2014					2013		
	Plano CEMAR BDI	Plano Misto	Plano CELPA BDI	Plano CELPA BDII	Total	Plano CEMAR BDI	Plano Misto	Total
DPGE Banco Mercantil	-	6.583	-	-	6.583	-	5.878	5.878
DPGE BIC Banco	-	5.718	-	-	5.718	-	5.059	5.059
DPGE BMG	-	-	-	-	-	1.436	2.871	4.307
DPGE MODAL	-	-	9.673	-	9.673	-	-	-
DPGE SCHAHIN	-	-	8.456	-	8.456	-	-	-
DPGE OMNI	-	-	-	2.358	2.358	-	-	-
DPGE PRIMUS	-	-	-	6.184	6.184	-	-	-
CDB SOFISA	-	-	3.174	1.567	4.741	-	-	-
Debêntures - CEMIG	3.355	-	-	-	3.355	3.275	-	3.275
Debêntures - CEMAR	3.006	-	-	-	3.006	3.368	-	3.368
Debêntures BRAP	-	-	2.085	1.025	3.110	-	-	-
Debêntures CEMIGDIS	-	-	2.153	1.062	3.215	-	-	-
Debêntures DUKE	-	-	2.455	1.212	3.667	-	-	-
Debêntures TAE	-	-	1.887	933	2.820	-	-	-
Letra Financeira FI SUB C Fluxo ITAU	-	-	1.346	-	1.346	-	-	-
Letra Financeira ABC	-	-	1.204	602	1.806	-	-	-
Letra Financeira ABC	-	-	1.647	941	2.588	-	-	-
Letra Financeira BNP	-	-	2.343	1.171	3.514	-	-	-
Letra Financeira BRADESCO	-	-	2.339	1.169	3.508	-	-	-
Letra Financeira SAFRA	-	-	1.738	1.159	2.896	-	-	-
Total	6.361	12.301	40.499	19.384	78.545	8.079	13.808	21.887

5.1.2. Fundos de investimentos

(VEJA A TABELA NA PRÓXIMA PÁGINA)

	2014						2013					
	CEMAR BDI	Misto	PGA	CELPA BDI	CELPA BDII	Total	CEMAR BDI	Misto	PGA	CELPA BDI	CELPA BDII	Total
Renda Fixa	9.161	14.152	-	2.102	1.037	26.452	573	5.523	1.011	-	-	7.107
Caixa FI Brasil IMA-B TP RF LP	-	-	-	-	-	-	-	-	847	-	-	847
FIF BB Institucional	-	-	-	-	-	-	41	54	-	-	-	95
HSBC FI Regimes Prev.	-	-	-	-	-	-	-	820	164	-	-	984
Sul América Excellence FI (a)	-	-	-	-	-	-	532	2.878	-	-	-	3.410
BTG Pactual Market FI (b)	-	-	-	-	-	-	1.771	-	-	-	-	1.771
Bradesco Institucional FI CP	4.524	5.987	-	-	-	10.511	-	-	-	-	-	-
HSBC RF CP PERF INST	4.637	6.100	-	-	-	10.737	-	-	-	-	-	-
VINCI FIRF IMOB CPLP	-	2.065	-	979	483	3.527	-	-	-	-	-	-
BTG PACT EMISS P II	-	-	-	1.123	554	1.677	-	-	-	-	-	-
Referenciado	3.976	647	-	2.693	1.904	9.220	-	-	-	-	-	-
Bradesco FIF Premium DI	3.976	647	-	2.693	1.904	9.220	-	-	-	-	-	-
Direitos creditórios	623	312	-	531	262	1.728	344	172	-	-	-	516
Vinci FIDC	623	312	-	-	-	935	344	172	-	-	-	516
FIDC CEEE IV-D	-	-	-	138	68	206	-	-	-	-	-	-
FIDC FORNEC PETR	-	-	-	393	194	587	-	-	-	-	-	-
Renda Variável	-	9.871	-	1.112	549	11.532	1.992	12.583	-	-	-	14.575
Bradesco FIA Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	1.779	1.067	-	-	-	2.846
BTG Pactual Abs. Inst. FIA	-	2.059	-	-	-	2.059	213	1.879	-	-	-	2.092
JGP Institucional FIA	-	227	-	-	-	227	-	1.252	-	-	-	1.252
Sul América Expertise FIA	-	1.082	-	-	-	1.082	-	1.288	-	-	-	1.288
UBS Pactual Inst. Div.	-	2.146	-	-	-	2.146	-	2.068	-	-	-	2.068
Itau Ações Consumo (c)	-	-	-	-	-	-	-	966	-	-	-	966
JGP Explorer Inst. FIA (c)	-	1.098	-	-	-	1.098	-	1.079	-	-	-	1.079
Vinci Gás Dividendos FIA (d)	-	3.259	-	-	-	3.259	-	2.984	-	-	-	2.984
Vinci GAS Valor Dividendos	-	-	-	1.112	549	1.661	-	-	-	-	-	-
Estruturado	-	1.068	-	-	-	1.068	5.390	4.216	-	-	-	9.606
Gap Absoluto FI Mult (e)	-	-	-	-	-	-	1.877	2.131	-	-	-	4.008
Mercatto Dif 30 MM (f)	-	-	-	-	-	-	1.053	-	-	-	-	1.053
BTG Pactual Local MM (c)	-	-	-	-	-	-	1.035	1.032	-	-	-	2.067
JGP Equity FIC FIM (c)	-	1.068	-	-	-	1.068	1.425	1.053	-	-	-	2.478
Multimercado	-	-	2.711	-	-	2.711	-	-	1.248	-	-	1.248
Active Fix IB MM FI (e)	-	-	2.711	-	-	2.711	-	-	1.248	-	-	1.248
Total	13.760	26.050	2.711	6.438	3.752	52.711	8.299	22.494	2.259	-	-	33.052

5.2. Outros investimentos

5.2.1. Investimento imobiliário

	2014						2013					
	CEMAR BDI	Misto	PGA	CELPA BDI	CELPA BDII	Total	CEMAR BDI	Misto	PGA	CELPA BDI	CELPA BDII	Total
Locados a terceiros	4.432	-	-	7.348	3.706	15.486	4.251	-	-	-	-	4.251
Ed. Santos Dummont (a)	4.432	-	-	-	-	4.432	4.251	-	-	-	-	4.251
Prédio da CELPA Belém (b)	-	-	-	7.348	3.706	11.054	-	-	-	-	-	-
Uso próprio	1.373	-	-	-	-	1.373	-	-	-	-	-	-
Edifício Planta Tower (c)	1.373	-	-	-	-	1.373	-	-	-	-	-	-
Direitos em alienação de investimento imobiliários (d)	-	-	-	-	-	-	1.350	-	-	-	-	1.350
Total	5.805	-	-	7.348	3.706	16.859	5.601	-	-	-	-	5.601

a) Em julho de 2014, foi realizada avaliação das 11 salas comerciais localizadas no Ed. Torre Santos Dumont em Fortaleza - CE, e gerou um resultado positivo de R\$583 registrado em 2014, representando uma valorização de 14,65%. A avaliação dos imóveis foi realizada pela empresa Técnica Engenharia de Avaliação e Perícia Ltda., CNPJ nº 03.410.312/0001-61, CREA nº 7696/D - CE. Em conformidade com a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Fundação manterá o valor de avaliação dos imóveis até 2017.

Imóvel	Status	Valor contábil em 30/06/2014	Metragem	Valor avaliação jul/14	Ganho/ perda R\$	Ganho/ perda %
Sala 405 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza	alugada	337	49,23	389	52	15,54%
Sala 406 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza	alugada	330	48,08	382	53	16,03%
Sala 407 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza	alugada	315	45,87	365	50	15,82%
Sala 408 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza	alugada	418	59,67	473	56	13,39%
Sala 601 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza	desocupada	418	59,67	473	56	13,39%
Sala 602 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza	desocupada	315	45,87	365	50	15,82%
Sala 603 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza	desocupada	330	48,08	382	53	16,03%
Sala 604 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza	alugada	337	49,23	389	52	15,54%
Sala 605 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza	alugada	337	49,23	389	52	15,54%
Sala 606 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza	alugada	330	48,08	382	53	16,03%
Sala 708 Edifício Torres Santos Dumont Fortaleza	alugada	418	59,67	473	56	13,39%
Total		3.883	563	4.466	583	

b) Junto com os ativos dos planos Celpa BD I e Celpa BD II foi recebido por transferência a fração de um imóvel, correspondente a 44,57% e 22,48%, respectivamente, perfazendo um total de 67,05%, a outra fração pertence ao Plano CELPA OP (em processo de transferência da RedePrev para FASCEMAR), no percentual de 32,95%. O referido imóvel encontra-se alugado para a Patrocinadora Celpa, localizado na Rodovia Augusto Montenegro, Km 8,5, s/n - Belém/PA.

Após a conclusão do processo de cisão/transferência do Plano CELPA OP, a matrícula do imóvel, hoje, em nome da RedePrev, será transferido para a FASCEMAR, uma vez que este fica atrelado ao CNPJ da Fundação.

c) Em 24/01/2014, foi adquirida a sala no Edifício Planta Tower, localizado na Avenida Colares Moreira, nº 2 - sala 1102 - Renascença, com área total de 233 m² com 4 (quatro) garagens, cujo valor total da compra foi de R\$1.230 para uso próprio da Fundação. Esse imóvel foi adquirido com recursos do plano Cemar BDI.

O Conselho Deliberativo, por meio da Ata nº de 228, de 14 de outubro de 2014, definiu que o critério de aluguel para o Plano Cemar BDI seria composto das seguintes parcelas, a ser cobrado a partir de agosto/2014:

Composição do aluguel	
Meta atuarial de 4,5% a.a.	R\$5
Taxa de administração ao ano	R\$1
Quota de reintegração da depreciação	R\$2
Aluguel a ser cobrado	R\$8

Em agosto de 2014, foi realizada a avaliação desse imóvel pela Empresa Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícias de Engenharia do Maranhão - IBAPE/MA, CNPJ nº 04.629.087/0001-11, Engenheiro Civil René Bayma Filho, Registro Nacional 070467501-3. O valor de mercado foi de R\$1.185; valor inferior ao custo contábil em 30/09/2014 que era de R\$1.215. Em virtude disso, a fundação registrou perda por *impairment* de R\$30.

Imóvel	Status	Valor contábil em 30/09/2014	Metragem	Valor avaliação 30/10/2014	Ganho/perda R\$	Ganho/perda R\$
Imóvel Sala 1102 Edifício Planta Tower	Uso próprio	1.215	233	1.185	(30)	-2%
Total		1.215	233	1.185	(30)	-2%

d) Em outubro de 2014, a FASCEMAR recebeu o valor de R\$1.350, contabilizado como direito em alienação de investimento imobiliário, referente ao recebimento da parcela resultante da venda das salas comerciais de nºs 401 a 404, com as respectivas garagens, situadas no Edifício Torre Santos Dumont, localizadas em Fortaleza, para a empresa Aliança Navegação e Logística Ltda., totalizando R\$1.500, valor de venda negociado em dezembro de 2013. Celebrou, também, contrato de venda da sala comercial 903, com respectiva garagem, localizada no mesmo Edifício, para SMM Participações e Empreendimentos S/A, no valor de R\$372.

5.2.2. Empréstimos e financiamentos

	2014						2013		
	CEMAR BDI	Misto	PGA	CELPA BDI	CELPA BDII	Total	CEMAR BDI	Misto	Total
Empréstimo simples - 0,75% + INPC	219	577	-	-	796	572	1.492	2.064	4.251
Empréstimo simples - 0,60% + INPC	982	3.623	2.048	1.055	7.708	675	2.663	3.338	4.251
Parcelas em atraso	34	19	-	-	53	32	13	45	-
(-) Provisões para crédito de liquidação duvidosa	(34)	(12)	-	-	(46)	(32)	(8)	(40)	-
Total	1.201	4.207	2.048	1.055	8.511	1.247	4.160	5.407	-

A Fundação possui um fundo de reserva para quitação dos empréstimos de participantes que vierem a óbito, constituído na concessão do empréstimo pelo qual o participante paga uma taxa de seguro mensal 0,10% do valor total do saldo devedor, exceto para os empréstimos dos planos da patrocinadora Celpa, pelo qual o participante paga uma taxa de 0,5% sobre o valor concedido.

Em 31 de dezembro 2014, as operações com participantes, no montante de R\$8.511 (R\$5.407 em 2013) são representadas por modalidade de “empréstimos simples”.

Em 2014, os empréstimos a participantes da Cemar operavam com duas taxas de empréstimo:

- 0,75% a.m. concessão realizada até fevereiro/2013;
- 0,50% a.m. + 0,10% concessão realizadas a partir de fevereiro/2013.

Os empréstimos a participantes da Celpa operam com taxa de 0,60% a.m.

De acordo com o estabelecido na Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Fundação contém saldo de provisão para perdas. Em 31 de dezembro de 2014, esse montante é de R\$45 (R\$40 em 2013), constituída conforme regras abaixo:

- No caso de atraso entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias: 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;
- No caso de atraso entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias: 50% (cinquenta por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;
- No caso de atraso entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias: 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos; e
- No caso de atraso superior a 360 (trezentos e sessenta) dias: 100% (cem por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

6. Exigível operacional

	2014						2013					
	CEMAR BDI	Misto	PGA	CELPA BDI	CELPA BDII	Total	CEMAR BDI	Misto	PGA	CELPA BDI	CELPA BDII	Total
Gestão previdencial	31	23	192	105	-	351	27	34	-	-	-	61
Benefícios a pagar	-	2	166	100	-	268	-	1	-	-	-	1
Retenções a recolher	31	13	26	5	-	75	27	28	-	-	-	55
Outros	-	8	-	-	-	8	-	5	-	-	-	5
Gestão administrativa	-	-	-	-	707	707	-	-	-	-	482	482
Contas a pagar	-	-	-	-	208	208	-	-	-	-	473	473
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	-	452	452	-	-	-	-	-	-
Retenções a recolher	-	-	-	-	47	47	-	-	-	-	9	9
Investimentos	2	141	16	8	102	269	7	107	-	-	-	114
Empréstimos e financiamentos	2	1	2	1	-	6	-	4	-	-	-	4
Taxas a pagar	-	1	2	1	-	4	7	1	-	-	-	8
Disponível a pagar	-	139	12	6	102	259	-	102	-	-	-	102
Total	33	164	208	113	809	1.327	34	141	-	-	482	657

7. Exigível contingencial

A FASCEMAR, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Fundação, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, constitui provisão para contingências em montante considerado suficiente pela sua Administração para cobrir perdas prováveis nesses processos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, essas provisões são apresentadas da seguinte forma:

	2014						2013					
	CEMAR BDI	Misto	PGA	CELPA BDI	CELPA BDII	Total	CEMAR BDI	Misto	PGA	CELPA BDI	CELPA BDII	Total
Gestão previdencial												
Benefícios	-	-	1	300	-	301	-	-	-	-	-	-
Gestão administrativa												
Reclamações trabalhistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21
Total	-	-	1	300	-	301	-	-	-	-	-	21

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações de reclamações trabalhistas e no âmbito previdencial, com ação de obrigação de fazer com indenização, complementação de aposentadoria, e revisional de pensão.

Contingência ativa

Ação judicial coletiva sobre expurgos inflacionários incidentes sobre as obrigações do FND

Em 1986, por meio do Decreto-Lei nº 2.228, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento (“FND”), cuja constituição contou com a participação obrigatória das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), patrocinadas pelo setor público, incluindo a FASCEMAR, onde tiveram que aplicar o equivalente a 30% de suas reservas técnicas (denominadas atualmente provisões matemáticas) nas “obrigações” desse Fundo. A publicação do Decreto-Lei nº 2.383/87 e emissão da Circular do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, alterando, dentre outros aspectos, o indexador de atualização monetária dos valores investidos, acarretou prejuízo para os aplicadores. A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), após aprovação em Assembleia, ingressou com ação em 1991 contra União Federal, o BNDES e o FND em favor das suas associadas. Em 29/11/2010, o processo transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça em favor das EFPCs e encontra-se em fase de execução. Em 13/01/2012 a União Federal ingressou com uma ação rescisória.

Nesse contexto e em virtude de que o registro da receita, decorrente dessa decisão judicial, depende ainda das confirmações e ajustes nos valores apurados, mediante manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, a FASCEMAR não efetuou até o momento qualquer registro contábil dos efeitos financeiros em suas demonstrações contábeis. Os assessores jurídicos da Fundação avaliam receber o montante de R\$662.

8. Patrimônio de cobertura dos planos

8.1. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC (Instrução Normativa 07, de 12 de dezembro de 2013, Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012), adotando-se as premissas do estudo realizado no encerramento de 2013, onde a meta atuarial do plano CEMAR BDI 4,5% + INPC, CELPA BDI e BDII EM 5,5% + INPC e estão representadas por:

1. Benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros a serem pagos pela Fundação em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

2. Benefícios a conceder

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), líquido das contribuições futuras dos Participantes e da Patrocinadora, para os Participantes ativos que não adquiriram os direitos de aposentadoria e pensão.

3. Provisões matemáticas a constituir

Correspondem ao valor atual das contribuições extraordinárias futuras já vigentes, referentes a serviço passado, assumidas pela Patrocinadora, destinadas a equacionar os déficits técnicos, em conformidade com o plano de custeio e benefícios.

Demonstramos a seguir a composição do exigível atuarial em 31 de dezembro 2014 e 2013:

(VEJA A TABELA NA PRÓXIMA PÁGINA)

	2014					2013				
	Cemar BD-I	Cemar Misto	Celpa BD-I	Celpa BD-II	Consolidado	Cemar BD-I	Cemar Misto	Celpa BD-I	Celpa BD-II	Consolidado
Provisões matemáticas de benefícios concedidos	144.738	8.036	137.500	65.410	355.684	131.222	8.305	139.527	-	10.213
Contribuição definida	-	8.036	-	-	8.036	-	8.305	8.305	-	229
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	144.738	-	137.500	65.410	347.648	131.222	-	131.222	-	-
Provisões matemáticas de benefícios a conceder	1.172	39.455	-	1.802	42.429	2.128	34.369	36.497	-	-
Contribuição definida	-	39.455	-	-	39.455	-	34.369	34.369	-	-
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.032	-	-	1.722	2.754	1.505	-	1.505	-	33
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	140	-	-	80	220	623	-	623	-	1
Benefício definido estruturado em regime de repartição simples	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.476
(-) Provisões matemáticas a constituir	(502)	-	-	-	(502)	(815)	-	(815)	-	-
Total das provisões matemáticas	145.408	47.491	137.500	67.212	397.611	132.535	42.674	175.209	-	33

Demonstramos a seguir as hipóteses admitidas nos estudos para comparação no período abrangido:

Fatores econômicos

	2014				2013			
	Cemar BD-I	Cemar Misto	Celpa BD-I	Celpa BD-II	Cemar BD-I	Cemar Misto	Celpa BD-I	Celpa BD-II
(i) Taxa de desconto a valor presente de obrigação atuarial	4,5% a.a.	Não aplicável	4,5% a.a.	4,5% a.a.	4,5% a.a.	Não aplicável	5,5% a.a.	5,5% a.a.
(ii) Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	INPC + 4,5% a.a.	Não aplicável	INPC + 4,5% a.a.	INPC + 4,5% a.a.	INPC + 4,5% a.a.	Não aplicável	INPC + 5,5% a.a.	INPC + 5,5% a.a.
(iii) Crescimento salarial médio, crescimento do benefício do INSS e reajuste do benefício do plano	1% a.a.	Não aplicável	Não aplicável	2% a.a.	1% a.a.	Não aplicável	Não aplicável	2% a.a.
(iv) Taxa anual de inflação a longo prazo	4,50%	Não aplicável	4,50%	4,50%	4%	Não aplicável	4% a.a.	4% a.a.
(v) Capacidade salarial e de benefícios [*]	98%	Não aplicável	98%	98%	98%	Não aplicável	98%	98%

[*] O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias.

Fatores biomédicos

	2014				2013			
	Cemar BD-I	Cemar Misto	Celpa BD-I	Celpa BD-II	Cemar BD-I	Cemar Misto	Celpa BD-I	Celpa BD-II
(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10% por sexo	AT-2000	AT-49 agravada em 20%	IBGE-2012	IBGE-2012			
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos [**]	AT-83 M	Não aplicável	AT-83 M	AT-83 M	AT-83	Não aplicável	IBGE-2012	IBGE-2012
(iii) Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Light-Média	Light-Média agravada em 20%	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
(iv) Rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula	Nula
(v) Entrada de aposentadoria	-	-	-	-	Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.	Não aplicável	-	-

[**] Com o resultado dos estudos das premissas e hipóteses apresentados pelo atuário foi realizada substituição da tábua AT-49 pela AT-83 (masculina), com característica da AT-2000 (masculina), tendo sua adoção um nível de mortalidade mais elevado, aderente à situação atual.

3.1. Equilíbrio técnico - superávit (déficit) técnico

O superávit (déficit) técnico é constituído pelo excedente (insuficiência) patrimonial em relação aos compromissos totais da Fundação. Desse excedente, o valor correspondente a até 25% das provisões matemáticas é destinado à reserva de contingência, classificada em subgrupo do superávit técnico, e o restante, se houver, deve ser destinado a reservas para ajuste do plano.

Apresentamos abaixo a movimentação das provisões matemáticas, do superávit técnico e dos fundos para o exercício findo em 31 de dezembro 2014:

	Provisões matemáticas	Equilíbrio do Plano	Fundos
Saldo em 31 de dezembro de 2013	175.209	3.463	5.702
Transferência dos Planos CELPA	159.947	22.929	36.474
Constituição de provisões	62.456	-	-
Déficit técnico do exercício	-	(11.883)	-
Constituição de fundos	-	-	(35.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	397.612	14.509	7.169

A partir de dezembro de 2014, em decorrência da continuidade de ajustes e atendendo as novas regras das legislações vigentes expedidas pela PREVIC, considerando os resultados de estudos de aderência das premissas atuariais dos planos em relação à composição familiar em gozo dos benefícios concedidos e pensões e ativo, foi adotada a hipótese de família efetiva, permanecendo experiência regional para os benefícios a conceder.

Conforme o resultado da avaliação atuarial está prevista a alteração da hipótese em questão tanto para os benefícios concedidos e para benefícios a conceder a partir do exercício de 2015, considerando que a atualização realizada é quinquenal.

9. Outras informações

9.1. Aderência das premissas atuariais

No final de 2014, a Fundação solicitou ao atuário (MIRADOR Atuarial), que realizasse um estudo para verificar a aderência das premissas atuariais para os Planos administrados pela Entidade - uniformização da Taxa de Juros em 4,5% para os planos BDs e Suavização em 10% da Tábua de Expectativa de Vida para todos os planos, inclusive o Misto.

Com base no referido Estudo, o balancete de dezembro de 2014 da FASCEMAR já refletiu o resultado da adoção das novas premissas para as hipóteses Biométricas, Demográficas e Econômico-Financeiras, que ficaram mais aderentes a massa de participantes de cada Plano. Naquilo que foi possível buscou-se alinhar as premissas, a exemplo da Mortalidade geral que passou a ser a AT-2000 suavizada em 10% e por sexo, para os quatro Planos, bem como utilizar os parâmetros estabelecidos pelo órgão regulador, a exemplo da Tábua AT-83 para a premissa de Mortalidade de Inválidos, para todos os Planos BDs. Outro ajuste importante diz respeito a mudança da Taxa de Juros dos Planos BDs da Celpa, que foram reduzidas de 5,5% para 4,5, mantendo a taxa do Plano BD I da Cemar que já estava em 4,5%. Vide quadro-resumo das premissas a seguir:

Hipóteses	Descrição	Critério	Celpa		Cemar	
				BD II	BD I	Misto
Biométricas	Mortalidade geral	Atual	IBGE-2012		AT-2000 M ambos os sexos	AT-49 [+20%] ambos os sexos
		Estudo	AT-2000 suavizada em 10% por sexo			
	Entrada em invalidez	Atual	Álvaro Vindas		Light Média	
		Estudo	Álvaro Vindas		Light Média	
	Mortalidade de inválidos	Atual	IBGE-2012		AT-83 M ambos os sexos	
			AT-83 M ambos os sexos			
Demográficas	Composição familiar	Atual	Não se aplica	Não se aplica	Ativos: Experiência regional Assistidos: Experiência do plano Percentual de casados: 80% Dif. Idade conjugues: 5 anos Idade filho mais jovem: Z=21-MAX[(80-X)/2;0]	
		Estudo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
	Crescimento real salário	Atual	Não se aplica	2%		1%
		Estudo	Não se aplica	2%		1%
Econômicas-financeiras	Taxa de juros	Atual	5,50%		4,50%	
		Estudo	4,50%			

9.2. Instruções aplicáveis para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015

Instrução PREVIC nº 6, de 13 de novembro de 2013

Dispõe sobre a inclusão de contas previstas pela PREVIC na planificação contábil padrão.

A aplicabilidade iniciou-se em 1º de janeiro de 2014 e o Fundo utilizará as novas contas contábeis conforme necessidade do gerenciamento.

Instrução PREVIC nº 7, de 12 de dezembro de 2013

Elaborar, aprovar e atestar estudo técnico de aderência, bem como adaptar tal previsão no estatuto da EFPC.

Esta instrução não se aplica no Fundo por não conter as hipóteses atuariais no período mínimo de três exercícios.

Instrução PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014

Dispõe sobre a periodicidade de envio dos balancetes e demonstrativos de investimentos à PREVIC, que passarão a ser postados mensalmente e, foram incluídas novas contas na Planificação Contábil Padrão. Essas alterações produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

CNPC nº 15 e CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014

Por ser facultativa, a Entidade não adotou na avaliação atuarial de 2014 o disposto nas Resoluções CNPC nºs 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014, que tratam da identificação da taxa de juros para apuração

das provisões matemáticas e dos ajustes de precificação positivo ou negativo entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

10. Eventos subsequentes

10.1. Transferência dos Celpa OP e Celpa R

Em decorrência do processo de aquisição pela Equatorial Energia S.A. do controle acionário das Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, a qual é patrocinadora de quatro planos previdenciários: Celpa BD I, Celpa BD II, Celpa OP e Plano R.

Em 2014 foi concluída a transferência do gerenciamento dos Planos Celpa BD I e Celpa BD II para a FASCEMAR e estando em tramitação junto à PREVIC o processo de transferência dos Planos Celpa OP e Plano R.

A Administração da FASCEMAR está tomando providências necessárias visando absorver os Planos Celpa OP e Celpa R, enquanto aguarda a aprovação definitiva por parte da PREVIC.

13. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Diretores, Participantes e Patrocinadores do
FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar
São Luís – MA

Examinamos as demonstrações contábeis da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Fundação. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Fundação não realizou segregação dos processos judiciais por planos de previdência dos planos Celpa BD I e Celpa BD II. Também não foram mensurados os impactos atuariais para as causas previdenciárias decorrentes de ações judiciais impetradas contra a Fundação. Adicionalmente, identificamos a existência de causas judiciais prováveis de perda para as quais não foram constituídas provisões. Consequentemente, o exigível contingencial e patrimônio social estão subavaliados em 31 de dezembro de 2014.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 27 de março de 2014, que não conteve qualquer modificação.
Fortaleza (CE), 31 de março de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-CE



Carlos Santos Mota Filho
Contador
CRC-PE020728/O-7-S-CE

14. PARECER ATUARIAL - PLANO BDI

Porto Alegre, 12 de março de 2015

Ilmo. Sr.
Raimundo Frederico Menezes Barros
Presidente
FASCEMAR

Prezado Senhor,
Apresentamos, a seguir, o Parecer Atuarial do Plano Celpa BD-I, em conformidade com os resultados da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2014.

PARECER ATUARIAL DO PLANO BDI

1 OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano BDI (CNPB nº 1986.0001-92) gerido pela FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 17 do anexo “c” da Resolução CNPC nº 08/2011.

2 ESTATÍSTICAS

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial, com a posição cadastral em 31/10/2014, posicionada em 31/12/2014, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos nessa data. Este plano de benefícios, estruturado na modalidade de benefício definido, possui 24 participantes ativos. Em relação aos assistidos, há 448 aposentados e 219 pensionistas. Conforme premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial do plano, a expectativa de vida média dos participantes aposentados é de 18 anos.

3 METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC nº 16/2005, o Plano BDI é classificado na modalidade de Plano de Benefício Definido. Todos os benefícios do plano são estruturados no regime financeiro de Capitalização, com exceção do benefício de Auxílio-Doença, o qual é estruturado no regime financeiro de Repartição Simples e apresenta atualmente um custo inexpressivo para o plano. O Benefício de Auxílio-Funeral, que antes era estruturado em Repartição Simples, teve seu regime alterado para Capitalização, considerando que o Plano BDI está fechado a novas adesões e o custo do benefício em Repartição Simples tenderia a aumentar com a maturidade do grupo. O método utilizado nos regimes de Capitalização para apuração dos passivos atuariais dos participantes ativos e custos do plano é o método agregado.

3.1 Hipóteses (premissas) adotadas em 31/12/2014

- Taxa Real de Juros: 4,50% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Salários: 1% a.a. (real)
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios: nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo
- Tábua de Entrada em Invalidez: Light Média
- Tábua Mortalidade de Inválidos: AT-83 Male (IAM)
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considera a composição familiar informada no banco cadastral do plano para os assistidos e estrutura familiar média para os participantes ativos
- Fator de Capacidade dos benefícios: 98%

- Contribuições normais (participantes ativos): 1,5% do Salário-Real-de-Contribuição (SRC) até a metade do Teto do INSS; 2,5% do SRC aplicado na parcela entre a metade do Teto e o Teto do INSS; e 4,5% do SRC, limitado a três vezes o Teto do INSS, que ultrapassar o Teto do INSS
- Contribuições normais (assistidos): 1,5% do Benefício até a metade do Teto do INSS; 2,5% do Benefício aplicado na parcela entre a metade do Teto e o Teto do INSS; e 4,5% do Benefício, limitado a três vezes o Teto do INSS, que ultrapassar o Teto do INSS
- Contribuições normais (patrocinadora): a Patrocinadora do plano contribui de forma paritária aos participantes ativos
- Custeio administrativo: 30% das Contribuições Normais pagas pela Patrocinadora do plano

3.2 Testes de aderência das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2014 foram realizados os testes de aderência das hipóteses (premissas) atuariais utilizadas no Plano BDI. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Crescimento de Salários e Composição Familiar.

Em relação à hipótese Taxa Real de Juros, a verificação da aderência dessa foi embasada na análise dos documentos “Política de investimentos 2015 a 2019 - FASCEMAR” e “Estudo de Macro alocação de ativos – FASCEMAR”, disponibilizados pela Entidade.

O referido documento de macro alocação refere-se ao estudo de ALM (Gestão de Investimentos Orientada pelo Passivo) dos Planos de Benefícios administrados pela FASCEMAR. Este estudo objetivou a alocação ótima da carteira de investimentos da Entidade em conjunto com seu fluxo de passivos atuariais, para um horizonte de 10 a 20 anos.

Dado o alinhamento da política de investimentos da Entidade com o estudo de macro alocação de ativos, demonstrado pela análise de ALM realizado pela consultoria de investimentos da Entidade, a alocação proposta deverá garantir rentabilidade para o horizonte do estudo superior a INPC + 4,50% ao ano.

3.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, conforme resultados apresentados nos estudos de aderência realizados, houve alteração da Tábua de Mortalidade Geral utilizada, sendo adotada a tábua AT-2000 (Suavizada em 10%) e segregada por sexo no lugar da AT-2000 Male, e a composição familiar média, em que um modelo foi elaborado especificamente para o grupo do Plano.

4 SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2014, mais precisamente na data base de 31/12/2014, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Patrimônio de Cobertura do Plano*: R\$ 142.246.445,16
Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]
- Provisões Matemáticas:
 1. Benefícios Concedidos R\$ 144.738.221,77
 2. Benefícios a Conceder R\$ 1.172.166,22
 3. a Constituir (Serviço Passado)* (R\$ 502.293,45)
- Déficit Técnico Acumulado: (R\$ 3.161.649,38) (2,17% das Provisões Matemáticas)
- Fundos:
 1. Fundo de Garantia de Empréstimo R\$ 6.104,87
 2. Fundo Administrativo R\$ 1.220.633,70

* A Provisão Matemática a Constituir, relativa a um contrato de Serviço Passado com a Patrocinadora do plano, prevê pagamentos por um período de mais 12 meses até a sua integralização.

5 RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores do Plano BDI no exercício de 2014 foi de 14,21%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o Plano BDI deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida de 4,5% a.a. (taxa real de juros do plano no exercício). Tal indicador, no período de análise, totalizou 11,01%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida foi de 3,20 pontos percentuais acima da meta atuarial do período (alcance de 129,08% da meta atuarial).

6 PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2015, conforme discriminado abaixo:

- Contribuições normais (participantes ativos): 1,5% do Salário-Real-de-Contribuição (SRC) até a metade do Teto do INSS; 2,5% do SRC aplicado na parcela entre a metade do Teto e o Teto do INSS; e 4,5% do SRC, limitado a três vezes o Teto do INSS, que ultrapassar o Teto do INSS
- Contribuições normais (assistidos): 1,5% do Benefício até a metade do Teto do INSS; 2,5% do Benefício aplicado na parcela entre a metade do Teto e o Teto do INSS; e 4,5% do Benefício, limitado a três vezes o Teto do INSS, que ultrapassar o Teto do INSS
- Contribuições normais (patrocinadora): a Patrocinadora do plano contribui de forma paritária aos participantes ativos
- Custo administrativo: 30% das Contribuições Normais pagas pela Patrocinadora do plano

7 FATOS RELEVANTES

Na avaliação atuarial posicionada em 31/12/2014 identificou-se um déficit técnico de R\$ 3.161.649,39 no plano de benefícios. Esse déficit é decorrente de adequações realizadas no plano, com a adoção de uma Tábua de Mortalidade Geral mais longeva do que a utilizada no exercício anterior, de forma a prever o pagamento dos benefícios previdenciários por um prazo mais longo, e o provisionamento do benefício de Auxílio Funeral.

Como o déficit técnico representa apenas 2,17% das Provisões Matemáticas do plano e o fluxo financeiro é suficiente para honrar os compromissos do exercício subsequente, conforme Resolução CGPC nº 26/2008 e considerando as redações dadas pela Resolução CNPC nº 13/2013 e Resolução CNPC nº 14/2014, é facultativa a elaboração de um plano de equacionamento de déficit para o exercício subsequente, devendo ser apenas realizado o acompanhamento do resultado do plano nos próximos exercícios.

8 CONCLUSÕES

Para fins da avaliação atuarial do Plano BDI, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/10/2014 e posicionado em 31/12/2014. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior, com exceção da mudança do regime financeiro para o benefício de Auxílio Funeral e da tábua de mortalidade geral, e atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006.

O Plano aqui analisado apresenta um déficit de R\$ 3.161.649,39, que representa 2,17% das Provisões Matemáticas. Porém, conforme legislação vigente, é facultativa a elaboração de um plano de equacionamento de déficit para o exercício subsequente, devendo ser apenas realizado o acompanhamento do resultado do plano nos próximos exercícios.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano BDI, informamos que o plano encontra-se equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.

Atenciosamente,



Giancarlo Giacomini Germany

Atuário M.I.B.A. 1.020

15. PARECER ATUARIAL - PLANO MISTO

Porto Alegre, 12 de março de 2015

Ilmo. Sr.
Raimundo Frederico Menezes Barros
Presidente
FASCEMAR

Prezado Senhor,
Apresentamos, a seguir, o Parecer Atuarial do Plano Celpa BD-I, em conformidade com os resultados da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2014.

PARECER ATUARIAL DO PLANO MISTO

1 OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano Misto (CNPB nº 2005.0050-29) gerido pela FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 17 do anexo “c” da Resolução CNPC nº 08/2011.

2 ESTATÍSTICAS

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial, com a posição cadastral em 31/10/2014, posicionada em 31/12/2014, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos nessa data. Este plano de benefícios, estruturado na modalidade de contribuição definida, possui 1.161 participantes ativos. Em relação aos assistidos, há 75 aposentados e 11 pensões concedidas.

3 METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC nº 16/2005, o Plano Misto é classificado na modalidade de Plano de Contribuição Definida. Todos os benefícios do plano são estruturados no regime financeiro de Capitalização, pelo método de Capitalização Financeira, com exceção do benefício de incapacidade para o trabalho e do benefício por morte de participante ativo, que são estruturados no regime de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses (premissas) adotadas em 31/12/2014

- Taxa de Crescimento Real de Salários: não considerada
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios: não aplicável
- Tábuas de Mortalidade Geral: AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo
- Tábuas de Entrada em Invalidez: Light Média
- Tábuas Mortalidade de Inválidos: não aplicável
- Tábuas de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: não aplicável
- Fator de Capacidade dos benefícios e salários: 100%
- Contribuição Normal (Aposentados e Pensionistas): 1,5% da Suplementação de aposentadoria ou pensão
- Custo administrativo: 30% da Contribuição Normal paritária da Patrocinadora; 100% da Contribuição Normal dos aposentados e pensionistas; e 0,5% das Contribuições Extraordinárias dos Participantes
- Custo Benefícios de Risco: 15% da Contribuição Normal paritária da Patrocinadora

3.2 Testes de aderência das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2014 foram realizados os testes de aderência das hipóteses (premissas) atuariais utilizadas no Plano Misto. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade Geral e Tábua de Entrada em Invalidez.

3.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, conforme resultados apresentados nos estudos de aderência realizados, houve alteração da Tábua de Mortalidade Geral utilizada, sendo adotada a tábua AT-2000 (Suavizada em 10%) e segregada por sexo no lugar da AT-49 Male (agravada em 20%), e da Tábua de Entrada em Invalidez, sendo adotada a tábua Light Média no lugar da Light Média (agravada em 20%).

4 SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2014, mais precisamente na data base de 31/12/2014, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Patrimônio de Cobertura do Plano*: R\$ 47.491.314,56
 - * Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]
- Provisões Matemáticas:
 - 1. Benefícios Concedidos R\$ 8.036.486,21
 - 2. Benefícios a Conceder R\$ 39.454.828,35
- Superávit Técnico Acumulado: R\$ 0,00
- Fundos:
 - 1. Fundo Previdencial..... R\$ 1.926.188,39
 - 2. Fundo de Risco R\$ 2.709.484,78
 - 3. Fundo de Garantia de Empréstimo R\$ 112.624,80
 - 4. Fundo Administrativo R\$ 1.706.975,93

5 RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores do Plano Misto no exercício de 2014 foi de 10,19%.

6 PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2015, conforme discriminado abaixo:

- Contribuição Normal (Aposentados e Pensionistas): 1,5% da Suplementação de aposentadoria ou pensão
- Custeio administrativo: 30% da Contribuição Normal paritária da Patrocinadora; 100% da Contribuição Normal dos aposentados e pensionistas; e 0,5% das Contribuições Extraordinárias dos Participantes
- Custeio Benefícios de Risco: 15% da Contribuição Normal paritária da Patrocinadora, a ser reavaliada durante o exercício de 2015, em função das alterações nas hipóteses biométricas

7 CONCLUSÕES

Para fins da avaliação atuarial do Plano Misto, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/10/2014 e posicionado em 31/12/2014. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior, com exceção das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, e atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano Misto, informamos que o plano encontra-se equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.

Atenciosamente,



Giancarlo Giacomini Germany

Atuário M.I.B.A. 1.020

16. PARECER ATUARIAL - CELPA BD I

Porto Alegre, 11 de março de 2015

Ilmo. Sr.
Raimundo Frederico Menezes Barros
Presidente
FASCEMAR

Prezado Senhor,
Apresentamos, a seguir, o Parecer Atuarial do Plano Celpa BD-I, em conformidade com os resultados da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2014.

PARECER ATUARIAL DO PLANO CELPA BD-I

1 OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano Celpa BD-I (CNPB nº 1982.0006-19) gerido pela FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 17 do anexo “c” da Resolução CNPC nº 08/2011.

2 ESTATÍSTICAS

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial, com a posição cadastral em 31/10/2014, posicionada em 31/12/2014, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos nessa data.

Este plano de benefícios, estruturado na modalidade de benefício definido, não possui participantes ativos. Em relação aos assistidos, há 252 aposentados e 53 pensionistas. Conforme premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial do plano, a expectativa de vida média dos participantes aposentados é de 16 anos.

3 METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC nº 16/2005, o Plano Celpa BD-I é classificado na modalidade de Plano de Benefício Definido. Todos os benefícios do plano são estruturados no regime financeiro de Capitalização. Não havendo mais participantes ativos, não é necessária a definição de um método atuarial.

3.1 Hipóteses (premissas) adotadas em 31/12/2014

- Taxa Real de Juros: 4,50% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios: nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: AT-83 Male (IAM)
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considera a composição familiar informada no banco cadastral do plano
- Fator de Capacidade dos benefícios: 98%
- Custeio administrativo: 1,5% (percentual incidente sobre as suplementações)

3.2 Testes de aderência das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2014 foram realizados os testes de aderência das hipóteses (premissas) atuariais utilizadas no Plano Celpa BD-I. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Crescimento de Salários e Composição Familiar.

Em relação à hipótese Taxa Real de Juros, a verificação da aderência dessa foi embasada na análise dos documentos “Política de investimentos 2015 a 2019 - FASCEMAR” e “Estudo de Macro alocação de ativos – FASCEMAR”, disponibilizados pela Entidade.

O referido documento de macro alocação refere-se ao estudo de ALM (Gestão de Investimentos Orientada pelo Passivo) dos Planos de Benefícios administrados pela FASCEMAR. Este estudo objetivou a alocação ótima da carteira de investimentos da Entidade em conjunto com seu fluxo de passivos atuariais, para um horizonte de 10 a 20 anos.

Dado o alinhamento da política de investimentos da Entidade com o estudo de macro alocação de ativos, demonstrado pela análise de ALM realizado pela consultoria de investimentos da Entidade, a alocação proposta deverá garantir rentabilidade para o horizonte do estudo superior a INPC + 4,50% ao ano. A Taxa Real de Juros de 4,50% a.a. está um ponto percentual abaixo da utilizada no exercício anterior e adequada às exigências das Resoluções Nº 09 e Nº 10 do CNPC, publicadas nos meses de novembro e dezembro de 2012, respectivamente.

3.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, conforme resultados apresentados nos estudos de aderência realizados, houve alteração da Tábua de Mortalidade Geral utilizada, sendo adotada a tábua AT-2000 (Suavizada em 10%) e segregada por sexo no lugar da IBGE-2012, e da Tábua de Mortalidade de Inválidos, sendo adotada a tábua AT 83 Male (IAM) no lugar da IBGE-2012. Além disso, procedeu-se também a redução da Taxa Real de Juros de 5,5% a.a. para 4,5% a.a., conforme explicado no item anterior.

4 SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2014, mais precisamente na data base de 31/12/2014, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdencial e Administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Patrimônio de Cobertura do Plano*: R\$ 149.234.147,19
 - * Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]
- Provisões Matemáticas:
 - 1. Benefícios Concedidos R\$ 137.499.776,06
 - 2. Benefícios a Conceder R\$ 0,00
- Fundos:
 - 1. Fundo de Garantia de Empréstimo R\$ 10.366,88
 - 2. Fundo Administrativo R\$ 40.159,10
- Superávit Técnico Acumulado: R\$ 11.734.371,13 (8,53% das Provisões Matemáticas)

5 RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores do Plano Celpa BD-I no exercício de 2014 foi de 11,85%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o Plano Celpa BD-I deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida de 5,5% a.a. (taxa real de juros do plano no exercício). Tal indicador, no período de análise, totalizou 12,07%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida foi de 0,22 pontos percentuais abaixo da meta atuarial do período (alcance de 98,20% da meta atuarial).

6 PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2015, conforme discriminado abaixo:

- Custeio administrativo: 1,5% das Suplementações pagas pelo Plano Celpa BD-I.

7 FATOS RELEVANTES

Na avaliação atuarial posicionada em 31/12/2014 realizou-se a constituição das provisões necessárias para cobertura dos benefícios decorrentes de reversões em pensão, que não vinha sendo avaliada pelo regime de capitalização, e considerou-se também uma Taxa Real de Juros um ponto percentual abaixo da utilizada anteriormente.

O Plano Celpa BD-I tinha constituído o Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco, com a finalidade de, entre outras, suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência do evento morte, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para dar cobertura às reversões dos benefícios de aposentadoria em pensão por morte. Portanto, em função das mudanças nas premissas de mortalidade, redução da taxa de desconto e constituição das provisões para cobertura das reversões em pensão, foi efetuada a reversão total do Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos, conforme finalidade para o qual esse foi constituído.

8 CONCLUSÕES

Para fins da avaliação atuarial do Plano Celpa BD-I, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/10/2014 e posicionado em 31/12/2014. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior, com exceção da mudança do regime financeiro para o benefício de reversão em pensão por morte, e das tábuas de mortalidade geral e de inválidos e da taxa de juros real, e atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006.

A taxa de desconto utilizada nesta reavaliação atuarial foi de 4,50% ao ano, o que representou uma redução de 1% em comparação aos 5,50% adotados no exercício anterior. Estas alterações estão adequadas às exigências das Resoluções Nº 09 e Nº 10 do CNPC, publicadas nos meses de novembro e dezembro de 2012, respectivamente.

O Plano aqui analisado apresenta um superávit de R\$ 11.734.371,13, que representa 8,53% das Provisões Matemáticas.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano Celpa BD-I, informamos que o plano encontra-se equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.

Atenciosamente,



Giancarlo Giacomini Germany
Atuário M.I.B.A. 1.020

17. PARECER ATUARIAL - CELPA BD II

Porto Alegre, 11 de março de 2015

Ilmo. Sr.
Raimundo Frederico Menezes Barros
Presidente
FASCEMAR

Prezado Senhor,
Apresentamos, a seguir, o Parecer Atuarial do Plano Celpa BD-II, em conformidade com os resultados da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2014.

PARECER ATUARIAL DO PLANO CELPA BD-II

1 OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano Celpa BD-II (CNPB nº 1997.0004-74) gerido pela FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 17 do anexo “c” da Resolução CNPC nº 08/2011.

2 ESTATÍSTICAS

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial, com a posição cadastral em 31/10/2014, posicionada em 31/12/2014, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos nessa data. Este plano de benefícios, estruturado na modalidade de benefício definido, possui 9 participantes ativos. Em relação aos assistidos, há 165 aposentados e 142 pensionistas. Conforme premissas atuariais adotadas na avaliação atuarial do plano, a expectativa de vida média dos participantes aposentados é de 15 anos.

3 METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC nº 16/2005, o Plano Celpa BD-II é classificado na modalidade de Plano de Benefício Definido. Todos os benefícios do plano são estruturados no regime financeiro de Capitalização. Como não há mais cobrança de contribuições dos participantes ativos, não é necessária a definição de um método atuarial.

3.1 Hipóteses (premissas) adotadas em 31/12/2014

- Taxa Real de Juros: 4,50% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Salários: 2% a.a. (real)
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios: nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: AT-83 Male (IAM)
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considera a composição familiar informada no banco cadastral do plano para os assistidos e estrutura familiar média para os participantes ativos
- Fator de Capacidade dos benefícios: 98%
- Custeio administrativo: 1,5% (percentual incidente sobre as suplementações) e 1,5% da folha de salários (pago pela Patrocinadora do plano)

3.2 Testes de aderência das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2014 foram realizados os testes de aderência das hipóteses (premissas) atuariais utilizadas no Plano Celpa BD-II. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Crescimento de Salários e Composição Familiar.

Em relação à hipótese Taxa Real de Juros, a verificação da aderência dessa foi embasada na análise dos documentos “Política de investimentos 2015 a 2019 - FASCEMAR” e “Estudo de Macro alocação de ativos – FASCEMAR”, disponibilizados pela Entidade.

O referido documento de macro alocação refere-se ao estudo de ALM (Gestão de Investimentos Orientada pelo Passivo) dos Planos de Benefícios administrados pela FASCEMAR. Este estudo objetivou a alocação ótima da carteira de investimentos da Entidade em conjunto com seu fluxo de passivos atuariais, para um horizonte de 10 a 20 anos.

Dado o alinhamento da política de investimentos da Entidade com o estudo de macro alocação de ativos, demonstrado pela análise de ALM realizado pela consultoria de investimentos da Entidade, a alocação proposta deverá garantir rentabilidade para o horizonte do estudo superior a INPC + 4,50% ao ano. A Taxa Real de Juros de 4,50% a.a. está um ponto percentual abaixo da utilizada no exercício anterior e adequada às exigências das Resoluções Nº 09 e Nº 10 do CNPC, publicadas nos meses de novembro e dezembro de 2012, respectivamente.

3.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, conforme resultados apresentados nos estudos de aderência realizados, houve alteração da Tábua de Mortalidade Geral utilizada, sendo adotada a tábua AT-2000 (Suavizada em 10%) e segregada por sexo no lugar da IBGE-2012, e da Tábua de Mortalidade de Inválidos, sendo adotada a tábua AT 83 Male (IAM) no lugar da IBGE-2012. Além disso, procedeu-se também a redução da Taxa Real de Juros de 5,5% a.a. para 4,5% a.a., conforme explicado no item anterior.

4 SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2014, mais precisamente na data base de 31/12/2014, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdencial e Administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

- Patrimônio de Cobertura do Plano*: R\$ 73.149.103,46
 - * Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]
- Provisões Matemáticas:
 - 1. Benefícios Concedidos R\$ 65.410.279,45
 - 2. Benefícios a Conceder R\$ 1.802.049,65
- Fundos:
 - 1. Fundo de Garantia de Empréstimo R\$ 7.778,34
 - 2. Fundo Administrativo R\$ 58.324,69
- Superávit Técnico Acumulado: R\$ 5.936.774,36 (8,83% das Provisões Matemáticas)

5 RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores do Plano Celpa BD-II no exercício de 2014 foi de 11,64%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o Plano Celpa BD-II deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida de 5,5% a.a. (taxa real de juros do plano no exercício). Tal indicador, no período de análise, totalizou 12,07%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida foi de 0,43 pontos percentuais abaixo da meta atuarial do período (alcance de 96,43% da meta atuarial).

6 PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2015, conforme discriminado abaixo:

- Custeio administrativo: 1,5% das suplementações e 1,5% da folha de salários (pago pela Patrocinadora do plano)

7 FATOS RELEVANTES

Na avaliação atuarial posicionada em 31/12/2014 realizou-se a constituição das provisões necessárias para cobertura dos benefícios decorrentes de reversões em pensão, que não vinha sendo avaliada pelo regime de capitalização, e considerou-se também uma Taxa Real de Juros um ponto percentual abaixo da utilizada anteriormente.

O Plano Celpa BD-II tinha constituído o Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco, com a finalidade de, entre outras, suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência do evento morte, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para dar cobertura às reversões dos benefícios de aposentadoria em pensão por morte. Portanto, em função das mudanças nas premissas de mortalidade, redução da taxa de desconto e constituição das provisões para cobertura das reversões em pensão, foi efetuada a reversão total do Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos, conforme finalidade para o qual esse foi constituído.

8 CONCLUSÕES

Para fins da avaliação atuarial do Plano Celpa BD-II, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 31/10/2014 e posicionado em 31/12/2014. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior, com exceção da mudança do regime financeiro para o benefício de reversão em pensão por morte, e das tábuas de mortalidade geral e de inválidos e da taxa de juros real, e atendem às exigências da Resolução CGPC N° 18, de 28/03/2006.

A taxa de desconto utilizada nesta reavaliação atuarial foi de 4,50% ao ano, o que representou uma redução de 1% em comparação aos 5,50% adotados no exercício anterior. Essas alterações estão adequadas às exigências das Resoluções Nº 09 e Nº 10 do CNPC, publicadas nos meses de novembro e dezembro de 2012, respectivamente.

O Plano aqui analisado apresenta um superávit de R\$ 5.936.774,36, que representa 8,83% das Provisões Matemáticas.

Face ao exposto neste parecer, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano Celpa BD-II, informamos que o plano encontra-se equilibrado, em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente.

Atenciosamente,



Giancarlo Giacomini Germany

Atuário M.I.B.A. 1.020

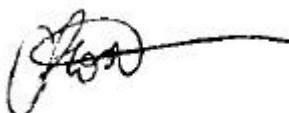
18. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com o artigo 36, do Estatuto da FASCEMAR e consoante ao que estabelece a letra "j" do item 17, do Anexo "C", da Resolução do MPS/CNPC Nº 08, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011, com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2014, consubstanciada pelo Parecer Atuarial de Giancarlo Giacomini Germany, MIBA 1020, da Mirador Assessoria Atuarial Ltda., responsável técnica pelos Planos de Benefícios: BDI, PM, Celpa BD I e Celpa BD II, assim como pelo Relatório e Parecer do Auditor Independente da EY Brasil Auditores Independentes S.S. verificamos que as mesmas estão adequadas e refletem a situação da gestão econômica e financeira da FASCEMAR no exercício de 2014. Assim, recomendamos a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Luis (MA), 26 de março de 2015



Kalbert Costa Pinto
Presidente



Rita de Cassia de Carvalho Costa
Titular



Jorge Henrique de Sousa Plácido
Titular

19. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar, abaixo assinados, em cumprimento ao estabelecido no Artigo 21, do Estatuto que rege as atividades da referida Fundação, tendo procedido ao exame do Balanço Patrimonial e Demonstrativo Financeiro, referentes ao exercício financeiro de 2014, já analisados anteriormente pelo atuário Giancarlo Giacomini Germany, MIBA 1020, da Mirador Assessoria Atuarial Ltda. e pelos Auditores Externos da EY Brasil Auditores Independentes S.S. e considerando o Parecer do Conselho Fiscal da FASCEMAR, decidiram por unanimidade pela aprovação das referidas demonstrações.

São Luis (MA), 27 de março de 2015



Fernando José Moreira Mendonça
Presidente



Ciro Ferreira de Albuquerque
Titular



Emanoel Fernando R. dos Santos
Titular



Nobuyuki Nakashima
Titular



Ytaquirate Quenã Silva Soeiro
Suplente

20. EXPEDIENTE

FASCEMAR Fundação de Previdência Complementar

Av. Colares Moreira, quadra 1, lote 2, gleba B, sala 1102
Edifício Planta Tower – Renascença II
CEP: 65.075-441 | São Luis – MA
Tel.: (98) 3217-2328 / Fax: (98) 3217-8962
E-mail: FASCEMAR@FASCEMAR.org.br
Site: www.FASCEMAR.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Raimundo Frederico Menezes Barros (Presidente)
Mauro Chaves de Almeida (Diretor de Benefícios)
Raimundo Frederico Menezes Barros (Diretor Financeiro)

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos:

Fernando José Moreira Mendonça (Presidente)
Ciro Ferreira de Albuquerque
Geovane Ximenes de Lira
José Silva Sobral Neto
Emanoel Fernando Ramos dos Santos
Nobuyuki Nakashima

Suplentes:

Agenilson Chaves de Melo
Carmelita de Moraes Rego Lima Reis
José Ribeiro dos Santos Filho
Marcos Antônio Lopes Freixo Filho
Ranniery Soares de Sousa
Ytaquirate Quena Silva Soeiro

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Kalbert Costa Pinto (Presidente)
Jorge Henrique de Sousa Plácido
Rita de Cássia de Carvalho Costa

Suplentes:

José Tavares Bezerra Júnior
Raimundo Nonato Garrido Costa Junior
Suelen Rodrigues Barão

Editado sob responsabilidade da Diretoria.

Criação, Produção e Desenvolvimento:

Plus Interativa
Tel: (21) 3529-7816 / 2524-9790
www.plusinterativa.com

Jornalista Responsável:

Carlos Lisboa / Plus (MTB 33650/RJ)



Relatório Anual 2014

FASCEMAR

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Av. Coronel Colares Moreira, quadra 1,
lote 2, gleba B sala 1102 – Edifício Planta Tower –
Renascença II - São Luis – MA – CEP.: 65.075-441

CNPJ: 07.009.152/0001-02

Fone: (98) 3217-2255

E-mail: faleconosco@fascemar.org.br